



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

GEYZON COSME SANTOS RODRIGUES

**Serviço Social e Educação no Brasil: limites e desafios do trabalho
profissional**

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Geyzon Cosme Santos Rodrigues

3. Título do trabalho

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO NO BRASIL: limites e desafios do trabalho profissional

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **GEYZON COSME SANTOS RODRIGUES, Usuário Externo**, em 14/04/2022, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Amoné Inácia Alves, Professora do Magistério Superior**, em 18/04/2022, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3070946&infra_sistema=1... 1/2



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2836064** e o código CRC **67010FB3**.

GEYZON COSME SANTOS RODRIGUES

**Serviço Social e Educação no Brasil: limites e desafios do trabalho
profissional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: Educação, trabalho e movimentos sociais

Orientadora: Professora Doutora Amone Inácia Alves.

GOIÂNIA
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rodrigues, Geyzon Cosme Santos
Serviço Social e Educação no Brasil [manuscrito] : limites e desafios do trabalho profissional / Geyzon Cosme Santos Rodrigues. - 2022.
CKXVI, 116 f.

Orientador: Profa. Dra. Amone inácia Alves.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação,
Goiânia, 2022.

Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, lista de tabelas.

1. Serviço Social. 2. Educação. 3. Trabalho profissional. I. Alves, Amone inácia , orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata N° 78 da sessão de Defesa de Dissertação de **Geyzon Cosme Santos Rodrigues** que confere o título de **Mestre em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFMG, na *área de concentração em Educação*.

Aos **dezesete dias do mês de março de dois mil e vinte e dois (17/03/2022)**, a partir das **09h**, em plataforma virtual no link público <http://meet.google.com/vhw-ddhx-tywh>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO NO BRASIL: limites e desafios do trabalho profissional**". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Pro^{fa}. Dr^{ca}. **Amone Inácia Alves (PPGE/FE/UFMG)**, doutora em **Educação** pela UFG, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Pro^{fa}. Dr^{ca}. **Marilza Vanessa Rosa Suanno (PPGE/FE/UFMG)**, doutora em **Educação** pela UCB - membro titular interna e Pro^{fa}. Dr^{ca}. **Gláucia Lelis Alves (UFRJ)**, doutora em **Serviço Social** pela PUCSP - membro titular externa. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Pro^{fa}. Dr^{ca}. Amone Inácia Alves, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos dezessete dias do mês de março de dois mil e vinte e dois.

Banca Examinadora:

Pro^{fa}. Dr^{ca}. Amone Inácia Alves

Pro^{fa}. Dr^{ca}. Marilza Vanessa Rosa Suanno

Pro^{fa}. Dr^{ca}. Gláucia Lelis Alves

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Marilza Vanessa Rosa Suanno, Professor do Magistério Superior**, em 17/03/2022, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amone Inácia Alves, Professora do Magistério Superior**, em 17/03/2022, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 14/04/2022, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2986612&infra_sistema=1... 1/2



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2758346** e o código CRC **CF722C4D**.

GEYZON COSME SANTOS RODRIGUES

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO NO BRASIL: limites e desafios do
trabalho profissional**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de
Educação da Universidade Federal de Goiás, como pré-requisito para obtenção do
Título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação, Trabalho e
Movimentos Sociais.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof^ª Dra Amone Inácia Alves

1º Examinadora: Prof^ª Marilza Vanessa Rosa Suanno

2º Examinadora: Prof^ª Dra Glaucia Lelis Alves

Aprovado em: 17/ 03/2022.

Goiânia, 17 de março de 2022.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao meu pai, José de Ribamar, por ter sido o maior dos maiores dos incentivadores meus, tendo lutado durante parte significativa de sua vida para criar as condições para que eu chagasse até aqui e ser o homem que hoje me tornei;

À minha esposa, companheira e amiga Jéssika Hannder Borges, que me aturou durante esses últimos intensos vinte e quatro meses de pesquisa, contribuindo fundamentalmente sendo minha ouvinte predileta nas horas que as hipóteses, ideias, achados e frustrações vinham à tona;

À minha mãe, Maria da Paz que, mesmo distante, sempre me colocou em suas orações e sempre se preocupou e valorizou as minhas escolhas;

À minha irmã, Mary Elle, pessoa que me deu todo o apoio necessário durante os primeiros passos na vida independente, após recém chegar em Goiânia, 2008. Esteve comigo nas primeiras tomadas de decisão, nos primeiros cursos, nas primeiras formaturas de cursos e nas primeiras dificuldades.

À Pró-reitora, Assistente Social e professora dra. Maisa Miralva que na minha inserção na PRAE/UFG, foi uma das grandes incentivadoras do processo de aperfeiçoamento da formação profissional, e deu sua anuência para este mestrado pudesse ser realizado;

À minha colega de trabalho e coordenadora do Serviço Social, Beatriz Almeida que também pelo incentivo e anuência nos momentos em que precisava me ausentar do horário de trabalho estar nas aulas;

À equipe da Coordenação de Serviço Social de quem recebi apoio, especialmente de minhas queridas camaradas e colegas de trabalho Omari Ludovico e Elizângela Ribeiro que foram fundamentais incentivadoras para minha decisão e ingresso no mestrado do PPGE, bem como foram e são um dos motivos pelos quais ainda tenho vivacidade profissional e motivos para a oxigenar possibilidades de rupturas com os imediatos alienantes, com o conservadorismo e o status quo instituídos;

Ao Programa Qualificar da UFG que me abriu essa oportunidade para aprofundar os conhecimentos e assim também poder qualificar o trabalho realizado na PRAE;

A minha querida orientadora, professora dra. Amone Inácia que me acolheu de braços abertos, aceitando o desafio de orientar uma proposta de trabalho não muito usual em sua linha de pesquisa, se saindo muito na capacidade de transitar em outras áreas;

À professora dra. Carla Agda, que já vem contribuindo com minha formação

profissional desde a Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital das Clínicas da UFG, e agora também aceitou o desafio de compõe a banca de qualificação e estar, mais uma vez, enriquecendo este espaço de formação crítica. Trata-se de uma pessoa com quem tenho tido pouco contato, mas que se constituiu uma grande e importante referência profissional.

À professora Glaucia Lellis, quem ainda não tinha a honra de conhecer, que aceitou com muito carinho e coragem a missão de, mesmo encima do prazo, topar fazer parte da defesa da dissertação na condição de arguidora.

Às/aos professores/as José Paulo Pietrafesa, Márcio Corte Real, Maria Lucia, Marília Gouvêa e Nelson Cardoso Amaral, por fazerem parte do meu processo de amadurecimento pessoal e intelectual, durante as aulas por eles ministradas, em suas respectivas e fundamentais disciplinas;

Ao meu camarada e amigo, Flávio Batista, por ser a pessoa em quem tenho confiado minha amizade, meu respeito e minha admiração durante todo o tempo de nossa camaradagem. Como um amigo preocupado com os seus, sempre me incentivou a estudar, estudar e estudar, pois as lutas do cotidiano precisam de pessoas preparadas, lúcidas e intelectualmente fortes.

À vida, o bem mais precioso!

RODRIGUES, Geyzon Cosme Santos. **Educação e Serviço Social no Brasil: limites e desafios do trabalho profissional**. 2022, - f. 116. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiás, 2022.

RESUMO

A inserção de Assistentes sociais na política de educação remonta as primeiras décadas do século XX, cenários em que emerge as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. Durante esse século, a profissão passou por vários processos de reconceituação, decorrentes de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, nacionais e internacionais, que foram capazes de remodelar suas matrizes teórico-metodológicas e o trabalho profissional junto às classes trabalhadoras. Esta pesquisa buscou investigar os fundamentos do trabalho do assistente social, a partir do conhecimento produzido pela profissão. O recorte temporal delimitado foi de trabalhos publicados entre os anos de 2000 a 2020. Esse período foi um marco na criação de políticas sociais, que contribuíram para uma maior ampliação de assistentes sociais no âmbito das políticas públicas, especialmente na educação: com forte incidência no ensino universitário. Considerou-se o prisma da teoria social crítica para examinar os processos que envolvem o objeto desta pesquisa. No desenvolvimento deste trabalho, lançou-se da modalidade de pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica, envolvendo o estado da arte sobre o assunto. As fontes pesquisadas foram as revistas indexadas da área de Serviço Social no Brasil, com foco nas de Qualis A1 e A2, tais como: Serviço Social & Sociedade, Katálysis, Em Pauta, Ser Social e Textos & Contextos. O resultado da pesquisa demonstrou pelo menos quatro tendências presentes no trabalho de assistentes sociais na educação. A primeira trata-se da primária do trabalho inter/multidisciplinar sobre as singularidades e decisões unitárias de profissionais; e tem fortes características de trabalho cooperativo. A segunda tendência relaciona-se à identificação pelo profissional ao trabalho educativo/pedagógico, em que ora hipoteca o pedagógico a professores, ora cristaliza como bom tudo que é educativo. A terceira, e última, é subsunção do técnico ao teórico e ético. Com isso, constatou-se que tal como a emergência nos primeiros anos do século XX, o Serviço Social e a forma de pensar de assistentes sociais ainda guardam latentes as práticas reguladoras e controlista de comportamento de sujeitos de políticas sociais. Reconhecemos que muito avançamos em termos de contexto social, quantidade de profissionais nas políticas sociais, mas formas de regulação social ainda seguem perenes. Considerando a realidade social algo dinâmico, processual e contraditório, a compreensão e combate a esses elementos do conservadorismo requer de todos atenção, estudos, pesquisas e atitudes.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação. Trabalho profissional.

RODRIGUES, Geyzon Cosme Santos. **Social Work and Education in Brazil: limits and challenges of professional work**. 2022, - f. 116. Dissertation (Master in Education). Graduate Program in Education at the Federal University of Goiás (UFG), Goiás, 2022.

ABSTRACT

The insertion of social workers in education policy dates back to the first decades of the 20th century, scenarios in which the first schools of Social Work emerged in Brazil. During this century, the profession underwent several reconceptualization processes, resulting from political, economic, social and cultural, national and international changes, which were able to remodel its theoretical-methodological matrices and professional work with the working classes. This research sought to investigate the foundations of the social worker's work, based on the knowledge produced by the profession. The time frame delimited was from works published between the years 2000 and 2020. This period was a milestone in the creation of social policies, which contributed to a greater expansion of social workers in the scope of public policies, especially in education: with a strong focus on the University education. The prism of critical social theory was considered to examine the processes that involve the object of this research. In the development of this work, the modality of documental research and bibliographic research was launched, involving the state of the art on the subject. The sources researched were indexed journals in the area of Social Work in Brazil, focusing on Qualis A1 and A2, such as: Serviço Social & Sociedade, Katálisis, Em Pauta, Ser Social and Textos & Contextos. The research result showed at least four trends present in the work of social workers in education. The first deals with the primary inter/disciplinary work on the singularities and unitary decisions of professionals; and has strong corporate work characteristics. The second tendency is related to the professional's identification with the educational/pedagogical work, in which sometimes he mortgages the pedagogical to teachers, sometimes he crystallizes everything that is educational as good. The third, and last, is the subsumption of the technical to the theoretical and ethical. With this, it was found that, like the emergence in the early years of the twentieth century, Social Work and the way of thinking of social workers still keep latent the regulatory and control practices of behavior of subjects of social policies. We recognize that we have advanced a lot in terms of social context, number of professionals in social policies, but forms of social regulation are still perennial. Considering social reality as something dynamic, procedural and contradictory, understanding and combating these elements of conservatism requires everyone's attention, studies, research and attitudes.

Keywords: Social Work. Education. Professional work.

LISTA DE TABELAS

Gráfico 1- Seleção dos trabalhos	32
Gráfico 2 - Divisão sexual da produção de conhecimento	32
Gráfico 3- Por vinculação institucional	33
Gráfico 4 - Produção de região do Brasil	34
Gráfico 5 - Por grau de escolaridade	35
Gráfico 6 - Temáticas privilegiadas.....	35

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	CRUZADA DA AÇÃO BÁSICA CRISTÃ
BDTD	BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES
C	CARBONO
CBAS	CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS
CEAS	CENTRO DE ESTUDOS DA AÇÃO SOCIAL
CEFET	CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CFESS	CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
CRAS	CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL
CREAS	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL
CRESS	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
DC	DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE
DEGASE	CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO IRMÃ ASUNCIÓN DE LA GÁNDARA USTARÁ
ECA	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ENEM	EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO
FHC	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
H	HIDROGÊNIO
He	HELÊNIO
IES	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
IF	INSTITUTOS FEDERAIS
IFBA	INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA
LDB	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
MEB	MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE
MOBRAL	MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
MPC	MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA
O	OXIGÊNIO
ONG'S	ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS
PNAES	PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
PUCRS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
Si	SILÍCIO
SISU	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADO
UEL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
UFMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
UNB	UNIVERSIDADE NACIONAL DE BRASÍLIA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	18
EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO DOS MONOPÓLIOS.18	
1.1. Condições históricas: cenário internacional e brasileiro	18
1.2. Emergência e profissionalização do Serviço Social no Brasil	19
1.3. A relação entre as políticas sociais e o Serviço Social	21
CAPÍTULO II.....	23
A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	23
2.1. Serviço Social na escola: primeiras experiências	23
2.2. Serviço Social na política de educação: elementos do tempo presente	31
CAPÍTULO III	42
FUNDAMENTOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	42
3.1. O ser social e a categoria trabalho	42
3.2. Educação no modo de produção capitalista.....	44
3.3. Os fundamentos teóricos metodológicos do trabalho profissional na educação	45
3.4. Primazia do trabalho inter/multidisciplinar sobre o singular.....	65
3.5. A unilateralidade do trabalho socioeducativo e pedagógico	70
3.6. Primazia do técnico sobre teórico e ético:	77
CONSIDERAÇÕES	80
REFERÊNCIAS	86
REFERÊNCIAS PESQUISADAS	89
APÊNDICE	91

INTRODUÇÃO

O contexto social no qual foi desenvolvida esta pesquisa é marcado pela vigência da pandemia no novo coronavírus que desembarca no Brasil já nas festas de carnaval de 2020. No início desta pesquisa de mestrado, a taxa de óbitos (por causas diversas) atualizada no Brasil era de 1,3 milhões entre os anos de 2008 a 2019. Em agosto de 2020, início oficial do calendário acadêmico, as mortes provocadas somente pelo novo coronavírus já somavam um total de 110 mil, ou seja, pouco menos do que a média dos últimos 11 anos. Ao término desta pesquisa, as cifras já ultrapassam o número de 600 mil mortes. Muitas delas evitáveis.

A pandemia trouxe muitos desafios ao funcionamento do conjunto das instituições, especialmente às públicas; e também foi e está sendo capaz de afetar e trazer à tona características frágeis sobre a necessidade de socialidade humana, o que comprova uma vez por todas a nossa essência ontológica.

Poderia apontar muitos desafios enfrentados entre 2020 e 2022, durante a construção da pesquisa de dissertação, mas apontarei apenas duas principais. A primeira delas está relacionada à própria pandemia: com o isolamento social e, conseqüentemente, a instituição de aulas remotas. Cursar o mestrado remotamente, por um lado, trouxe alguma economia sobre deslocamentos e ou custos adicionais; por outro, retirou de nós a única capacidade e habilidade própria dos seres humanos: a socialização entre iguais. Uma expectativa frustrada logo no início. A socialização, a troca de ideias, a troca de experiência durante os intervalos do café jamais substituirão as formas de interação promovidas por videoconferência. A apropriação de conteúdos não se dá somente no momento das aulas, mas abre um amplo leque para discussão nos mais distintos espaços onde nosso corpo pode estar. O *enclausuramento necessário* é desumanizante e enrijecedor de nossas capacidades de avançar sobre nossas incapacidades intelectivas.

O segundo desafio relaciona-se com a condição de pesquisador e trabalhador: uma realidade comum em nosso país. Ou seja, os desafios de aliar as 8 horas de trabalho com as das aulas e da realização da pesquisa. Embora tenha sido de grande importância a liberação parcial por parte da instituição¹ para poder assistir às aulas, para as atividades gerais de pesquisa não foi o suficiente. Por isso, discordo do ditado “impopular” que diz que a excelência da pesquisa depende somente do pesquisador/a. A relação entre o pesquisador e seu objeto é como um casamento. E para que esse casamento tenha durabilidade é necessário que seja tecida uma forte

¹ Destaco como de grande relevância a postura coerente adotada pela equipe de Serviço Social da PRAE para garantir a formação profissional daqueles que se colocam no desafio de buscar conhecimento.

relação de confiança, de intimidade e de entrega total. Caso isso não ocorra ao longo do tempo, grandes serão as chances desse romance acabar em litígio conjugal. Assim foi minha relação com a pesquisa e com o objeto em questão: muitos foram os desentendimentos, muitas promessas não cumpridas, novas negociações e rumos foram tomados nesse percurso árdua que é o do pesquisador/trabalhador para evitar *litígios acadêmicos*. A nossa história depende das condições dadas pela realidade, não pelos desejos do nosso espírito. Diante disso, me orgulho de ter chegado até aqui mesmo com os entraves da realidade.

O processo da investigação acadêmica não é uma empreitada fácil, como já mencionei. Ninguém entra em programa de pós-graduação sabendo exatamente os passos e a direção dados à pesquisa e as trajetórias do objeto em exame, não obstante a excelência do projeto inicial: a pesquisa séria é essencialmente dialética, contraditória e dinâmica, dados os limites históricos. Durante esta pesquisa sucessivas aproximações com o objeto *in casu* foram realizadas e muitas mudanças ocorreram. Postas tais contextualizações, vamos o que nos trouxe a esta pesquisa.

O objetivo desta pesquisa é examinar o conhecimento já elaborado sobre o trabalho de assistentes sociais no âmbito da política de educação no Brasil, no período delimitado de 2000 a 2020, em artigos (qualis A1 e A2), anais (2015 e 2016), dissertações de mestrado e teses de doutorado, com objetivo de identificar e desvendar tendências e direções dos fundamentos teórico-metodológicos presentes no trabalho de assistentes sociais inseridos nessa política, levantando as seguintes questões: quais são os fundamentos teórico-metodológicos que fundamentam a prática profissional de assistentes sociais que atuam nas políticas de educação no Brasil? Quais são os avanços, continuidade e ou regressões quanto ao objeto em tela?

O interesse pelo objeto em questão nasce muito antes do meu ingresso no PPGE-UFG. O que me trouxe a pesquisar o objeto em questão é resultante de uma série de indagações e problematizações teóricas e práticas que vem se fortalecendo desde as primeiras experiências profissionais adquiridas na política de assistência social (Secretaria de Assistência Social de Goiânia - SEMAS), na saúde (Residência Multiprofissional no HC-UFG) e atualmente na política de educação superior, atuando na operacionalização da Política de Assistência Social Estudantil (PASE-UFG). Ademais, em elaboração de trabalho de conclusão de curso de pós-graduação em Educação Pública, em que lancei mão à investigação bibliográfica sobre o processo de trabalho do Assistente social numa perspectiva teórica e ontológica, obtive um resultado na pesquisa bibliográfica que revelou escassez de publicações sobre a temática. Tais fatores foram fundamentais para buscar aprofundamento em pesquisa de mestrado. E a oportunidade para ingresso no PPGE, a partir do Programa Qualificar da UFG, foi a chance que

tive a continuar a pesquisar o trabalho como preocupação profissional, com será exposto a seguir.

Em relação ao corpo desta pesquisa, o primeiro capítulo tratará sobre as condições sócio-históricas de emergência do Serviço Social no Brasil e seu processo de profissionalização, no contexto do capitalismo monopolista e as metamorfoses da própria profissão. Abordará, ademais, como a relação do Serviço Social com as políticas sociais e sua inserção na educação, bem a incorporação de práticas orientadas pela lógica da sociabilidade burguesa, com viés psicologista, conservadora e autoritária vigentes no período histórico analisado. No segundo capítulo, pontuaremos especificamente a trajetória do Serviço Social na política de educação em que serão abordadas as primeiras experiências do Serviço Social nas escolas. As primeiras experiências são marcadas pela incorporação marcante de todas as vertentes integrantes do processo de renovação do Serviço Social, impactando diretamente no fazer profissional nas escolas e nas lutas cotidianas. Posteriormente, serão abordadas as políticas educacionais atuais, suas características e configurações, bem como alguns elementos sobre o perfil e inserção profissional na educação, frisando, agora, para a inserção no ensino superior. No terceiro e último capítulo, o fito foi analisar, mais densamente, os fundamentos latentes no conjunto de trabalhos acadêmicos publicados entre 2000 e 2020, em artigos, anais, dissertações e teses.

Se o Brasil, a partir dos anos 1930, está inserido no contexto histórico da fase clássica do capitalismo monopolista ou fase imperialista do capital, numa posição de subalternidade e dependência em relação às potências imperialistas, seguramente esse fator impactaria tanto na política, na economia, na cultura, no mundo do trabalho, e conseqüentemente no conjunto das profissões. E foi exatamente isso que ocorre com o Serviço Social no século XX. Durante esse século o Serviço Social brasileira passou por diversas modificações e reconceituações que impactou diretamente no exercício profissional nas políticas e programas sociais.

A perspectiva de modernizadora, que constitui como a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, emerge com o encontro de Porto Alegre, em 1965, seguida de seminários realizados em Araxá (MG), em 1967 e em Teresópolis (RJ), em 1970, que representou a cristalização dessa perspectiva. Embora cada encontro tenha proposto remodelações e análises distintas, tais eventos tinham o objetivo em comum segundo Netto (2005, p. 164-165) de “adequar as (auto)representações profissionais do Serviço Social às tendências sociopolíticas que a ditadura tornou dominante e que não se punha como objeto de questionamento substantivo pelos protagonistas que o elaborara”. Os encontros de Sumaré (1978) e Alto da Boa vista (1984) representaram um distanciamento da arena central do debate e da polêmica, ou seja, defasagem teórica, contribuições anacrônicas, não havendo ressonância

nos encontros da categoria. E ainda no marco dessas últimas perspectivas que emerge uma nova proposta: a reatualização do conservadorismo, com forte inclinação à fenomenologia, herança do pensamento positivista. Somente mais tarde, após a redemocratização é elemento mais forte de ruptura com as bases conservadoras são fortalecidas, concomitantemente com o processo de redemocratização do país.

Nesse contexto histórico de mudanças no interior da profissão, podemos destacar os impactos também no processo de trabalho de assistentes sociais na política de educação contemporaneamente aos processos mencionados. Durante todos os ciclos de debates e propostas de atualização da profissão, o trabalho de assistentes sociais sofreu rebatimentos em todas as dimensões. Como aponta Witiuk (2009), na emergência da profissão, o exercício profissional nas escolas caracterizava-se pela adoção de estratégias conformadoras, integradoras e de ajustamento social, com base em princípios psicologizantes. Na ditadura militar, o trabalho nas escolas tinha como horizonte o disciplinamento e a vigilância com modernização conservadora, trazendo como princípio basilar o pensamento positivista. E no processo de democratização, a profissão aponta para a construção de um projeto ético político com base na teoria social crítica baseada no pensamento marxiano.

A tese posta nesta pesquisa considera que as profissões, como qualquer outra matéria viva, não estão imunes às transformações sociais no seu tempo histórico. E nesse processo, novos parâmetros e princípios podem ser incorporados ao ideário do conjunto dos trabalhadores/as, que atuam diretamente no modo como essas profissões executam sua prática no cotidiano das instituições. Consideramos que o Serviço Social, enquanto uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que atua exclusivamente no âmbito das relações sociais e da ideologia, possa, ao longo dos 20 anos do novo século, ter incorporados elementos presentes nesse e desse tempo histórico, sobretudo na operacionalização das políticas sociais no Estado. O nosso esforço com este estudo foi buscar identificar os fundamentos presentes no trabalho profissional expostos em forma de artigos e pesquisa de pós-graduação.

A pesquisa apontou que muitas são as coisas que ainda compõem no ideário e na prática profissional, que são próprias ou não do tempo históricos: elementos do passado com ressonância no hoje e “novos” elementos e formas de trabalho que estão em processo. Entre os quais podemos citar a *primazia do trabalho trans/multi/interdisciplinar sobre o singular/individual*; a *unilateralidade do trabalho educativo-pedagógico*, a *primazia do técnico-operativo sobre o teórico e político* e a *simetria entre formação generalista e trabalhador polivalente*. O que esses elementos têm em comum? É o que iremos analisar na pesquisa que segue.

CAPÍTULO I

EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO DOS MONOPÓLIOS

1.1. Condições históricas: cenário internacional e brasileiro

As condições sócio-históricas que criam terreno fértil para emergência do Serviço Social como profissão, em todo o mundo, estão intimamente ligadas ao período em que se processa a sucessão do capitalismo monopolista ao capitalismo concorrencial (ou mercantil).

A ascensão do capitalismo monopolista em todo o mundo deu origem à chamada fase “clássica” do capitalismo. Nesse estágio do Modo de Produção Capitalista (MPC), de acordo com Netto e Braz (2009), há pelo menos três fases distintas: a “clássica” (1890-1940), os “anos dourados” (1940-1970) e o capitalismo contemporâneo, que vige desde os anos de 1980 até os dias atuais.

Na entrada do século XX, Lênin (1977, p. 641-642), caracteriza o estágio do imperialismo a partir das seguintes características: a) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na atividade econômica; b) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação da oligarquia financeira; c) a exportação de capitais adquire uma importância particularmente grande; d) a formação de associações internacionais monopolistas de capitais, que partilham o mundo entre si; e e) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

É verdade que tais processos se operam de forma bastante distinta quando consideramos que os países latino-americanos são postos na condição de países subdesenvolvidos, dependentes e periféricos. Desencadeando impactos sociais mais fortes nessas economias.

Nessa transição, Hobsbawm (2016) considera que dois processos merecem destaque: o primeiro, trata-se da pressão constante de capitalistas industriais e agrários por políticas protecionistas; e o segundo, as demandas vindas de baixo por proteção contra os “capitalistas”, por segurança, por proteção social, por medidas e políticas públicas contra o desemprego e os baixos salários que se tornam audíveis e politicamente eficazes. A formação de grandes aglomerados urbanos – e com isso, a falta de habitação para todos –, as doenças, o desemprego, a miséria, trabalho de mulheres e crianças em jornada excessiva são algumas das características da situação social posta.

No Brasil, por sua vez, não houve revolução burguesa nos moldes clássicos e o processo de “modernização” se deu de forma bastante lenta, considerando a cultura agroexportadora, a

situação social dos trabalhadores era bastante dramática. Composta de homens, mulheres e crianças, as condições de trabalho eram rigorosas e brutais, caracterizadas pela jornada de trabalho de 10 e 12 horas diárias e os/as operários/as eram constantemente punidos com multas e agressões físicas. Não havia legislação trabalhista que garantisse descanso semanal, férias ou licença remunerada (BRAICK e MOTA, 1997).

De acordo com Gianotti (2007 *apud* Montañó e Duriguetto, 2010), contemporaneamente, a classe operária brasileira contava com 85 mil operários, menos que 5% da população empregada no país. Mesmo pequena, a classe operária sofreu enorme influência anarquista de imigrantes europeus, cuja luta era impulsionada pelas péssimas condições de trabalho e vida da classe trabalhadora, que viviam sem direito a descanso semanal, sem direito à aposentadoria, nem férias.

As primeiras formas de organização dos trabalhadores, pontuam Montañó e Duriguetto (2010) foram as Associações de Socorro e Auxílio Mútuo (de cariz assistencialista) e as Ligas ou Uniões Operárias. Com isso, criou-se também a primeira central sindical chamada Confederação Operária Brasileira, cujas lutas e pressões junto ao Estado aglutinava anarcossocialista, reformistas e sindicalistas amarelos.

Concorda-se com Iamamoto e Carvalho (2014) que tais desdobramentos que centralizam a formação da classe operária e sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento por parte do Estado burguês, e portanto da implementação de políticas que atendam aos seus interesses. Todas essas expressões da questão social, vinculadas ao mundo do trabalho, tornaram fértil o terreno para a criação de uma profissão que fosse capaz de tomar frente a essas demandas, a partir da operacionalização das políticas e serviços sociais: o Serviço Social.

1.2. Emergência e profissionalização do Serviço Social no Brasil

A origem do Serviço Social como profissão traz a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis e ele imbricado (alienação, contradição e antagonismo). Trata-se de uma profissão que nasce articulada com o projeto de hegemonia do poder burguês, forjada sob a égide de uma contradição impregnada nas vísceras da profissão. Assim, o modo de aparecer dessa profissão, engendrada pelas destrezas típicas do capitalismo, surge como uma importante estratégia de controle social: uma ilusão necessária para garantir a efetividade e a permanência histórica (MARTINELLI, 2011).

No Brasil, o surgimento do Serviço Social remonta aos anos de 1930, a partir da

iniciativa dos vários setores da burguesia, respaldados pela Igreja Católica e referenciados pelas orientações teórico-metodológicas do Serviço Social europeu.

A partir de 1930, a estratégia usada pelo Estado Novo de Vargas, para baixar os tensionamentos políticos entre o conjunto dos trabalhadores, em busca de “harmonia social”, foi buscada na aliança com a Igreja e com os setores da alta burguesia paulista. Nesse sentido, como fruto da organização dos mencionados setores da burguesia, foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), que desempenhou importante papel em qualificar mão de obra voluntária para a ação social, tendo seu primeiro curso realizado nas instalações da Liga das Senhoras Católicas, em que trouxera como ministrante Adèle-Loneux.

Assim como ocorreu na Europa (a partir da articulação entre burguesia, Estado e Sociedade da Organização da Caridade), também no Brasil (por meio da aliança entre CEAS, setores da burguesia e as necessidades político-econômicas do Estado) o cariz atribuído ao Serviço Social constituiu-se, também, como uma síntese de funções econômicas e ideológicas. A identidade do Serviço Social era especialmente útil, pois abria canais para realização do controle sobre a classe trabalhadora, como também fornecia o indispensável suporte para que se criasse a ilusão de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado. Isto é, as práticas sociais desenvolvidas por meio da concessão de benefícios aos trabalhadores (empréstimo, assistência médica, social auxílio materiais) tinham um caráter compensatório para o Estado: o controle e a repressão aos movimentos dos trabalhadores.

Frisa Martinelli (2011) que as “assistentes sociais” (da militância católica e da ação social) sempre estiveram prontas a oferecer respostas urgentes às questões prementes, desde cedo essas profissionais foram imprimindo à profissão a mancha do agir imediato, da ação espontânea, alienada e alienante. No entanto, durante as diversas fases e processos de reconceituação do Serviço Social no Brasil, posturas, ações e práticas profissionais foram tomando novas formas e horizontes.

Podemos dizer que o desenvolvimento ou a evolução do Serviço Social brasileiro se deu em quatro fases distintas²: A primeira (1930 a 1945): caracteriza-se pela influência europeia, idealista e confessional. A segunda e terceira (1945 a 1965): expressaram-se pela influência de métodos e técnicas norte-americanos e das contribuições do Serviço Social para o processo social de desenvolvimento. Tais contribuições foram vocalizadas, entre outros/as autores/as, por Balbina O. Vieira em *Serviço Social: Processos e Técnicas* (1973), Walter A. Friedlander em *Conceitos e Métodos de Serviço Social* (1975) e Harriett M. Barlett em *A base do Serviço*

² Yasbek, *ibidem*, p. 16.

Social (1976). Por último, a quarta fase tem início por volta de 1966³ e estende-se aos dias atuais, período caracterizado, especialmente, pelos movimentos de reconceituação.

Neste primeiro subtítulo, o intuito foi trazer um breve histórico da emergência do Serviço Social na América Latina e no Brasil, localizado no marco da emergência da primeira fase do capitalismo monopolista, ou imperialismo. No próximo subtítulo, onde será abordado o processo de inserção do Serviço Social nas políticas de educação, percorremos todas as fases já supracitadas com mais densidade.

1.3. A relação entre as políticas sociais e o Serviço Social

As políticas sociais se originam de um conjunto de respostas historicamente elaboradas pelo Estado no enfrentamento da questão social que, do ponto de vista econômico, expressam um conjunto de ações dirigidas para manter patamares minimalistas de consumo à classe trabalhadora (ALENCAR E ALMEIDA, 2011).

As políticas sociais - as quais não podem ser consideradas e ou compreendidas (sob pena de generalizações), fora de um contexto particular de institucionalização e organização juridicamente concretas - cumprem a função de realizar o processo de redistribuição de parte relativa da riqueza socialmente produzida, a fim de criar as condições para manter a inanição dos movimentos sociais e estabelecer um consenso capaz de manter a legitimação da intervenção do Estado sobre as expressões da questão social como ações únicas e insubstituíveis.

Ao longo dos anos, as características legal-organizativas das políticas sociais passaram por grandes modificações. Em particular, as políticas setoriais voltadas para seguimentos sociais mais vulneráveis, com destaque à assistência social, articulam-se de princípios que consideram a interface com outras políticas públicas. Essa interlocução entre as políticas sociais potencializou a articulação para enfrentamento à pobreza, alicerçada nos programas de transferência de renda.

A articulação política entre os entes responsáveis pela materialização das ações estatais é cada vez mais desafiadora para o conjunto dos trabalhadores que nela atuam, entre os quais psicólogos, pedagogos, advogados, assistentes sociais, etc. Especialmente para os assistentes

³ É verdade que não podemos tratar tais prospecções como absolutamente incontestes. Várias questões devem ser revisitadas, considerando o conjunto de discussões e debates construídos ao longo da profissão que trazem, sobre esse aspecto específico, discordância quanto às análises de Carmelita Yazbek, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto e Manrique Castro.

sociais, é inconteste que a implementação de políticas sociais (com níveis cada vez mais complexos de fragmentação) pelo Estado brasileiro criou um espaço privilegiado para viabilização de direitos sociais.

Nos últimos anos, é verdade que a categoria de assistentes sociais não é um bloco homogêneo quando se trata da compreensão teórico-metodológica dos direitos, da cidadania e da política social, mas é inconteste que a participação desses profissionais na viabilização de direitos foi e tem sido de extrema importância para as classes subalternas no país com características tão socialmente desiguais como o Brasil.

O trabalho realizado pelo Assistente Social nos mais variados contextos das políticas sociais, no âmbito das instituições do Estado (também fora dele), vem se apoiando em uma base cimentada nas dimensões teórico-metodológico e ético-político, que dá base à formação e exercício profissional. No entanto, para que haja tais dimensões se explicitem no trabalho profissional, é necessário considerar uma série de fatores limitadores sócio-institucionais e controle, bem como a condição de assalariamento e relativa autonomia, não dispondo dos meios de trabalho para promover mudanças necessárias.

Muitos são os desafios do trabalho profissional no âmbito do Estado. No cotidiano massacrante do trabalho profissional, onde há pouco espaço para mediações, por isso o que se tem são imediatismos e tarefismos, são maiores as possibilidades de profissionais aderirem conscientemente ao conservadorismo do que buscar alternativas de lutas diárias no cotidiano.

Como mencionado, cada política social tem suas características, códigos, organização, especificidades que impõe ao Assistente Social distintos e complexos níveis de processo de trabalho. Considerando que objeto em exame envolve a política de educação, nosso objetivo, no próximo capítulo, é traçar um percurso histórico sobre as trajetórias do Assistente Social nessa política, buscando resgatar elementos que nos possam explicitar os fundamentos da prática profissional nesse espaço.

CAPÍTULO II

A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

2.1. Serviço Social na escola: primeiras experiências

Já vimos que o início dos anos de 1930 é marcado por uma série de acontecimentos importantes para a história das políticas sociais, sobretudo da educação; juntamente a isso, foi criada a primeira escola de Serviço Social no Brasil criando as condições tanto para o processo de implantação e profissionalização do Serviço Social quanto ao processo laicizado de escolarização no Brasil.

Aponta Barlett (1930) que a partir de 1930 emergem pelo menos cinco campos ou políticas sociais para trabalho do assistente social: bem-estar da família e do menor; Serviço Social médico; Serviço Social psiquiátrico e Serviço Social escolar.

No âmbito da política social escolar, o interesse profissional estava voltado para problemas de menores em relação ao programa educacional e à escola. À época, ainda não se tinha a dimensão do que seria objeto de trabalho e intervenção do assistente social no âmbito escolar, por isso, o aluno-sujeito e a escola eram tratados separadamente, como dimensões distintas.

Para que seja possível analisar como se dava o exercício profissional no contexto da política social de educação, o ponto de partida será a análise dos primeiros trabalhos de conclusão de curso da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de São Paulo, publicados a partir de 1940, quatro anos após a criação e formação da primeira turma de Serviço Social.

Para tanto, será usado como suporte a tese de doutoramento de Ilda Lopes Witiuk, intitulada “A trajetória sócio-histórica do Serviço Social no espaço da escola”, apresentado à PUC São Paulo, em 2004. Pesquisa essa considerada de grande densidade e de imensurável validade histórica. A partir desse conhecimento já construído, é possível inferir algumas contribuições que podem ajudar a compreender o significado social do Serviço Social no espaço escolar no século passado e, assim, jogar luz para o tempo presente.

Um dos primeiros escritos apontados por Witiuk é o livro de Maria Esolina Pinheiro, intitulado *Serviço Social Infância e Juventude Desvalidas: aplicações, formas, técnicas e legislação*. Esse livro relata que, em 1928, o Estado de Pernambuco cria um “corpo de visitadoras, cuja função era zelar pela saúde dos escolares e visitar as famílias dos alunos, a fim

de conhecer o meio em que estes viviam, e incentivar nos pais, hábitos sadios; e que como agente de ligação entre o lar e a escola, o Serviço Social desempenha relevantíssima função.

Duas questões são importantes frisar: a primeira é a falta de escolarização nos anos 1920, entendida como chaga, doença social, como o pai de todos os males, por isso cabia ao corpo de visitadoras a harmonização dessa situação, como se a situação apresentada pela classe trabalhadora fosse mero descuido com a saúde. A segunda questão é que embora a autora se refira ao Serviço Social este ainda não havia passado pelo processo de profissionalização, o que viria a ocorrer anos depois com direito apoio do Estado e da igreja.

Destaca Witiuk que no início da década de 1940 a configuração do perfil profissional na tendência pragmática explicita uma ação socioeducativa disciplinadora do operariado e da família. Os procedimentos metodológicos combinam funções curativas, preventivas e ajuda psicossocial dos problemas sociais individuais. Ou seja, esse período marca a inclinação do Serviço Social brasileiro às matrizes teórica-metodológicas da Escola norte-americana de Serviço Social, referenciados no funcionalismo psicologizante. Se desagregou do neotomismo e buscou na técnica, no planejamento, no “investimento” o caminho para responder às novas exigências do mercado.

A primeira pesquisa de trabalho de conclusão de curso, apontada pela autora, é de Maria Tereza Guilherme, intitulado “Serviço Social Escolar”, publicizado em 1945. Nessa pesquisa, Guilherme (1945) identifica e propõe a unificação entre família, Igreja e Estado, destacando como atribuição do Assistente Social: curar e prevenir desajustamentos, contribuir com eficiência em todos os setores escolares para o desenvolvimento harmonioso e integral da criança, [através de] métodos adequados⁴.

Neste trabalho, tentando compreender os limites do tempo, considera-se que há uma intencionalidade, no ideário profissional, de legitimação das teses da Igreja no campo da educação. Uma tese, que, antes da ascensão do governo Vargas, caminhava abertamente no campo das ações assistenciais do Estado brasileiro.

Outra produção importante, destacada na pesquisa de Witiuk (2004) é das assistentes sociais Sarita Amaro, Rosângela Barbiani e Maristela Oliveira, datada de 1946, intitulada “Serviço Social Escolar: o encontro da realidade com a educação”. Nessa produção, as autoras ressaltam que as atividades do Serviço Social estavam voltadas para a “identificação dos problemas sociais emergentes que repercutiam no processo de aprendizagem do aluno, bem como na promoção de ações que possibilitassem a ‘adaptação’ dos escolares ao seu meio e o

⁴ Witiuk, *ibidem*, p.79.

‘equilíbrio social’ da comunidade escolar”. Dentre as funções que cabiam ao Serviço Social, destacam-se: Examinar a situação social e econômica dos alunos e suas famílias; identificar casos de desajuste social e orientar pais e professores sobre o tratamento adequado; orientar a organização e o funcionamento de entidades que congreguem professores e pais de alunos; orientar as famílias no encaminhamento dos alunos a instituições previdenciárias; realizar triagem de alunos que necessitem de auxílio para material escolar, transporte; tratamento médico e dentário; preparar relatórios e prestar informações sobre suas atividades; manter articulação com os grupos da escola (professores, pais) e outras entidades comunitárias; esclarecer e orientar a família e a comunidade para que assumam sua parcela de responsabilidade no processo educativo.

Aponta Witiuk (2004) que entre 1958 e 1964, conviviam no chamado Serviço Social Escolar duas vertentes: uma conservadora e outra mudancista. A primeira vertente era constituída por duas tendências: a primeira tendência colocava o indivíduo no centro dos problemas, por isso o intuito era orientar o usuário (o estudante) a lidar com seus próprios problemas pessoais, familiares e socioeconômicos; e a segunda tendência colocava no mau funcionamento das instituições as responsabilidades dos problemas sociais, buscando, através da modernização de métodos e técnicas, ampliar os espaços ocupados pela profissão, atuando na perspectiva do ajustamento e da integração social.

A segunda vertente, identificada como “tentativa de conscientização”, nasce do posicionamento questionador assumido por aqueles/as assistentes sociais que percebiam as contradições presentes nas relações sociais estabelecidas e a articulação existente entre a prática do Serviço Social e as forças sociais que se manifestam na realidade: os problemas sociais apresentados pelos pais e professores, como falta de saúde, falta de alimentação ou falta de trabalho, por exemplo, não podem ser atribuídos a falhas individuais ou à organização da escola, mas são resultado de relações complexas e sua ‘resolução’ não depende, portanto, de medidas isoladas ou de recursos institucionais, mas de uma intervenção na própria realidade. Muitos profissionais também estavam ligados e engajados no Movimento de Educação de Base (MEB), com fito a um trabalho de alfabetização; na animação popular e nos processos de sindicalização; também numa perspectiva crítica, muitos profissionais também estavam ligados às ações de cultura popular promovidas por Paulo Freire.

Paulo Freire, em suas obras *Educação como Prática da Liberdade* e *Pedagogia do Oprimido*, exerceu grande influência no Serviço Social no sentido de inculcar-lhe inquietações em relação ao homem como sujeito de sua história, à discussão da prática pedagógica do Assistente Social, colocando para a profissão algumas indagações políticas que se desdobraram

em uma aproximação com o marxismo, tal como considera Quiroga (1991).

As reformas na educação que iniciadas em 1942 se consolidam na Constituição de 1946, definindo como responsabilidade do governo federal o ato de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional e como responsabilidade dos municípios a organização dos sistemas de ensino. O trabalho dessa comissão da reforma deu origem a um anteprojeto de lei que após sofrer algumas alterações feitas pelo Ministro foi encaminhado ao Presidente da época, Eurico Gaspar Dutra, dando entrada no Congresso em 1948 como Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1949, o relator do projeto, Gustavo Capanema, emitiu parecer desfavorável alegando que o projeto tinha intenções políticas e não atendia aos interesses pedagógicos. O mesmo foi arquivado, sendo retomado somente em 1956, após ser reconstituído. Depois de longa tramitação e muitos percalços o Congresso votou pela aprovação em 20/12/1961.

Uma das conquistas que pode ser ressaltada na LDB de 1961, e que afeta o Serviço Social no espaço da escola, é a inserção do Capítulo XI, intitulado “Da Assistência Social Escolar”, na legislação. Através dos art. 90 e 91, o Serviço Social no espaço da escola, na perspectiva assistencial, tem seu espaço legitimado na escola, como segue:

art. 90 – Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológica e de enfermagem aos alunos. Art. 91 – A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, – através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade. Os art. 90 e 91 da Lei 4024 irão subsidiar e fundamentar os projetos de lei da década de 1970 e 1980, que tramitam nas Assembléias Legislativas de Estado e na Câmara Federal, visando a implantação do Serviço Social na Rede de Ensino⁵.

Como é possível notar, como o conjunto das políticas sociais públicas, a política de educação, em vários Estados e municípios, vai crescendo de forma vertiginosa e ampliando o espaço de atuação de assistentes sociais, legitimando cada vez a ação do Estado sobre a sociedade.

Aponta Saviani (2014) que o período entre 1961 e 1996 caracteriza-se pela unificação normativa da educação nacional e a concepção produtivista da escola. Além dos colégios de aplicação, que se consolidaram nesse período, surgiram os ginásios vocacionais, impulsionando a renovação do ensino de matemática e de ciências, colocando em ebulição o campo da pedagogia. O golpe deflagrado em 1964 seria o início de um processo de reorientação de todo o ensino no Brasil.

⁵ Witiuk, *ibidem*, p. 41.

Chamada de autocracia burguesa por Florestan Fernandes, a ditadura civil-militar foi deflagrada na virada de março para abril de 1964, no Brasil; momento este em que os movimentos sociais pela educação e cultura populares foram perseguidos e as ideias e iniciativas de Paulo Freire, do MEB e dos progressistas católicos de transformação social foram silenciados pela repressão e censura dos militares. A propaganda do governo à população era a necessidade de que a escolarização “cumprisse a missão” de realizar o crescimento e o desenvolvimento econômicos do país⁶. Sem dúvidas, os assistentes sociais que trabalhavam nos círculos operários também foram reprimidos e até exilados.

Na educação, o “braço pedagógico” da ditadura chamava-se Cruzada da Ação Básica Cristão (Cruzada ABC), que tinha como objetivo, a partir de práticas assistencialistas e filantrópicas, ajudar a população analfabeta a integrar-se à sociedade contemporânea, o qual vigeu de 1964 a 1969, mas não decolou como movimento de massa.

Assim, em resposta aos altos índices de analfabetismo, em dezembro de 1967, por meio da Lei n. 5.379, o governo impôs a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Financiado abundantemente pelos recursos da Loteria Esportiva, Imposto de Renda e “ajuda” empresarial, o Mobral foi estruturado em três níveis: Mobral Central; Coordenações Estaduais e Territórios e Comissões Municipais. Foi investido em quatro programas: Alfabetização Funcional (1970); Educação Integrada (1971); Mobral Cultural (1973) e o de Profissionalização (1973). Para o Programa de Desenvolvimento de Comunidade (DC), foram criadas uma série especial de três manuais: *Você é Líder*; *Você é Ação* e *Você é Importante*⁷.

A perspectiva tecnicista na educação se expressa pela adoção da teoria do capital humano, a partir de 1964, dentro do planejamento estratégico de desenvolvimento do país. Como expressão da visão de mundo do capital, esta teoria busca explicar, numa perspectiva positivista, mediante métodos científicos, a relação direta existente entre desenvolvimento econômico e investimento em formação educacional dos trabalhadores. Na teoria do capital humano, manifesta-se também a parceria entre público e privado como resposta ao desenvolvimento social.

Em suma, todos esses programas, com capilaridade nacional, tinham o fito de promover um verdadeiro processo de doutrinação, disciplinarização em massa sobre civismo, saúde, economia doméstica, orientações para o trabalho e vida em comunidade; conseqüentemente retirava toda a autonomia do trabalho realizado pelos professores das redes municipais e estaduais. As aulas eram realizadas sem aprofundamento social, sem senso crítico, sem

⁶ Freitas e Biccas, *ibidem*, p. 247-248.

⁷ Freitas e Biccas, *ibidem*, p. 248-258.

questionamentos algum. Tão automático que qualquer um poderia aplicar as cartilhas.

Ao passo que o processo de escolarização brasileira passa por essas mudanças e incorporações de novas “políticas” educacionais, como os assistentes sociais que atuam no âmbito escolar se movimentam e ou se ressignificam diante desses cenários dinâmicos e contraditórios?

Até o final da década de 1960 e início de 1970 há uma clara validação e reforço do Serviço Social por parte das ações governamentais. Segundo Netto (2005), um dos componentes das relações entre autocracia burguesa e Serviço Social operou a manutenção das modalidades de intervenção e (auto) representações que matizavam a profissão desde o início dos anos 1950. Não obstante, a respeito da prática dos profissionais, o processo de “modernização conservadora” engendrou um mercado nacional de trabalho, macroscópico e consolidado para os assistentes sociais, denotando uma conexão desta expansão com o andamento da já vista “industrialização pesada”. Portanto, esse mercado colocou para o Serviço Social, dado o seu contexto sociopolítico, um novo padrão de exigências para seu desempenho profissional, tanto nas agências estatais, quer nos espaços privados⁸.

Dentro desta perspectiva destaca-se o trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado no Rio de Janeiro em 1965, apresentado pelas Assistentes Sociais que atuavam no projeto de parceria Fundação Ford e Secretaria de Educação e Cultura da Guanabara, identifica-se o investimento e a preocupação do capital internacional com a alfabetização do trabalhador. Nesse projeto, ao assistente social cabia a seguinte especificidade prática:

1º - tratar as famílias cujos problemas, estivessem repercutindo no ajustamento escolar da criança; 2º - atuar junto à comunidade, levando-a a colaborar dinamicamente com a escola. O reajustamento das famílias seria feito através do estudo e diagnóstico, para que pudesse ser estabelecido um plano de tratamento, capaz de ajudar indiretamente a criança em suas dificuldades [...]º.

Publicado em 1990, o trabalho de pesquisa de Berenice Beatriz Backhaus, sobre a *Prática do Serviço Social Escolar: uma abordagem interdisciplinar*, indica dois processos que nos cabe atentar-se: a) mudança substantiva na forma e na apropriação do método marxiano na análise da realidade social, embora ainda com limitações, que difere-se bastante dos discursos de 1970 e b) não se abre mão da crítica do seu tempo presente e os impactos na atuação do Assistente social na política de escolarização básica sob a égide do então FHC.

A autora conclui em sua pesquisa que a ação profissional no campo educacional se

⁸ Netto, 2005, p. 117 a 123.

⁹ Witiuk, 2004, p. 49 a 50.

resume nos seguintes aspectos:

entendimento da prática como parte integrante da problemática educacional; o sistema educacional ora reproduz a ideologia dominante, ora possibilita incorporar elementos críticos de questionamentos da própria realidade; o processo educativo é uma prática que implica relação dialética entre os integrantes, onde todos ensinam e todos aprendem; a formação profissional também como processo educativo, tendo como referência a concreticidade que deve ampliar as demandas de trabalho conjunto no interior do mesmo contexto institucional (BACKHAUS, p. 54-55).

Sabe-se que a história não avança de forma absoluta e linear. Por isso não se pode crer que os avanços da educação e da reconceituação do Serviço Social não terão elementos conservadores de continuidade. Em fase disso, muitos intelectuais defensores e adeptos da educação difundida pela Igreja (e de outras matrizes conservadoras), por exemplo, defendem suas ideias posteriormente às fases “clássicas” do processo de reconceituação do Serviço Social.

Por fim, representando esse “avanço conservante”, frisa-se o trabalho de tese defendido por Sergio Antônio Carlos, em 1993, na PUC-SP, intitulado *A gênese e a estrutura do Serviço Social brasileiro no período doutrinário católico*. Nesse trabalho, o autor apresenta suas ideias católicas sobre a educação, onde destaca-se a defesa de que a:

A educação integral é direito dos pais. O estado deve colaborar para facilitar a execução da educação e **suprir lacunas e deficiências da educação particular**. A educação como obra social necessita de três sociedades: família, sociedade civil e a Igreja. Não pode ser completa e perfeita se não for cristã. É prioridade da família Ao Estado cabe assegurar a proteção da educação moral e religiosa que são direitos nativos da Igreja e da Família” (CARLOS, 1993, p. 80). (**grifos meus**).

Acrescenta, ademais que:

a grande preocupação da não intervenção do Estado na educação está subordinada à noção que a Igreja tem da educação. Uma educação que se assenta na moral cristã. **A Igreja é, em última instância a responsável e a guardiã da verdade**. Deve zelar por ela e transmiti-la. Como poderia deixar que um Estado laico se encarregasse de tão importância tarefa? Ainda mais que as relações entre Igreja e Estado estavam recém sendo reatadas. (CARLOS, 1993, p. 81) (**grifos meus**).

O movimento histórico do Serviço Social na educação, no século XX, não foi nada linear, especialmente, quando consideramos as mudanças importantes nas etapas do processo de escolarização no Brasil e, nelas, também, as necessárias mutações sofridas no trabalho de assistentes sociais atuantes na educação básica. As mutações tratadas aqui são internas, no âmbito profissional e decorrente do processo de reconceituação da profissão; e externas, no âmbito estatal e das várias orientações de implementação das políticas sociais.

Infere-se que há pelos menos três tendências que acompanham a compreensão e a prática do Serviço Social na educação: a) uma prática educativa redentora-messiânica, a qual acompanha uma prática profissional ligada a uma ação salvacionista, que pressupõe que a

educação resolverá todas as expressões da questão social atinentes ao capitalismo; b) uma prática educativa de reprodução societal, ou seja, uma atuação profissional que busca, no âmbito da educação, integrar o indivíduo ao modelo de sociedade vigente, seguindo e reproduzindo as normativas como prontas e estáticas; c) e uma prática educativa transformadora da sociedade: com grande influência freireana, recebeu o Serviço Social grandes inquietações no que se refere ao homem como sujeito de sua história, à discussão da prática pedagógica, pondo à profissional questionamentos políticos que levou à aproximação com a tradição marxista.

Tal como afirma Hegel (*apud* Lukács, 2018) todo saldo ontológico tem, necessariamente, elementos de continuidade. Assim, embora a prática do Serviço Social, ao longo do século XX, tenha sofrido mudanças e reconceituações importantes, não significa que elementos de sua protoforma ainda não estejam pairando livremente nas mentes e corações de milhares de profissionais de Serviço Social que atuam hoje no Brasil¹⁰. Em verdade, difícil seria provar o contrário.

Diante do exposto até aqui, é possível apresentar uma hipótese sobre a trabalho de assistentes sociais enquanto trabalho educativo (ou atos educativos) no seguinte sentido: toda intervenção social de assistentes sociais na sociabilidade capitalista é uma forma de trabalho educativo, podendo ser uma prática educativa hegemônica ou contra-hegemônica.

O trabalho educativo de assistentes sociais é hegemônico quando esse profissional cumpre, com rigor, o caráter reprodutivo da essência da sociedade burguesa vigente (conservadorismo, individualismo, o direito). Isso se perpetua sobretudo quando da inserção desses profissionais no seio do Estado enquanto trabalhadores empregados, pois tendem a legitimar, inclusive com certos fundamentos deontológicos, a necessidade de manutenção do *status quo* institucional como sendo, em certa medida, um *dever-ser* da profissão.

Compreende-se que se chegarmos a um patamar de mudanças significativas no seio das relações sociais e do trabalho é porque este modo de produção constrói socialmente formas de organização que cimenta um modelo de ação educativa que dê sustentação a essa forma de viver, de trabalhar e de se relacionar. Se o trabalho nesse modo de produção é tornado um trabalho alienado, a educação como categoria de segunda ordem também produzirá uma forma de trabalho educativo também alienado: trabalho esse que os profissionais de Serviço Social não estão imunes de reproduzir.

Portanto, o trabalho educativo de assistente sociais é contra-hegemônico quando, mesmo que a natureza do trabalho imaterial não possa ser mudada por mera conveniência do

¹⁰ Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o Brasil tem hoje aproximadamente 200 mil assistentes sociais, registrados nos 27 Conselho Regionais de Serviço Social (CRESS), em cada estado.

espírito, esses profissionais podem criar as condições, por meio do ação prático-educativa e político-estratégica, capaz de contestar as formas de ingerência estatal sobre as várias formas de instrumentalidades intentadas por esses profissionais sobre a realidade onde incidem. A grosso modo, toda e qualquer realidade pode ser mudada, transformada, mas isso só é possível quando não nos deixamos ser vencidos pela *domesticação* (FREIRE, 1990, p. 44) criada pela sociabilidade do cotidiano.

Ainda que não se tenha a intenção de esgotar todo o universo aqui mencionado de profissionais, uma vez que recorto o campo da prática em educação, nosso objetivo é tentar revelar quais os elementos de *continuum* presentes nas duas primeiras décadas do século XXI e buscar elementos para sua contestação e até mesmo superação.

2.2. Serviço Social na política de educação: elementos do tempo presente

O intuito neste momento é apresentar alguns dados que nos ajudam a pensar as características e o perfil dos profissionais que hoje estão inseridos na educação como um todo.

Os dados que seguem são fruto da análise de artigos de periódicos A1 e A2, como: *Ser Social* (UnB), *Políticas Públicas* (UFMA), *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea* (UERJ), *Argumentum* (UFES), *Textos & Contextos* (PUCRS) e *Serviço Social Em Revista* (UEL). Em relação ao *Anais do CBAS*, como não tivemos acesso aos anais de 2000 a 2012, pesquisou-se os *Anais* de 2016 (15^o edição) e 2019 (16^o edição). As dissertações de mestrado e teses de doutorado foram pesquisadas no Banco de Dissertações e Teses da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Por conseguinte, uma primeira constatação é possível revelar: embora a pesquisa tenha demonstrado acentuado aumento quanto ao quantitativo de artigos publicados e a criação de novas revistas¹¹, constatou-se uma estagnação ou linearidade da quantidade de artigos publicados sobre o objeto em exame. Ou seja, o debate sobre trabalho de assistentes sociais na educação, entre 2000 e 2020, não alcançou 1% do total de produções pesquisadas.

Para fins de explicitação, apresenta-se abaixo o quantitativo de 57 produções selecionadas para análise e decomposição nos seguintes critérios: a) produção de conhecimento por sexo; b) participação das instituições de ensino; c) produção de conhecimento por região do Brasil; e) temas privilegiados.

¹¹ Tais como: *Em Pauta*, criada em 2007; *Argumentum*, criada em 2009; e *Serviço Social Em Revista*, criada em 2009

Gráfico 1- Seleção dos trabalhos

Produções	Quantidade
Artigos anais (CBAS)	17
Artigos	12
Dissertações	20
Teses	8
TOTAL	57

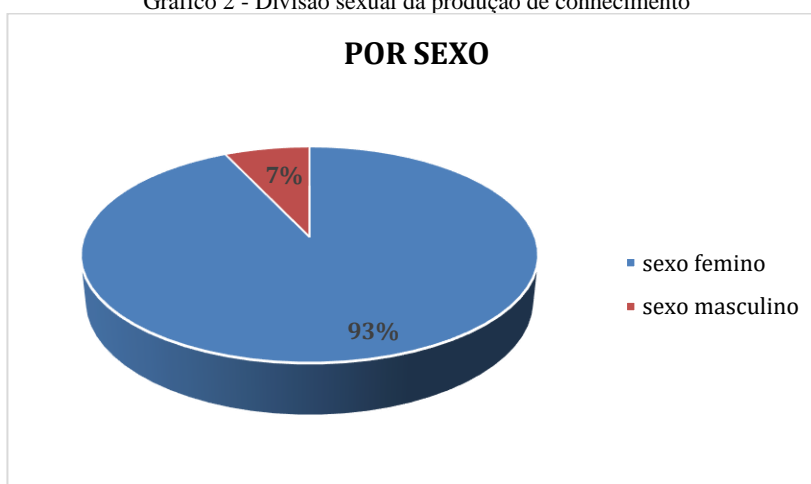
Fonte: O autor (RODRIGUES, 2022)

Em relação à *divisão sexual do trabalho no âmbito do Serviço Social*, como se verifica na Tabela 4, é notável a participação feminina na produção de conhecimento. Durante o processo de pesquisa, foram identificadas 134 autoras e apenas 06 autores do sexo masculino. O sexo feminino não é só preponderante na produção de conhecimento, mas é maioria na profissão.

Destacamos que muitos artigos foram escritos por mais de um/a autor/a, por isso há não só uma quantidade maior de pessoas do sexo feminino quanto uma quantidade de trabalhos por pessoa. *Mutatis Mutantis*, a prevalência do sexo feminino na profissão reforça a pesquisa “Assistentes Sociais no Brasil”, realizada em 2005, pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), afirmando que a profissão é composta majoritariamente por mulheres (pouco mais de 90%). Portanto, evidencia-se o processo histórico chamado de feminização da profissão.

Ademais, este estudo também confirma a tendência de inserção do serviço social em instituições de natureza pública, com quase 80% da categoria ativa trabalhando nessa esfera. A saúde, a assistência social e a previdência social são as áreas que mais empregam profissionais. A educação vem crescendo nos últimos anos, considerando a emergência de ações estratégicas do governo brasileiro, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem aberto muitos espaços de atuação para assistentes, desde 2007 e 2010.

Gráfico 2 - Divisão sexual da produção de conhecimento



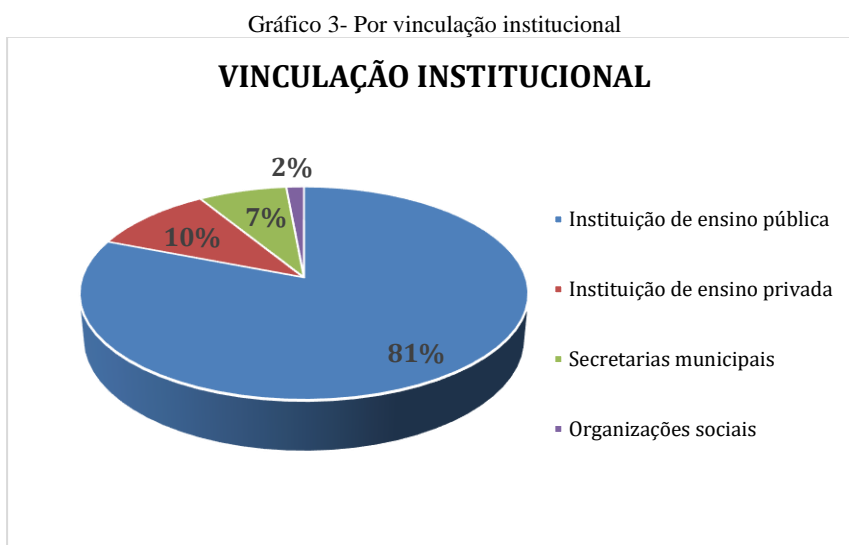
Fonte: O autor (RODRIGUES, 2022)

No que tange às contribuições na *produção de conhecimento a partir da natureza institucional*, é majoritária a participação das universidades públicas, sejam elas estaduais, técnicas e ou federais.

Das 40 instituições vinculadas aos/às autores/as, 31 delas são instituições de ensino. Destas, 29 são de universidades públicas: sendo 14 federais, 9 estaduais e 6 escolas técnicas (institutos federais). Os demais 9% das participações dividem-se em secretarias municipais (ambiental, de educação e socioeducativa) e organizações sociais (ONG's), tal como consta no gráfico abaixo.

A participação de universidades privadas e centros de ensino privados, como se pode notar no gráfico abaixo, é bem pequena, o que não lhes tira o mérito e contribuições importantes na produção de conhecimento. Entre as universidades privadas, duas são pontifícias universidades católicas, ou seja, instituições confessionais. A PUC São Paulo, por exemplo, foi o berço das primeiras produções sobre a profissionalização do Serviço Social no Brasil e ainda hoje tem essa marca.

Por isso, destaca-se a predominância das universidades públicas na produção de conhecimento do Serviço Social na área de educação.

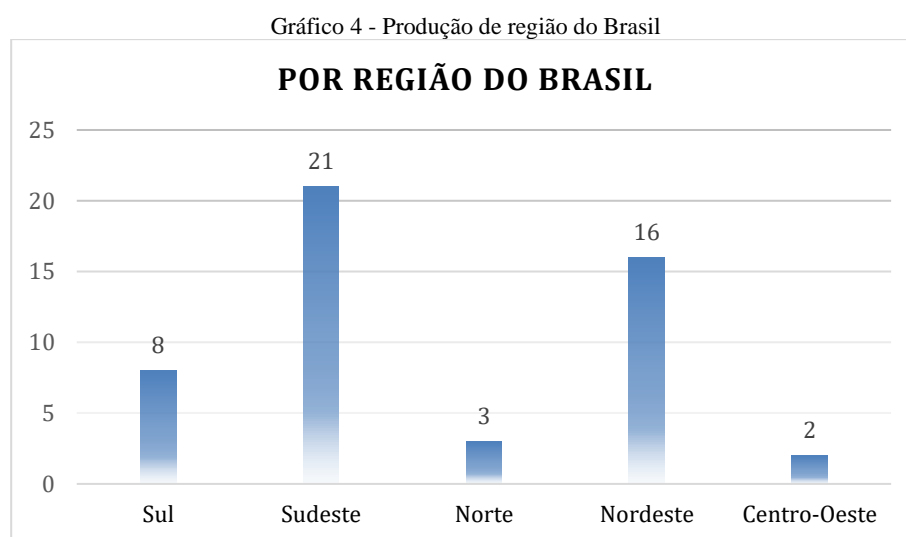


Fonte: O autor (RODRIGUES, 2022)

Em relação às produções de conhecimento por região do Brasil, destacam-se 11 Estados brasileiros. Os Estados que compõem a região Sul (Santa Catarina e Paraná) tiveram um total de 8 produções. Os Estados que compõem a região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) tiveram uma participação de 21 produções. A região Centro-Oeste (Goiás e Mato-

Grosso) obteve 2 participações. Em relação à participação dos Estados do Norte (Pará e Amazonas), essa foi de 3 participações. A participação dos Estados do Nordeste brasileiro (Ceará, Paraíba, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Piauí) foi de 16 artigos.

Importante destacar que a região Nordeste só obteve tantas participações por ocasião da realização do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorrido em Olinda-PE, o que proporcionou uma participação ímpar de profissionais da região Nordeste do país. Fora esse fator, infelizmente, o destaque para o centro das produções é a região Sudeste.



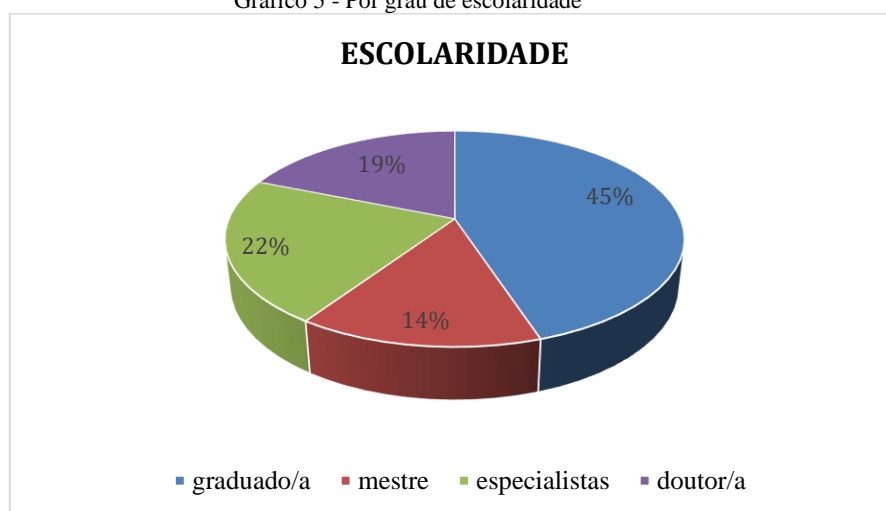
Fonte: O autor (RODRIGUES, 2022).

Ao analisar os artigos por área de conhecimento, apreendeu-se que no universo de 117 autores/as, 114 são de assistentes sociais. Os demais dividiram-se em Cientista Social (2) e Letras (1), ambos com doutorado. Entre os/as assistentes sociais, 31 eram graduados, 10 mestres, 15 especialistas e 13 doutores/as. Nesse sentido, para fins de aprofundamento sobre o objeto posto, delimitou-se como universo da pesquisa somente trabalhos de autoria de assistentes sociais.

Na análise da *produção de conhecimento por área*, como pode ser verificado abaixo, constatou-se uma grande parcela de produções de profissionais somente com nível de graduação. Essa porcentagem se deve à participação de artigos apresentados nas edições 15º e 16º do CBAS, o qual tem pouca exigência de graus mais elevados.

Se considerarmos o conjunto dos elementos examinados, trata-se de um dado muito importante para a profissão e para a contribuição na produção de conhecimento na área de educação.

Gráfico 5 - Por grau de escolaridade



Fonte: O autor (RODRIGUES, 2022).

Até aqui, segundo as tabelas e dados apresentados, temos, em síntese, que a produção de conhecimento sobre o trabalho de assistentes sociais no Brasil, no últimos 20 anos, tem uma clara identidade: esse conhecimento vem sendo produzido por mulheres; estão inseridas e vinculadas a instituições de ensino públicas, sejam elas federais, estaduais e técnicas; participação isonômica em relação à graduadas, mestras e doutoras, considerando, mais uma vez, a possibilidade de participações em Congressos Nacionais; e em sua maioria essas produtoras de saber estão vinculadas à universidade localizadas na região sudeste do Brasil, ainda que sua origem seja de outros estados do Brasil.

Os temas privilegiados são aqueles sobre os quais o conjunto dos profissionais vem se debruçando em estudos e pesquisas durante os últimos 20 anos. Como verifica-se na tabela abaixo, os temas mais privilegiados somam 5, entre os 20 temas conjugados sobre educação e serviço social. É possível verificar que alguns temas estão relacionados com o mesmo nível de ensino como, por exemplo, o da assistência estudantil, a qual é desenvolvida tanto os Institutos Federais, quanto no âmbito do ensino superior, ambos na esfera pública.

Gráfico 6 - Temáticas privilegiadas

TEMÁTICA	DATA	PRODUÇÕES
EDUCAÇÃO GERAL	2000	1
	2010	1
	2011	1
	TOTAL	3
EDUCAÇÃO BÁSICA	2012	4
	2013	1
	2014	2
	2015	4

	2016	3
	2017	1
	2020	1
	TOTAL	16
EDUCAÇÃO PRIVADA	2009	1
	2011	1
	TOTAL	2
EDUCAÇÃO TÉCNICA	2013	1
	2015	3
	2016	1
	2017	1
	2018	1
	TOTAL	7
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (IF e IES)	2015	1
	2016	2
	2017	2
	2019	1
	2020	1
	TOTAL	7

Fonte: O autor (RODRIGUES, 2022).

Como se pode verificar, os temas privilegiados pelos assistentes sociais foram: educação básica, assistência estudantil (contando com os Institutos Federais e IES públicas) ensino técnico.

A educação básica é um espaço sócio-ocupacional de assistentes sociais desde os primórdios da profissão, como já mencionamos longamente na primeira parte do capítulo 1. Atualmente, umas grandes pautas do Conjunto CFESS/CRES é, juntamente com o Conselho Federal de Psicologia, lutar pela aprovação da Lei13.935/2019, que garante que esses profissionais no âmbito escolar, apontando algumas razões¹².

Entre as razões apresentadas põe-se que as duas profissões têm uma atuação sólida no campo da educação: conformando desenvolvimento à criatividade e proteção social; são demandas para prestar cuidados, como manutenção da saúde mental e articulação com a rede socioassistencial; a inserção desses profissionais eleva a qualidade do ensino nas escolas (numa perspectiva plural e inclusiva), e educação básica de qualidade é um direito de crianças e adolescentes; podem contribuição no processo de formação continuada junto a professores, estudantes e comunidade, sobre as questões postas no cotidiano; entre outras que estão ligados

¹²Disponível

<[em:](http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1853#:~:text=A%20Psicologia%20e%20o%20Servi%C3%A7o%20Social%20na%20escola%20contribuem%20para,suas%20diferen%C3%A7as%2C%20desigualdades%20e%20dificuldades.></p>
</div>
<div data-bbox=)

à garantia de direitos das crianças e adolescentes.

O debate da assistência estudantil está localizado no âmbito do ensino superior público. Este último vem em crescente sobretudo após 2007, com a implementação de um pacote de políticas educacionais pelos governos Lula. Atualmente, podemos dizer que há uma inserção massiva de Assistentes sociais atuando nessa área, especificamente na operacionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Trata-se de um importante programa, pois tem o objetivo de mitigar a evasão e retenção de estudantes oriundos das classes trabalhadoras, a partir da oferta de auxílios financeiros e equipamentos sociais (moradias estudantis, restaurantes universitários). A presença de Assistentes sociais criam um cenário de legitimação das ações, no entanto com poucos recursos canalizados para esse programa, o que vemos um atendimento cada vez mais focalizado, minimalista e que não consegue alcançar os objetivos. A pandemia da covid-19 mostrou o quanto são frágeis tais programas, ainda do caos vivido pelos seus utentes.

~~O tema sobre educação popular, embora tenha uma relativa abo presença nas publicações aqui estudadas, não o é em variedade de autores, e isso mostra sua limitação. Durante a pesquisa, verificou-se que tal tema vem sendo tratado reiteradamente por Machado (2012; 2019), a qual centra-se no método de Paulo Freire. Aponta a autora que “articulação entre as áreas de Serviço Social e educação popular surge aproximadamente no início da década de 1970. Apesar disso, atualmente [em 2012] a educação popular não está muito presente nos debates acadêmicos da área do Serviço Social” (p. 154).~~

Ao citar Iamamoto, reitera que “faz necessário reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate teórico-profissional ante o refluxo dos movimentos sociais e dos processos maciços de organização sindical, mas não do trabalho de campo” (...). Em outras palavras esclarece que, da mesma forma que os espaços coletivos (a exemplo dos Conselhos de Políticas da Saúde, da Assistência Social, dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos de Direitos e até mesmo das ONGs) podem abrigar práticas assistencialistas, também podem apresentar práticas democráticas voltadas para a mobilização e a organização popular¹³.

Por conseguinte, examinaremos o artigo da Assistente Social Aline Maria Batista Machado intitulado *Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica*, publicado no trimestre de março a janeiro de 2012, na revista *Serviço Social & Sociedade*.

¹³ *Ibidem*, p. 155.

Neste artigo, a partir da leitura de suas referências, a autora baseia-se numa perspectiva marxista gramsciana a partir das experiências freirianas, no Brasil, para explicar a realidade. Retoma parte do movimento histórico de reconceitualização da profissão, resgatando a vinculação de assistentes sociais à perspectiva da luta popular nos movimentos sociais.

Traz o contexto histórico da Educação popular, afirmando que ela é genuinamente brasileira. Coloca em debate os principais movimentos hegemônicos (Mobral) e contra-hegemônicos pela educação na época.

Nos moldes da perspectiva freiriana essa forma de educação é, ainda, enquanto prática eminentemente política, a que se aproxima da comunidade e dos movimentos populares com os quais aprende para a eles poder ensinar também (p. 157).

A educação popular perdeu a perspectiva de transformação social e econômica tal como era nos anos 60. Hoje, está dispersa em pequenas experiências (p. 159).

O problema é que o foco na prática cotidiana desconectada do todo social oculta a realidade, uma vez que esta não se manifesta de maneira imediata, por meio da aparência. Ao se apegar à micronarrativa em detrimento da explicação globalizante, muitos educadores passam a considerar apenas a questão da cotidianidade e excluir a historicidade, a enfatizar a individualidade, a alteridade, a diferença regional, local, rejeitando as concepções pedagógicas direcionadas às mudanças estruturais¹⁴.

Sobre alguns elementos constitutivos da educação popular e sua importância para a área do Serviço Social, a autora reflete que “O fato é que esse profissional lida cotidianamente com variadas expressões da questão social, porém normalmente perde a oportunidade de estimular a organização e mobilização popular, seja por falta de tempo, iniciativa ou mesmo desconhecimento. ou seja, em geral detectam essa necessidade, mas não sabem por onde começar, outros detectam e até intervêm, no entanto terminam adotando práticas antidemocráticas”¹⁵.

Pode-se inferir que as práticas antidemocráticas são parte das construções ou não das disputas de projeto, no âmbito da instituição. Ao optar pela repressão, perdeu a capacidade de lutar contra ela internamente.

Ressalta que “a educação popular é fundamental para a formação de assistentes sociais, pois por meio dela é possível uma prática mais dialógica, democrática, que impulsiona

¹⁴ *Ibidem*, p. 160

¹⁵ *ibidem*. p. 161.

processos de conscientização, organização, participação e mobilização, levando-se em conta o saber popular, a autonomia e a diversidade cultural¹⁶”.

A mesma autora, agora com as contribuições de Andrêsa Melo da Silva e Graziela Mônica Pereira Tolentino, em outro artigo intitulado *Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010)*, publicado no primeiro triênio de 2019, destaca a educação popular como instrumento importante no trabalho e formação profissional do assistente social.

As autoras ressaltam que “praticamente depois que a profissão se aproximou das ideias de Karl Marx, foram abandonados os debates teórico-críticos que envolvem a educação popular. É como se o legado de Freire tivesse sido esquecido ou fosse obsoleto. Daí muitos alunos dos cursos de Serviço Social o desconhecem, bem como sua contribuição à profissão¹⁷” (p. 71). As autoras, de certa forma, reforçam um retorno às ideias de Freire, a despeito das de Marx.

Para as autoras, a relação do Serviço Social com Paulo Freire e a educação popular “começa quando ele recebe o convite para atuar no recém-criado Serviço Social da Indústria — Sesi na cidade do Recife-PE, no ano de 1947 (...) influenciando mais fortemente nas décadas de 60 e 70¹⁸”.

Concorda com a autora Scheffer de que as primeiras aproximações do Serviço Social com as ideias do educador se deram em dois aspectos: primeiro, pela vinculação de Freire ao movimento católico (de viés progressista), e, segundo, por meio das propostas e ações de desenvolvimento de comunidades ligadas à educação de base de adultos.

Podemos afirmar que a profissão perdeu sua vitalidade de pensar as transformações sociais somente pelo fato de ter se distanciado das ideias de Paulo Freire? Paulo Freire propunha a revolução social? A destruição do Estado? Supressão das classes sociais? A superação da propriedade privada? Podemos afirmar que o afastamento das ideias de Freire se deu somente pela aproximação a Marx?

Relatam as autoras que houve um refluxo do debate sobre as ideias de Paulo Freire e a educação popular no Serviço Social nos anos 90, mas que na primeira década do século XXI tem sido retomado. Quais são os fatores que levaram a uma maior aproximação com os movimentos sociais e populares na ditadura, um refluxo nos anos de 1990, e uma retomada nos anos 2000? Pautar o assunto em seminários, documentos, etc. é fator que comprova uma reaproximação com as ideias de Paulo Freire e educação popular?

¹⁶ *Ibidem*, p. 162.

¹⁷ *Ibidem*, p. 71.

¹⁸ *Ibidem*, p. 173.

Nesse artigo, as autoras realizaram um levantamento das produções teóricas brasileiras que articulam as temáticas educação popular e Serviço Social no recorte temporal de 1980 a 2010, a fim de identificarmos: a área que mais vem produzindo essa articulação temática (Serviço Social ou educação); o perfil dos autores; o ano da produção; o tipo (livro, capítulo de livro, revista científica, anais de evento, tese, dissertação de mestrado ou trabalho de conclusão de curso); e, por fim, os locais onde tais produções foram publicadas (cidade e região brasileira).

Os resultados da investigação revelaram que 95% das produções são da área de Serviço Social e apenas 5% da área de educação. Quanto ao período das publicações, 42% foi produzido na década de 1980; 10%, na década de 1990; e 48% na primeira década dos anos 2000, ou seja, de 2000 a 2010. Nos livros e teses, o tema aparece de forma transversal, e não central. Em relação ao gênero, 78% é do sexo feminino, 18% do masculino e 2% misto. Os autores que mais aparecem nas produções são: Vicente Faleiros (1981 e 2005), Marilda Iamamoto (2002 e 2007), Marina M. Abreu (2002 e 2009), Eblin Farage (2005 e 2009), Luiz A. Baldi (duas vezes em 2010) e Aline M. B. Machado (duas vezes em 2010).

Embora a autora considere que 42% das produções nos anos 1980 seja algo insuficiente por conta da censura da autocracia burguesa da época, pelo contrário, é significativo para a época. No entanto, as produções podem ter outro viés de abordagens e experiências, ao contrário das produções no período de paz da primeira década do novo milênio, que podem pautar com centralidade nas políticas sociais.

Concluem que a grande maioria das produções investigadas advém de mulheres, década de 2000, expressa-se sobretudo em monografias de conclusão de graduação datadas nos anos 1980, provém da cidade de São Paulo, visto a hegemonia da Cortez Editora, decorre das regiões Sudeste e Nordeste, apresenta-se crítica e é, sobretudo, da área de Serviço Social, seguida da de Educação.

Outro artigo temático que irá tratar do serviço social e trabalho socioeducativo é da Assistente Social Adriana Giaqueta Jacinto, intitulado “Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico”, publicado na revista *Katálisis*, no primeiro triênio de 2017.

Nesse artigo, a autora aborda a contribuição do pensamento de Gramsci para o Serviço Social tendo como referência a apreensão das relações entre política e cultura, com ênfase na dimensão educativa do trabalho do assistente social. O questionamento central é, se o(a) assistente social, enquanto profissional que trabalha com a classe expropriada de seus direitos fundamentais, pode assumir o papel de intelectual orgânico, na concepção gramsciana. Parte da

história de vida e obra de Gramsci para situar o conceito de intelectual orgânico e sua relação com outros conteúdos imbricados na temática da política e cultura, refletindo sobre a ampliação do entendimento de prática pedagógica.

Afirma, que “ao viabilizar o acesso a um recurso material concreto ou contribuir com o acesso a um direito do usuário, o(a) assistente social não apenas repassa o material, mas o faz dentro de um processo educativo, que exige diálogo competente, troca de informações, orientações, potencialização da organização e mobilização dos sujeitos para a conquista dos seus direitos. A dimensão socioeducativa é, portanto, fundante na identidade do Serviço Social. O trabalho do(a) assistente social situa-se predominantemente no campo político-ideológico¹⁹”.

“O trabalho do(a) assistente social pode caminhar no sentido de contribuir com a consciência de classe dos trabalhadores atendidos, buscando caminhos para enfrentamento das expressões da questão social, de forma coletiva, entendendo-se o caráter coletivo, não no sentido da quantidade, mas da qualidade do potencial de aprendizagem que as lutas sociais por efetivação dos direitos contêm²⁰”.

“Qualquer que seja o espaço de atuação do(a) assistente social, ele(a) é um(a) profissional que tem um papel essencial visto que exerce uma função eminentemente educativa e organizativa, atuando com as classes trabalhadoras²¹”.

Pelo grau de conservadorismo atualmente na profissão - pela experiência profissional vivenciada por este trabalhador-pesquisador -, afirmo, sem titubear, concordando com Gramsci, que todos os assistentes sociais são intelectuais, mas nem todos têm nos espaços sócio-ocupacionais e para os sujeitos demandatários tal função. A autora conclui seu ensaio colocando que temos a função e podemos ser intelectuais orgânicos, mobilizadores de sujeitos, mas não somos ou estamos fazendo isso. O motor que eleva à intelectual orgânico o (a) Assistente Social são os embates cotidianos na disputa entre projeto profissional e projeto institucional/estatal. Se esse motor não funciona, não fazemos diferença alguma na luta contra-hegemônica. Tudo fica como está, mas com nosso aval.

¹⁹ *Ibidem*, p. 81.

²⁰ *Ibidem*, p. 82.

²¹ *Ibidem*, p. 83.

CAPÍTULO III

FUNDAMENTOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

3.1. O ser social e a categoria trabalho

Há cerca de 14 bilhões de anos, a matéria, a energia, o tempo e o espaço surgiram naquilo que é conhecido como *Big Bang*. A história dessas características fundamentais do nosso universo é denominada física. (...) Por volta de 300 mil anos após seu surgimento, a matéria e a energia começaram a se aglutinar em estruturas complexas, chamadas átomos, que então se combinaram em moléculas. A história dos átomos, das moléculas e de suas interações é denominada química. (...) Há cerca de 4 milhões de anos, em planeta chamado Terra, certas moléculas se combinam para formar estruturas particularmente grande e complexas chamadas organismos [vivos]. A história dos organismos é denominada biologia. (...) Há cerca de 7 mil anos, os organismos pertencentes aos organismos *Homos sapiens* começaram a formar estruturas ainda mais elaboradas chamadas culturas. O desenvolvimento subsequente dessas culturas é denominado história (Harari, 2019, p. 11).

Partindo da explicação de Harari (2019), o ser pode ser dividido em três esferas: o *ser inorgânico*, *ser orgânica* e o *ser social*.

A esfera do *ser inorgânico* é aquela que não tem vida; é aquela que não se reproduz; é aquela esfera que só pode se unir a outras por justaposição, ou seja, lado a lado, numa condição em que é possível vê-los separadamente. Não é possível pensar na reprodução do ar, da água, dos minérios, etc. Não obstante, nem de longe podemos dizer que esses seres, por serem inanimados, são, por isso, de menor complexidade. Nas primeiras manifestações do ser inorgânico, a diversidade de elementos químicos era bastante simples e reduzida. Os primeiros entes inorgânicos existentes foram o Hidrogênio (H) e o Hélio (He), e teriam aparecido cerca de 15 milhões de anos atrás (Reeves *et al*, 1997 *apud* Maceno 2019, p. 24). Segundo esses mesmos autores, das reações e fusões nucleares se originaram outros elementos mais pesados e com propriedades diversas dos anteriores, entre eles o silício (Si), carbono (C), o oxigênio (O), entre outros. O processo que resultou no salto ontológico para o ser orgânico demonstra a riqueza incomensurável do ser inorgânico.

A esfera do *ser orgânico*, esfera essa que tem a elemento da vida e da reprodução, é dotada de um caráter muito maior de complexidades, mas que ainda irá supor e dependerá dos elementos anteriores, ou seja, uma ainda é constitutiva da outra. Dirá Lukács (2018, p. 27) que se na realidade surgem formas de ser mais complexas, mais compostas (vida, sociedade), então as categorias da ontologia geral devem ser conservadas nela como momentos superados; o superado teve em Hegel, corretamente, também o significado de *conservação*. Conservação no sentido de que nenhum ser pode parecer do nada; nenhum ser é cem por cento novo, inédito. A

transição qualitativa de um ser para o outro será chamada por Lukács de salto ontológico.

A última e infinitamente mais complexa, é esfera do *ser social*, a qual depende de todas as outras, mas que contém legalidades, formas de relação, interação e reprodução que a diferencia das demais. Entre os elementos que a diferencia, emergem: o trabalho (relação homem-natureza), a sociabilidade e a linguagem, nesta ordem (os dois últimos tratam-se da relação homem-homem). Essas são qualidades que nós, *Homo sapiens* – gênero sábio de nossa espécie HARARI (2019) –, adquirimos, paulatinamente, ao longo de mais de 7 milhões de anos sobre a Terra²².

Por conseguinte, Lukács (2018) afirma que somente o trabalho tem, com sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto de trabalho, etc.), como orgânica, que caracteriza a transição do ser meramente biológico ao ser que trabalha. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social.

Ao contrário das sociedades animais, cujas diferenciações são fixadas biologicamente, Lukács atribui à organização e aos seres sociais a responsabilidade pela sua própria criação e ampliação cada vez mais intensa e complexa.

Ao explicar essa forma de autorreprodução, Marx (2004, p. 211) o faz nos seguintes termos:

O trabalho sob forma exclusivamente humana. As aranhas executam tarefas semelhantes ao do tecelão, e uma abelha supera mais do que um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na sua mente antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não apenas transforma o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o objeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

²² Uma nota sobre o processo evolutivo é muito importante, porque, em geral, há uma crença que de o processo evolutivo das espécies se deu de forma linear. Para lusificar sobre esses mitos, o Professor Dr. Walter Neves, um reconhecido paleontólogo do USP, nos ajuda a compreender essa dialética nos seguintes termos: “As ideias de Darwin, até o meio dos anos 1970, eram que a evolução humana havia começado com um pacote que envolve 1) *bipedia* (ou seja, andar sobre suas próprias pernas e posição ereto-vertical); 2) *cérebros grandes*; 3) *redução dos dentes caninos* e 4) *fabricação de ferramentas de pedra*. Tudo errado, afirma. No meio dos anos 1970, a teoria de Darwin Washburn foi para os ares. Em 1974, ocorreu a famosa descoberta de *Luci*, cujo esqueleto tinha 3,5 milhões de anos, já era bípede, tinha um cérebro muito reduzido e não estava associado à nenhuma ferramenta de pedra. Na verdade, a bipedia já estava presente, há 7 milhões de anos, no *Sahelanthropus tchadensis*, o qual já tinha 350 cm cúbico de capacidade craniana, isto é, 100 cm a menos que o crânio de um chimpanzé atual. As ferramentas de pedra lascada, segundo os últimos estudos realizados na Etiópia, encontradas no Quênia, com 3,3 milhões de anos; mas, os cérebros grandes somente aparecerão a partir de 2 milhões de anos (Disponível em: <https://youtu.be/5PZFW-SICTA>). A partir dessa explicação, importa, também, frisar que há possibilidades de o próprio Marx (por ter morrido em 1883), e também Lukács (por ter morrido em 1971), ter reproduzido a ideia do pacote completo linear do processo evolutivo das espécies. De toda forma, creio que isso não compromete a sua visão rica da qual esses autores detinham.

A partir daí, dirá Lukács (2018) anuncia a categoria ontológica central do trabalho: através dele, realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico: uma atividade ou uma ação que se orienta para um dado fim, enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, sempre que se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material. Nessa ótica, é possível dizer que seria reproduzir idealmente um objeto nunca visto no plano material, um objeto puramente construído da mente humana.

Assim, concordamos com Maceno (2019) que uma ação teleológica exige uma ação consciência, uma decisão, uma escolha, uma colocação de fim. É perceptível que esses elementos não constam no mundo natural, uma vez que na natureza há a chamada causalidade, ou seja, uma relação de causa e efeito onde se têm um fim em si própria. Por isso, podemos diferenciar os homens dos animais por diversas características que lhes são peculiares, tais como: linguagem, conhecimento, arte, educação, etc. Estes são os complexos sociais de segundo ordem que não podem existir autonomamente sem o trabalho e sem o homem. Portanto, os complexos sociais secundários constituem-se em relações que os homens estabelecem com outros homens, enquanto o trabalho é a relação que o homem estabelece com a natureza.

3.2. Educação no modo de produção capitalista

A educação é um complexo social secundário que ocorre na relação entre homem e seus iguais. Sua emergência só pode ser examinada no âmbito do ser social que surge para dar respostas as necessidades de socialidade humana (MACENO, 2019)

A educação como complexo secundário acompanha o homem desde os primórdios, aprimorando suas formas de intervenção na natureza. A educação tal como a conhecemos hoje, na forma *escolarizada*, nem sempre foi assim. Em seu processo de desenvolvimento histórico os homens atravessaram modos de produzir e reproduzir a vida formas bem distintas: modo de produção primitivo-tribal, escravista (*escravismo*), asiático, feudal (feudalismo) e a atualmente e mais complexa o modo de produção capitalista. Em cada um desses modo de produção da vida social, a educação se prestou a distintas complexidades, legalidades e finalidades. Neste item, serão desenvolvidas, a partir de uma abstração isoladora, as características do complexo social educativo em cada formação social específica, a fim de, também, explicitar o método histórico-dialético de exposição do movimento histórico percorrido pelo objeto em exame.

Como nos esclarece Maceno (2017), com a emergência do capitalismo e das sociedades

de classes desaparece aquela possibilidade de acesso socialmente irrestrito aos conteúdos imateriais produzidos e acumulados pelas comunidades primitivas, os quais a educação se encarregaria de transmitir. A atividade mediadora da educação continua, assim como antes, a se realizar em todos os sujeitos sociais, porém de modo desigual, em conformidade com a natureza de classe dessas sociedades. Assim, o complexo da educação é transformado porque a base da qual depende ontologicamente altera-se a partir das transformações sociais que decorrem do trabalho e dos complexos a ele diretamente relacionados, vale dizer, a partir das transformações que ocorrem nas forças produtivas, na divisão social do trabalho, no tempo de trabalho socialmente necessário.

No mesma lógica ontológica, mas usando uma semântica distinta, Saviani (p. 2013) explica que o objeto da educação está vinculado a duas perspectivas: a) à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos, ou seja, trata-se de distinguir entre o essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório ; b) e à descoberta de formas mais adequadas para alcançar esse objetivo, isto é, trata-se da organização dos meios (conteúdos, espaço, tempo e procedimentos), através dos quais, progressivamente, cada indivíduo singular realize, na forma de segunda natureza, a humanidade produzida historicamente. Esta última perspectiva se desenvolverá no interior do capitalismo como o processo de escolarização, por isso, uma autonomização em face da sua categoria fundante.

Quais seriam as relações possíveis entre a realização de trabalho intelectual no interior de uma instituição educacional com todas essas características aqui mencionadas? Uma primeira hipótese seria a possibilidade de uma conquista de consciência de sujeitos envolvidos em direção a algo distinto. Veremos a seguir quais são as principais características que orientam o trabalho realizado por assistentes sociais nas instituições educacionais; e, conseqüentemente, quais são as direções percorridas por esses profissionais.

3.3. Os fundamentos teóricos metodológicos do trabalho profissional na educação

Se os elementos do passado constam no presente, significa dizer que o passado não passou, mas se perpetua, por isso não se trata mais de passado, mas presente. Tal indagação se coloca como uma preocupação sobre quais elementos dos quais acreditamos termos superados podem estar presentes no novo século, sobretudo com o incremento do conjunto de políticas sociais educacionais a partir de 2003. Se não somos imunes à conjuntura, algum impacto sofremos com essas mudanças. Nos resta saber se ela teve um peso capaz de alterar ou não as

bases que alicerçam o comportamento profissional das profissões, entre elas o Serviço Social brasileiro. Ou seja, em que estágio de amadurecimento estamos neste momento histórico?

Estamos diante de um contexto em que o conjunto de políticas sociais privilegiam a inserção de assistentes sociais, aumentando ainda mais o contingente de profissionais atuando no âmbito do Estado. Considerando que o estatuto profissional (Lei de Regulamentação e o Código de Ética) avanço teórica-metodologicamente no sentido de ter como horizonte a superação desta sociedade capitalista e implementação de uma outra de novo tipo, seria então uma via tomar o Estado pelas bordas e alçar voos em busca da transformação? O que nossa profissão nos diz a esse respeito nas publicações Brasil afora?

Neste capítulo, serão analisados, mais aprofundadamente, os materiais com maior incidência entre as temáticas abordadas quando da interlocução entre Serviço Social e educação. Busca-se compreender quais os avanços em relação ao debate do Serviço Social e educação, procurando examinar aquilo que ainda está estático ou não em termos de avanço teórico-metodológico do pensamento e teoria críticos.

As temáticas mais privilegiadas foram 5, somando um quantitativo de 37 produções. Para o objetivo deste capítulo, será analisado 50% do total das temáticas privilegiadas, ou seja, 17 produções, entre teses, dissertações, artigos de revista e de Anais. Acredita-se que tal percentagem é substantivamente capaz de revelar a direção dada ao conjunto das produções analisadas, uma vez que não temos como foco esgotar o debate em questão, mas encontrar possíveis tendências, direções e relação com aquilo que vem fundamentando o trabalho de assistentes sociais no âmbito das instituições educacionais.

No artigo “A contribuição do serviço social na garantia da permanência dos estudantes na educação básica: um estudo a partir das escolas públicas estaduais do município de Rolândia/PR”, Almeida e Silva (2014 *apud* Gonçalves, 2019) afirmam que inserção do Assistente Social em uma instituição escolar deve conciliar o seu saber com as experiências que lhe são trazidas pelos estudantes e com os conhecimentos de professores, pedagogos, zeladores e demais funcionários, avaliando e revendo a sua prática profissional.

Segundo seus relatos, tais profissionais atuariam nos problemas que os estudantes trazem de casa para o interior da unidade escolar, desenvolveria atividades junto às famílias e realizaria encaminhamentos para a rede de serviços (...).

Mas, diante das falas desses gestores surge a preocupação de que para estes o profissional do Serviço Social contratado para atuar nas unidades de ensino viria para resolver os problemas de indisciplina, de repetência, de evasão, deixando os professores mais *tranquilos* para exercerem suas atividades (...).

Nesta perspectiva, o/a assistente social deve atuar no sentido de possibilitar que a educação escolar seja impulsionada por relações de respeito e (...) reconhecimento das diferenças sociais, culturais, étnicas, religiosas, de gênero.

(...) O profissional do Serviço Social em sua atuação deve considerar a importância de um trabalho interdisciplinar, tendo em vista que para garantir a permanência do estudante na escola é necessário o entendimento de que os problemas e situações vivenciadas no interior da escola vão além das atividades pedagógicas. Importante destacar que a ação profissional não seria uma ação também política e socialmente pedagógica?

O/A assistente social, atuando em uma equipe interdisciplinar – pedagogos, professores, psicólogos –, poderá contribuir na permanência e no combate à evasão escolar por meio da: execução de atendimentos individuais (com os estudantes e/ou com seus responsáveis); reunião com a comunidade que gira em torno da escola, criando ou fortalecendo os conselhos Escola-Comunidade, as Associações de Pais e Mestres; reunião com os profissionais da educação da própria escola e das escolas próximas, com vistas a discutir os problemas comuns; visitas domiciliares aos estudantes e suas famílias, possibilitando conhecer sua realidade socioeconômica e cultural; contato e articulação com a rede de serviços do território, com vistas a encaminhamentos e discussões de situações que aparecem cotidianamente no interior das escolas; possibilidade de colaborar na elaboração de programas e projetos que tenham por finalidade o debate e a prevenção à violência intra e extramuros escolares, o consumo de substâncias químicas lícitas e ilícitas, e às questões relacionadas à sexualidade e à saúde do educando. Tais atribuições postas pelas autoras não seriam formas de atuação protocolares? O que irá diferenciar o trabalho ético e politicamente direcionado será a intencionalidade do profissional em relação a essas ações listadas acima. Por exemplo, em uma entrevista social com um estudante “problemático”, o profissional não poderá dizer-lhe que ele não pode ser problemático. Após compreender a fundo as condições que levaram o estudante à situação conflitante, qual seria a contribuição desse profissional diante do estudante? Dizer-lhe que não pode ser “assim, mas assado”?

Para Marafon e Santos (2016), no artigo “A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social”, os assistentes sociais assumem as seguintes atribuições: estudo e avaliações de ações do programa; emissão de estudos socioeconômicos e pareceres técnicos; intervenções diretas com a população estudantil; renovação de benefícios assistenciais; participação em equipe de trabalho multiprofissional; definição de perfil de aluno para inserção em programas (demanda maior tempo dos profissionais).

Ao citar Iamamoto, Machado (2012) reitera que faz necessário reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate teórico-profissional ante o refluxo dos movimentos sociais e dos processos maciços de organização sindical, mas não do trabalho de campo.

Reitera autora que o profissional lida cotidianamente com variadas expressões da questão social, porém normalmente perde a oportunidade de estimular a organização e mobilização popular, seja por falta de tempo, iniciativa ou mesmo desconhecimento. Em geral, detectam essa necessidade, mas não sabem por onde começar, outros detectam e até intervêm, no entanto terminam adotando práticas antidemocráticas. As práticas antidemocráticas são parte das construções ou não das disputas de projeto, no âmbito da instituição. Ao optar pela repressão, perdeu a capacidade de lutar contra ela internamente.

Pontua Machado (2012) que quando os intelectuais, e aqui se incluem os assistentes sociais, se reconhecem como classe trabalhadora, e não apenas como indivíduos ou profissionais detentores do saber, e defendem ideias em favor dessa classe, tornam-se indispensáveis ao grupo social excluído do sistema hegemônico e ameaçadores do grupo que dirige tal sistema. Aqui, a autora relata uma questão interessante ao debate sobre a identidade de classe do assistente social e sua falsa consciência. Ou seja, reconhecem-se como classe trabalhadora (uma fração dela), mas desconhecem seu lugar no modo de produção capitalista. Isso é tão verdade que implica na evasão desses profissionais em movimentos extra-institucionais, pois reconhecem mais como burocracia no que defensores dos interesses das classes subalternas.

Por conseguinte, Adriana Giaqueto Jacinto, em seu ensaio “Trabalho socioeducativo no Serviço Social: o intelectual orgânico”, publicado em 2017, parte do questionamento de que se o Assistente social pode assumir a função de intelectual orgânico no trabalho junto às classes subalternas. Afirma a autora que no exercício das dimensões ético-política, técnico-operativo e teórico-metodológica, o assistente social desenvolve um trabalho eminentemente educativo. Reforça que ao viabilizar o acesso a um recurso material concreto ou contribuir com o acesso a um direito do usuário, o assistente social não apenas repassa o material, mas o faz dentro de um processo educativo, que exige diálogo competente, troca de informações, orientações, potencialização da organização e mobilização dos sujeitos para a conquista dos seus direitos. A dimensão socioeducativa é, portanto, fundante na identidade do Serviço Social. O trabalho do(a) assistente social situa-se predominantemente no campo político-ideológico.

Também aponta Jacinto (2017) que o trabalho do(a) assistente social pode caminhar no sentido de contribuir com a consciência de classe dos trabalhadores atendidos, buscando

caminhos para enfrentamento das expressões da questão social, de forma coletiva, entendendo-se o caráter coletivo, não no sentido da quantidade, mas da qualidade do potencial de aprendizagem que as lutas sociais por efetivação dos direitos contêm. Pode-se afirmar que todos os assistentes sociais são intelectuais, mas nem todos têm nos espaços sócio-ocupacionais e para os sujeitos demandatários tal função. A autora conclui seu ensaio colocando que temos a função e podemos ser intelectuais orgânicos, mobilizadores de sujeitos, mas não somos ou estamos fazendo isso. O motor que eleva à intelectual orgânico o assistente social são os embates cotidianos na disputa entre projeto profissional e projeto institucional/estatal. Se esse motor não funciona, não fazemos diferença alguma na luta contra-hegemônica. Tudo fica como está, mas com nosso aval.

No relato de experiência de Carolina Barbosa *et alii*, intitulado “A atuação do Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Limeira-SP, na perspectiva do acesso, permanência e desenvolvimento pleno do aluno”, do 15º CBAS de 2016, alguns elementos sobre o trabalho do assistente social destacam-se.

Sobre o trabalho ali realizado, as autoras relatam que são realizadas intervenções nos problemas que comprometem o desenvolvimento integral do aluno, tais como: casos de violência de toda ordem. Contribuem para o acesso e permanência e acompanhamento, visando a extinção da evasão. Também contribuem para a gestão democrática e planejamento e na otimização dos espaços escolares para ampliar o atendimento às crianças de zero a 3 anos de idade. O setor compõe todos os Conselhos de direito referente às crianças.

Apontam que entre suas comissões organizativas, há a Comissão de Formação Continuada que atua no processo de capacitação dos trabalhadores com palestras relacionados ao cotidiano escolar (Não foi mencionado temas, etc.). As autoras destacam o seguinte plano de trabalho para mitigar a evasão escolar: “analisar e diagnosticar as questões sociais que influenciam na evasão”; “trabalhar de maneira socioeducativa a importância da escola junto às famílias”; “realizar visitas domiciliares, ampliando o conhecimento da realidade social”; “acompanhamento social das famílias de alunos faltosos”; “construção de instrumentais, com bilhetes, mensagens, etc. que levem às famílias informações sobre as faltas”; “encaminhamento de Relatórios ao Conselho Tutelar relatando situação de evasão”. O primeiro ponto é a adoção da nomenclatura “Serviço Social Escolar (SSE)” para identificar a equipe de assistentes sociais que atuam na secretaria. Embora saiba-se que não é a semântica a responsável pela mudança da realidade, em termos fundamentais, tal nomenclatura imprime um regresso em relação aos avanços sobre a necessidade de uma formação para o profissional que tenha características generalista e não especialista. Ademais, aparecem, como função do profissional, o “diagnóstico

das questões sociais”, bem como uma simplificação das possibilidades instrumentais do Assistente Social. Trata-se de um *mix* entre as bases teórico-filosóficas de Mary Richmond e a hiperespecialização causada pela reestruturação produtiva.

Por conseguinte, Adriana Araújo de Lisboa (*et alii*), expõem em seu relato de experiência intitulado “As atribuições do serviço social na educação profissional: a experiência do IFS”, publicado no 15º CBAS de 2016, suas preocupações em relação ao crescimento de áreas e de demandas colocadas pela gestão do Instituto Federal de Sergipe à equipe diminuta de assistentes sociais.

Relatam que as demandas de assistência estudantil são as que mais demandam a intervenção dos profissionais, por isso hipotecam esse processo à chamada bolsificação.

Chamam a atenção as atribuições de profissionais em áreas como Recursos Humanos (ou seja, profissionais da Administração, Psicologia e Contabilidade) que também são assumidas por assistentes sociais, mas que não são alvo de críticas por esses profissionais, antes são atribuições para as quais buscam legitimação profissional. Não bastasse, justificam essa tomada de decisão ao fato de o assistente social ser um profissional generalista. Generalista ou trabalhador polivalente, com desvio de função? indago. O que estamos compreendendo como generalista, senão a busca pela polivalência, acreditando que isso será o carro-chefe para ampliação de postas de trabalho para assistentes sociais.

No artigo de Arlete Vieira Trindade, intitulado “Educação profissional e tecnológica, requisições institucionais e a intervenção profissional: o Serviço Social no CEFET-RJ-campus Maria da Graça”, apresentado no 15º CBAS, em 2016, traz com uma das primeiras indagações que interessa a esta pesquisa, que é “qual projeto o Serviço Social do CEFET-RJ vem consolidando”?

Para Trindade (2016) a ação do Serviço Social, na educação tecnológica, implica, necessariamente, na identificação desse perfil de jovens ingressantes no ensino médio e técnico profissionalizante, diante de um contexto contemporâneo em que as mudanças societárias após a implantação da política econômica neoliberal têm alterado o perfil socioeconômico das famílias. Afirmo que o trabalho investigativo envolve o debate teórico, as normativas existentes, as demandas institucionais e a identificação das expressões da questão social no *campus*.

Complementa que o Serviço Social inicia suas atividades, fundamentalmente, nos programas de transferência de renda, motivado pela realização de avaliações sociais para a concessão de benefício de auxílio estudantil.

Defende a autora que a atuação do assistente social, inserido na equipe multiprofissional da instituição, envolve ações que visam abranger todos os estudantes, as famílias, os docentes

e aos demais trabalhadores da educação. Passa pela identificação das expressões da questão social que limitam a permanência, a aprendizagem e a qualidade da educação prestada. Por isso, aponta que garantir que o Serviço Social trabalhe somente no campo de suas atribuições e competências seria o caminho para potencializar a construção da formação humana integral e de uma educação pública na perspectiva emancipatória (p. 08).

Reitera que esse perfil estudantil (fração da classe trabalhadora que vive em desigualdade de renda para permanência universitária) já diz onde o Serviço Social vai debruçar sua intervenção profissional com o objetivo de contribuir para a minimização dos índices de retenção e evasão, para além de ações de transferência de renda.

No entanto, não diz, nem para fins de prospecção, quais seriam essas ações “para além das ações de transferência de renda”. No Brasil, o formato e operacionalização das políticas de assistência social ao estudante nas universidades têm apresentado características de uma maquinaria eloquente: em que os passageiros entram a bordo com a máquina ainda em movimento; que os trabalhadores/as não têm tempo para prestar-lhes a atenção, porque estão muito atarefados contando os bilhetes recebidos; que não se importam com as reclamações feitas pelos passageiros das péssimas condições dos vagões assentos, banheiros, situação incompatível com a carestia do bilhetes, porque sabe que são só passageiros: os reclamantes logo passam. Muitas vezes, constitui-se como um espaço onde pensar, criar, planejar, ousar é tornado sinônimo de ociosidade, inoperância, preciosismo profissional. “A vida é aqui e agora, não sabemos o dia de amanhã”, diria o *coach* emocionado e muito feliz com cifras bancárias que o agraciaram ao final do mês.

Em seguida apresenta-se o artigo de Raquel de Freitas Fernandes, Carolina Alves de oliveira e Maria Aparecida Franco Seixas, intitulado “O lugar do (a) assistente social na socioeducação: uma análise sobre a experiência da prática profissional em uma unidade de internação”, apresentado ao 15º CBAS, em 2016. Nesse trabalho, as autoras relatam sobre a experiência profissional na medida socioeducativa de internação no Centro de Socioeducação Irmã Asunción de La Gándara Ustará (DEGASE/RJ), com o objetivo de apresentar os avanços e percalços que permeiam a intervenção desses profissionais no cotidiano de uma unidade de privação de liberdade.

Sobre a socioeducação, ressaltam as autoras que tal política é responsável, entre outras ações, por proporcionar um atendimento socioeducativo, como atividades pedagógicas.

Segundo autoras, no DEGASE, as equipes trabalham multidisciplinarmente, onde ao Serviço Social cabe: realizar atendimentos individuais e em grupo; elaborar estudos de caso e relatórios técnicos; realizar atendimento às famílias dos adolescentes, buscando informações,

orientando e propondo formas de intervenção; prestar orientações acerca da documentação civil; buscar e articular recursos da comunidade para formação de rede de apoio, visando a inclusão social dos adolescentes; elaborar planos de intervenção para o desenvolvimento da ação socioeducativa personalizada junto aos usuários.

Criticam que o trabalho junto às crianças e adolescentes tem sido individualizados, mas deveriam ser coletivos, pois o direito diz respeito a todos. Ademais, relatam que o trabalho do assistente social não é valorizado, ficando a incumbência de “apagar incêndios” junto a familiares de forma individualizada.

Defendem que o “processo socioeducativo como processo [de trabalho] desencadeador de reflexão crítica. Nele, deve-se objetivar que o sujeito se perceba como agente transformador de si mesmo e da sociedade, sendo propositivo em um trabalho social reflexivo, crítico e construtivo” (p. 7). Mais uma vez aparece um conjunto de ações padronizadas onde não é possível localizar uma intencionalidade nas ações empreendidas pelos profissionais. Fazem-se muitas críticas ao modelo de trabalho imposto pela instituição, porém há uma dificuldade de apontar horizontes alternativos em relação ao produto da intervenção profissional.

Em relação ao trabalho dito socioeducativo desenvolvido pela profissional de Serviço Social, não há ações que a possam caracterizar, embora compreendem as autoras que entre os profissionais que desenvolvem atividades pedagógicas estão os assistentes sociais.

Em sua dissertação de mestrado, intitulada “Explorando outros cenários: o Serviço Social no espaço escolar”, defendida em 2013, a pesquisadora Jullymara Lais Rolim de Oliveira analisa o Serviço Social na escola, destacando as dimensões constitutivas da profissão: teórica, ética e técnica nas escolas municipais de João Pessoa-PB.

Discorre a autora sobre a instrumentalidade do Serviço Social e a práxis reiterando as contribuições de Yolanda Guerra. Afirma que todos os assistentes sociais hegemonicamente se pautam pela teoria crítica de Marx.

A afirmação de que a maioria dos assistentes sociais se pautam pela teoria de Marx é um tanto frágil. Só seria possível considerarmos a maioria dos profissionais se esse fossem docentes de universidades públicas, conforme esta pesquisa demonstrou são as que mais produzem conhecimento crítico. Por outro lado, não podemos afirmar que todos os profissionais que atuam nas políticas sociais assumem no cotidiano a perspectiva crítica em Marx na sua prática profissional. Como já foi afirmado por Netto “essa categoria é conservadora para burro”. Esse tem sido um dado revelado tanto pela experiência profissional deste pesquisador, quando pelos achados da pesquisa corrente.

Acrescenta que “os assistentes sociais necessitam compreender a legislação brasileira

no que refere ao acesso às políticas públicas, além disso, interpretar o texto constitucional de 1988, relacionando-o à prática profissional”.

Seria necessário conhecer todas as legislações existentes no Brasil? Se a proposta é de fortalecer a formação generalista, podemos afirmar que precisamos ter conhecimento do estatuto jurídico que existe em nosso país, sempre instrumentalizando-o de acordo com nossas intencionalidades e vinculado ao local de atuação. A lei, por si só, não dá direcionamento ao nosso fazer, porque ela precisa ser mediada.

Indaga autora que muitas das vezes a atuação do assistente social na equipe multiprofissional fica ofuscada porque exige-se atuação generalista e polivalente. Infere-se que há uma grande diferença de um trabalho com característica generalista e polivalente. Generalista está relacionado a um saber crítico que considera a dimensão da totalidade. Polivalente, por sua vez, caracteriza o trabalhador que tudo faz, que “veste a camisa da instituição”. Esse fenômeno é um produto do modo de produção pós-fordista, que exige trabalhadores com “saberes amplos” e com capacidade de lidar com as mais situações adversas. Esse vem, mais do nunca, afetando os profissionais de serviço social nos espaços públicos. Aqui trata-se dos fundamentos dos novos princípios educativos ao conjunto dos trabalhadores.

Prosseguindo nos trabalhos, segue-se à análise da dissertação de Paula de Ávila Assunção, intitulada “A inserção do/a Assistente Social na Escola: limites e possibilidades”, publicada em 2016, ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

Em sua pesquisa, Assunção (2016) afirma que na escola o assistente social é chamado a atuar de acordo com as diretrizes do Projeto Pedagógico da Escola. Afirma que a função social do Serviço Social deve ser a de problematizar as demandas dos usuários da política de educação para depois buscar a mediação com o instrumento teórico-prático. Pontua-se que embora a atuação profissional em consonância com projeto pedagógico da instituição, ele não é superior ao estatuto legal da profissão. Ou seja, as leis institucionais não superiores às leis que regem a profissão.

Em relação às contribuições à gestão democrática na escola, afirma a autora que o assistente social pode contribuir com o desenvolvimento de atividades curriculares que oferecem experiências democráticas aos estudantes: divulgação de informações e direitos.

No item que discute as “atribuições gerais e específicas do assistente social”, a autora coloca que prática do assistente social se faz no dia a dia, no próprio fazer e ser assistente social.

Antagoniza a autora o trabalho interdisciplinar e multidisciplinar, favorecendo-os, em detrimento de práticas excludentes, isoladas fragmentadas, além de conservadoras e

antidemocráticas. Ou seja, segundo a autora, o trabalho *inter* e *multi* é mais democrático, menos conservador, mais inclusivo e leva em conta a totalidade.

Acrescenta que o trabalho do assistente social está “voltado para a politização da comunidade escolar interna e externa (...) visa sensibilizar os envolvidos e o despertar do processo reflexivo da vida social e cultural” (p. 58).

Para a autora, ações socioeducativas do assistente social são “práticas que se constroem por meio de processos e atividades que possibilitam a aprendizagem e o desenvolvimento dos participantes. O foco é sempre o estímulo à convivência comunitário/social e à participação social” (p. 58). Além da socialização de informações e orientações, cujo “objetivos das ações socioeducativas sempre vão ao encontro da defesa e afirmação dos direitos da pessoa humana, com vistas à sua emancipação, autonomia e cidadania” (p. 89).

A autora afirma, enfaticamente, que “a família é e sempre foi objeto de intervenção do assistente social, desde os primórdios da profissão” (p. 75). E as entrevistadas de sua pesquisa também enfatizam essa atribuição e acompanhamento. A família não é o objeto de trabalho dos assistentes sociais, antes ela integra o conjunto das expressões ad questão social. Nunca podemos nos esquecer de que a nossa matéria-prima são as expressões da questão social, ou seja, todas as consequências deletérias de um capitalismo maduro e desigual. A família, que agrega um conjunto de complexidades, é segunda uma unidade social, após o indivíduo. Na tradição familista, há duas “formas naturais” de satisfazer as necessidades dos indivíduos: o mercado (de trabalho) e a família. Essa tradição é a base das políticas sociais brasileiras (MIOTO, 2007), e o Serviço Social não faria sentido sem elas.

O assistente social assume, em geral, uma função de mediador de conflitos. Aponta que os entrevistados afirmam que ao assistente social cabe o acompanhamento familiar e o trabalho educativo cabe aos professores.

Para a autora, o assistente social, a partir dessa compreensão de trabalho educativo, pode: propor e executar programas e projetos que mitigue a evasão; pode criar estratégias para que a família se integre à vida escolar do filho; pode desenvolver projeto que visem o combate à violência, uso de álcool e outras drogas; bem como instrumentalizar os movimentos de mobilização escolar. Finaliza afirmando que sem o trabalho multiprofissional não há possibilidade de efetivação do trabalho do assistente social na escola.

Outro trabalho que será analisado é de Cila Ferreira Portugal Ramos, intitulado “O trabalho do assistente social na assistência estudantil no contexto da contrarreforma da educação superior”, publicado em 2016. Seu intuito é investigar a racionalização do trabalho profissional nesse espaço.

No âmbito da Educação Superior, a atuação profissional vem sendo historicamente requisitada para atuação junto aos programas de assistência estudantil. Junto à assistência estudantil realiza acolhimento, socialização de informações e encaminhamentos que possam contribuir para a permanência dos estudantes na universidade. Nesse processo, realiza o acompanhamento de alunos que, em virtude de sua situação socioeconômica, apresentem baixo rendimento acadêmico. Dentre suas atribuições, elabora e implementa projetos de intervenção, além de realizar pesquisas e estudos socioeconômicos para definição de perfil dos estudantes, como forma a subsidiar suas ações.

Destaca que nos últimos anos a atuação dos assistentes sociais está reduzida somente a análises documentais para concessão de benefícios e bolsas. Isso passou a intensificar especialmente após a expansão (ENEM/SISU) que aumentou a demanda por assistência estudantil de estudantes oriundos de outros estados.

Outro aspecto importante sobre o trabalho do assistente social se refere ao planejamento, sistematização e avaliação. O planejamento das atividades se dá através de reuniões de equipe, sem periodicidade definida. No entanto, em virtude das inúmeras atividades desenvolvidas pelo setor, o planejamento é prejudicado e muitas vezes as atividades são repetidas de forma mecânica sem que haja a possibilidade de discutir o trabalho.

Frisa Ramos (2016) que apesar da relativa autonomia de que dispõem os assistentes sociais para organização do seu trabalho, estes não possuem qualquer ingerência sobre o debate dos rumos das ações de assistência estudantil na UFRJ.

Prossegue-se à análise do trabalho de Heide de Jesus Damasceno, com título “Serviço Social na Educação: a intersectorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA”, defendido em 2013. O objetivo do autor é basicamente investigar a forma como os assistentes sociais respondem às demandas postas no exercício profissional.

Em seu estudo, Damasceno (2013) traz os elementos da inter e transdisciplinaridade para fundamentar alguns dos processos em que o assistente social está inserido. O autor identificou que há ações pontuais com outros profissionais em datas comemorativas, por exemplo: dia da consciência negra, dia das mães, gincanas, etc. Afirma que somente a junção de profissionais não se caracteriza trabalho interdisciplinar. Diante dessas questões colocadas, seria possível defender uma espécie de uma *justaposição* no trabalho social. Embora a justaposição se refira ao um processo bioquímico e não humano (ainda que haja bioquímica na composição orgânica dos homens), o processo de justaposição é muito importante para pensarmos o produto do trabalho coletivo e quais os elementos indivisíveis. No sentido não corporativo-estatal, um trabalho *justaposicional* seria o produto da soma das forças de

profissionais da política social + conselhos de direitos + partidos comunistas e socialistas + os trabalhadores utentes das ações do Estado. O produto dessa ação será muito mais significativo do que aquelas que dependem somente de atores/profissionais do corporativismo-estatal (assistentes sociais, psicólogos, etc., etc.).

Pontua o autor que “uma forte estratégia que deve ser usada pelos assistentes sociais é a criação de demandas para a instituição de forma a forçá-la a articular com outras instituições da mesma e de variadas políticas, fazendo surgir ações integrais, desde a concepção, elaboração, execução e avaliação” (p. 75).

Expõe Damasceno (2013), como resultado da pesquisa, várias demandas e respostas postas aos assistentes sociais no IFBA, destacando-se, entre elas, o processo de seleção socioeconômica. Afirmo o autor, com base em Miotto (2009), que os estudos socioeconômicos sofreram uma revolução após a adesão da categoria à teoria social crítica de Marx.

Além das demandas mais comuns da assistência social estudantil no IFBA, o autor também relata que são responsáveis por “atender demandas dos servidores e terceirizados (...) que aparecem como destaque e exigem ações que tentem cumprir esses objetivos” (p. 101).

Sobre as ações ditas socioeducativas dos assistentes sociais, pondera o autor que não há sistematizações mais densas sobre tais atividades.

Afirmo o autor que “o assistente social possui formação generalista, tornando-se apto a atuar em quaisquer políticas sociais no âmbito privado e/ou público” (p. 103).

Sobre o profissional generalista: Mais uma vez identifica-se tal afirmação. Considerar o fato de que o assistente social tem uma formação generalista e exatamente por isso já está apto a trabalhar em quaisquer políticas é um duplo equívoco. O primeiro equívoco é achar que a graduação, com todas as suas limitações que conhecemos, seria capaz de entregar ao mercado de trabalho um profissional com característica generalista, uma vez que o próprio conhecimento científico da sociedade burguesa é em essência fragmentado. Hoje, tal como Aristóteles, Vico, entre outros, não é mais possível haver generalistas, enciclopédicos. O segundo equívoco é que, ainda que este ou aquele profissional tenha tido uma ótima inserção e experiência no estágio obrigatório, a realidade do trabalho cotidiano nas políticas sociais (no “chão de fábrica”) não se dá por meio de aplicação de teorias – ainda que qualitativamente críticas – no contexto social e político dos diversos espaços de trabalho onde cabe assistentes sociais. Nesse sentido, ser um profissional generalista atualmente é algo quase em extinção, mas existem. A graduação não entrega generalistas, o profissional, ao longo de sua trajetória, pode, ou não, tornar-se generalista. Essa qualidade exige do profissional conhecimento dos três núcleos de

fundamentação: teórico-metodológico do ser social; teórico-metodológico da formação social brasileira; e os fundamentos do trabalho profissional.

Afirma o autor que emergência de estudantes pobres no IFB foi o causador da inserção de assistentes sociais para execução de análises socioeconômicas. Considerando ser essa a demanda que mais tem a atenção dos assistentes sociais, lamenta que “infelizmente a ação profissional fica assim circunscrita apenas à dimensão técnica, desvinculada das dimensões ética, política e teórico”.

Sobre a cisão entre o técnico e o teórico e ético: Embora a atividade do assistente social seja focada somente em análises socioeconômica, isso não quer dizer que nesse trabalho o profissional não esteja imbuído de elementos teóricos e éticos. Importante frisar que toda ação técnica-operativa traz, independente da vontade do sujeito, fundamentos de uma dada ética e de uma dada teoria, seja ela crítica, conservadora, ou depositária da “razão instrumental burguesa” (GUERRA, 2011).

O autor evoca dois eixos de explicação da atuação do assistente social na educação: o socioeducativo e a articulação com a rede socioassistencial. A ação socioeducativa é relacionada pelo autor ao atendimento das necessidades humanas (especiais, violência, intolerância, discriminação religiosa, étnica e de gênero, etc.) e o trabalho com famílias.

Partimos a outro trabalho, será analisado o trabalho de Aline Souza Araújo, com título “A intervenção do Assistente Social na Assistência Estudantil”, publicado em 2015.

Em sua pesquisa, Araújo (2015) afirma que a inserção do assistente social na Assistência Estudantil é uma forma de validar e valorizar a força de trabalho que está em processo de formação. Segundo a autora, em sua análise da composição de equipes diversas que são suportes para as ações de assistência estudantil, aponta que muitos assistentes sociais que não possuem equipe mais amplas sentem “necessidade de realizar um trabalho entre diversos profissionais para melhor atender as demandas” (p. 89).

Segundo os profissionais pesquisados pela autora, são executadas as seguintes demandas: análise socioeconômica; planejamento, execução, avaliação de editais e auxílios; atendimentos individuais; entrevistas; visitas domiciliares e encaminhamento à rede socioassistencial.

Atividades consideradas expansivas/avançadas pelos profissionais pesquisadas são: acolhimento de estudantes; conhecimento das necessidades/dificuldades; atendimentos grupais e interdisciplinar; orientação sobre diversos temas (saúde, assistência social, etc.); discussão sobre planejamento, monitoramento e avaliação; realização de palestras e oficinas; produções científicas.

Por conseguinte, partimos à penúltima dissertação a ser examinada. Intitulada “Educação e Serviço Social: um estudo sobre o exercício do/a Assistente social nos programas de assistência estudantil das universidades federais de Pernambuco”, esta dissertação foi defendida por José Albuquerque Constantino, em 2015. Buscou desvelar as demandas institucionais e as respostas profissionais nos referidos programas.

Tal como em outros trabalhos, o autor em questão também aponta a centralidade do trabalho de assistentes sociais em seleções socioeconômicas. Também estão envolvidos na construção de editais (prazos, datas, etc.). Aponta que os profissionais passam nas salas para socialização de editais.

Relata o autor que o acompanhamento se dá tanto pela verificação do rendimento acadêmico, quanto por meio de atividades socioeducativos junto aos estudantes. As ações ditas socioeducativas não são prioridade para a instituição. Em relação ao objeto do trabalho profissional, façamos a seguinte comparação: Na hora de fechar a folha de pagamento, fazer balanço institucional, o contador/economista precisa perguntar à instituição qual metodologia ele deve usar? Quando um médico solicita a um paciente uma bateria de exames ele não pergunta ao plano de saúde quanto isso vai custar. Porque o Assistente Social precisa perguntar à instituição como ele deve fazer o seu trabalho? A instituição não conhece o trabalho do Assistente Social, por isso cabe a nós mostrar isso a partir de nossas estratégias que partem de uma intenção nítida e objetiva. Se as “ações ditas socioeducativas” são usadas como estratégias profissionais para mobilização dos sujeitos, a instituição não pode impedir que seja feito. Isso poderia configurar um Desagravo Público. A grande questão posta é saber porque estamos na instituição e o que ela espera de nós. Podemos tomar duas direções: a aderência à razão instrumental, ou adoção de uma postura crítica perante a instituição em defesa do nosso ofício.

Acrescenta o autor que “a realização de seleção socioeconômica é uma competência legítima do Serviço Social, tendo em vista que historicamente essa atividade foi desenvolvida pelos/as assistentes sociais” (p. 150).

Ao analisar a questão da autonomia profissional apresentada pelas entrevistas da pesquisa, verifica-se que a autonomia sobre os instrumentais está ligada somente ao questionário socioeconômico, como se instrumentais se reduzissem somente a formulários semiestruturados para seleção social. Sobre instrumentais e autonomia profissional, nota-se que o que se compreende por instrumentais no Serviço Social ainda é extremamente limitado às atividades protocolares e cartoriais. Ou seja, como se existisse ações pré-determinadas historicamente que devem ser feitas por assistentes sociais. Os instrumentais podem ser lançados mão segundo a intenção e finalidade posta pelo profissional. O instrumental não se

reduz a um papel impresso com pergunta sobre a realidade de alguém. Antes de tudo, o instrumental é uma estratégia profissional para viabilizar direitos. Os meios de trabalho não se confundem com instrumentais profissionais. Como estamos, em geral, no âmbito estatal, não temos a mínima autonomia sobre os meios de trabalho (em geral, são informatizados, burocratizados, inflexíveis), mas podemos ter sobre os instrumentais.

São identificadas como ações socioeducativas: discussão sobre temas relacionados “à cidadania, racismo, gênero, sexualidade, respeito às diferenças, etc.” (p.168). Outra ação educativa realizada por assistentes sociais são visitas a colégios de ensino médio para socializar informações sobre a assistência estudantil.

O autor propõe as seguintes ações aos assistentes sociais: “Contribuir na formação política dos/as estudantes, articulação com outras com outras políticas sociais, intervir coletivamente nos rumos da universidade, desenvolver ações de extensão, inserção e fortalecimento nos espaços de decisão política” (p. 176).

Será analisada, ademais, a dissertação de mestrado de Anayara Raissa Pereira de Souza, intitulada “Reflexões sobre o trabalho do assistente social na assistência estudantil”, de 2017. Seu objetivo foi analisar tal trabalho nas universidades de Alfenas, Federal do ABC e Federal do Triângulo Mineiro.

Destaca Sousa (2017) que “além das determinações impostas pelas instituições empregadoras, que exigem que as análises socioeconômicas sejam realizadas em prazos determinadas em edital, a ausência de um plano de trabalho do Serviço Social faz com que as atividades profissionais se transformem em trefismo.” Sobre o trabalho rotineiro/trefismo: Suspeitamos que uma característica muito comum nesse programa é o trefismo. O trefismo tem sua origem processo de reestruturação produtiva, que traz fortes elementos de fordismo e toyotismo. Ou seja, produção em larga escala de análises socioeconômicas e a pragmática de hiperespecialização fragmentada. Dentro dos hospitais, tem o Assistente Social que atua na urgência e emergência, outro que atua na Hematologia, outro que atua na Maternidade. Na assistência estudantil, tem um profissional de atua na “parte” da bolsa X, outro trabalha com as moradias estudantis Y, outros com as questões financeiras W. E assim por diante.

Segundo o pesquisador, o trabalho de assistentes sociais tem sido demandado em diversas frente, tais como: gestão de pessoas, núcleo de inclusão de pessoa com deficiência, ações afirmativas, trabalho com famílias, articulações com rede socioassistencial, acompanhamentos sociopedagógico, saúde do trabalhador, assessorias em projetos de extensão, destacando-se implementação do PNAES. Além de: controle de frequência, colaboração na elaboração de editais, supervisão de estágio, entre outras que a instituição colocar ao assistente

social. O autor sintetiza que “de modo geral se observa nas IFES que o trabalho coletivo está condicionado a um processo próprio do capitalismo que é a transformação do trabalho complexo em trabalho simples” (p. 88). Ou seja, o que estamos presenciando é uma brutal vulgarização e simplificação do trabalho profissional.

Há muita reclamação, por assim dizer, entre os profissionais pesquisados da ausência de um projeto profissional nas IFES.

Tal preocupação é de fato preocupante, não pela inexistência em si do projeto, mas pelo fato de essas profissionais crerem que tal projeto emergirá de fora da instituição como se caísse dos céus uma alternativa que desse direção ao trabalho ali realizado.

Em suas conclusões, aponta que “o objeto de trabalho profissional é mediado pelas instituições e estas determinações estabelecem a organização do trabalho profissional”. Também pontuou o óbvio: a centralização na seleção e pagamentos de auxílios. Com a implementação de tecnologias, transformou-se o trabalho complexo em simples. Destaca que, se os profissionais não considerarem a unidade ético-técnico, correm um sério risco de reduzir a prática profissional à gestão operacional dos programas.

Dando prosseguimento às análises, tem-se, por último, duas teses a serem examinadas. A primeira tese é de Angelita Márcia Carreira Gandolfi Lança, intitulada “Contribuições do Serviço Social no trabalho com educação”, defendida em 2017.

Sua pesquisa recortou a educação básica na cidade de São Paulo como *locus* contraditório da prática do assistente social. Sua tese estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro tece sobre a pesquisa. O segundo aborda a inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, onde nos interessa o item “Em busca das particularidades do trabalho profissional”. No capítulo terceiro, trata sobre a política de educação brasileira, onde coloca a questão da interdisciplinaridade entre Serviço Social e Educação. E no capítulo quatro, que é o resultado da pesquisa, nos interessa por completo.

Ao questionar a imprescindibilidade e a insubstituibilidade do Assistente Social na sociedade contemporânea, Lança (2017) afirma que o mais importante é *como fazer* e não o simplesmente *fazer*. Para ela, a visita domiciliar, as entrevistas, os relatórios, os questionários são recursos/instrumentos úteis em diversas áreas (...), não são propriedade do Serviço Social. Afirma, por outro lado, que o que o diferencia o Serviço Social de outras profissões é o processo intelectual e subjetivo de abstração e análise que o profissional desenvolve diante de uma determinada realidade.

Ressalta a autora que o papel do assistente social nas escolas não se assemelha ao trabalho de outros profissionais, muito menos ocupa o mesmo espaço dentro da divisão

sociotécnica” (p. 107). Se estivermos analisando “divisão sociotécnica” como *locus* e função de operação no modo de produção capitalismo, todos os profissionais que atuam na educação, desde zeladores a diretores, têm o mesmo lugar nesse MPC, pois trata-se não de produção de riqueza excedente, mas da produção e reprodução da sociabilidade burguesa, em maior ou menor grau, a depender das características e intencionalidades de cada profissão e também de cada profissional. Há aqui uma enorme heterogeneidade.

Em relação ao aspectos sobre a relação do Estado e a Educação, voltamos às contribuições do trabalho de Cila Ferreira Portugal Ramos, intitulado “O trabalho do assistente social na assistência estudantil no contexto da contrarreforma da educação superior”, que aborda elementos da concepção do Estado e sua função social, partir da visão de Mandel (1985) e Braverman (1987) de que: a sua função de “providenciar as condições gerais de produção” inclui essencialmente: assegurar os pré-requisitos gerais e técnicos do processo de produção (meios de transporte e de comunicação); providenciar os pré-requisitos gerais e sociais do processo de produção (no capitalismo, leis e ordens estáveis, um mercado nacional e um Estado territorial, um sistema monetário); e a reprodução contínua das formas de trabalho intelectual indispensáveis à produção econômica (manutenção de um sistema educacional adequado às necessidades de expansão econômica do modo de produção capitalista).

A intervenção estatal para estimular o desenvolvimento capitalista se amplia e se complexifica com o capitalismo monopolista. Isso porque algumas tendências desta fase tornam inevitável a expansão da intervenção do Estado. Em primeiro lugar, porque o capitalismo monopolista tende a gerar um excedente econômico que o torna vulnerável a crises que geram estagnação e desemprego. Em segundo lugar, devido a internacionalização do capital que gera uma concorrência intercapitalista. Em terceiro lugar para conter a crescente miséria e insegurança. E, por fim, em decorrência da urbanização e do aceleração da vida econômica e social, que exige a diversificação dos serviços sociais (BRAVERMAN, 1987).

O pesquisador Heide de Jesus Damasceno, em sua pesquisa intitulada “Serviço Social na Educação: a intersectorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA”, traz algumas concepções de Estado, partindo dos contratualistas até Marx. Afirma, a partir de Marx, que o Estado tem um caráter alienante e é um instrumento de dominação da classe dominante.

O Estado é alienante e instrumento de dominação? Se considerarmos o processo de emergência do Estado, concomitantemente com a emergência da sociedade burguesa, não dá para dissociar uma coisa da outra. O Estado pode ter características distintas em cada sociedade, mas sua essência capitalista sempre será a mesma. E os trabalhadores que nele trabalham (os/as servidores) o fazem a fim de consolidar o capitalismo, que terá características distintas em cada

sociedade. Assim também é Assistente Social no âmbito do Estado.

Ressalta o autor, citando Pereira (2009), que o Estado acompanha o “conjunto de mudanças verificadas no processo de dominação burguesa diante de fatos como estes: surgimento da classe operária, a partir das revoluções de 1848, com um novo ator de peso na arena política”. No entanto, seria pouco afirmar que o Estado “acompanha” tais mudanças no conjunto da processualidade histórica das lutas de classes. O estado não é um agente que ocupa a função de mero expectador gerenciador dos processos sociais, chancelando-os ou não. É somente a partir do Estado de tais mudanças são concretizadas ou não. E a forma Direito tem total participação nessas decisões. Importa lembrar que expressões do capitalismo como nazismo e fascismo tinham respaldo do Direito a partir do Estado.

Em sua dissertação de mestrado, Anayara Raissa Pereira de Souza (2017), afirma que a relação do Estado com a educação está relacionada ao fato de que estudantes que ingressam na universidade serão usados pelo Estado como objetos de valorização da força de trabalho. Considerando o grau de desemprego estrutural e prolongado em que temos vivido nessas décadas, podemos tomar como hipótese que não há uma valorização, mas sim a criação de um exército industrial de reserva com título de graduação ou pós-graduação.

Jullymara Lais Rolim de Oliveira, em sua dissertação “Explorando outros cenários: o Serviço Social no espaço escolar”, defende que a educação é uma dimensão complexa dos processos constitutivos da vida social (p. 63), citando Marx, Brandão, Saviani, Gramsci, Cignolli (1985), Mézàros. Defende, com respaldo nesses autores que a educação restrita à escola na forma de política tem um viés dual e classista; que o assistente social deve nortear sua prática profissional na educação a partir de uma concepção de educação emancipadora.

Assim, aponta três direções que envolvem a concepção de educação: cidadania e emancipação; política pública ou direito social e, por último, relação com o mundo do trabalho.

No eixo “Educação e Escola: para emancipação ou para alienação”, onde analisa os discursos de assistente sociais sobre o tema, percebeu-se uma análise crítica dos profissionais em relação à “internalização dos parâmetros e valores do capital e a manutenção do *status quo*” (p. 89), apontando críticas de que o desejo pelo profissional pela emancipação caracteriza-se por uma visão heroica de “agente da transformação”.

No eixo “Mediação e fortalecimento da relação escola, família e comunidade”, aponta que muitos profissionais enfatizaram a necessidade da presença da família no processo de ensino-aprendizagem junto à escola. Acrescenta que esse fenômeno acentua uma visão profissional culpabilizadora da família sobre os problemas escolares ou insucesso do educando.

Defende que o profissional deve atuar na mediação entre escola, família e comunidade, fortalecendo a participação e gestão democrática.

No eixo “A percepção da escola sobre a prática profissional”, identifica a autora que a profissão é valorizada pelas escolas; é reconhecida como especialista e que o trabalho interdisciplinar facilita o trabalho, mas há dificuldade de compreender o papel de cada um. Somente aqueles que alcançam essa capacidade são aqueles que se apropriam das dimensões constitutivas da profissão, quem não se apropria não consegue diferenciar atribuições. A autora defende a interdisciplinaridade.

Em relação ao eixo “Contribuição do Serviço Social na construção de uma gestão democrática”, destaca duas categorias para análise: formação democrática e prática democrática. No primeiro, há um autorreconhecimento. Na segunda, tem condições de construir uma gestão mais forte, embora seja uma arena de conflitos.

Me chama a atenção este item, porque há nele uma alusão/ilusão de que o conhecimento prévio do assistente social sobre democracia, gestão democrática e participação popular em si são suficientes para legitimá-los em posições de gestão e ou tomadas de decisão. Importa frisar que, fora as atribuições privativas, todas as outras podem ser exercidas por outros profissionais. Assim, assumir certas posições nas instituições burguesas (sejam elas que quaisquer políticas) requer do profissional conhecimento sobre essa política, legitimação entre os usuários direitos dela e sobretudo articulação política (com possíveis parceiros e aliados) como elemento da dimensão técnico-operativo que supõe uma substantiva intencionalidade rica.

Por último, a autora traz o eixo “Articulação e parceria com a rede de proteção à família”, em que a aponta para a necessidade do assistente social (junto a outros profissionais) realizar articulação entre a escola e a rede socioassistencial, mesmo considerando os furos dessa rede, é necessário conhecer essa rede para qualificar o encaminhamento.

O pesquisador Heide de Jesus Damasceno, em sua dissertação intitulada “Serviço Social na Educação: a intersetorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA”, traz como concepção de educação as contribuições de Gramsci, segundo o qual a educação “é instrumento de coerção ideológica e política social que pode servir contraditoriamente tanto para a reprodução da ideologia dominante quanto ao desenvolvimento de uma cultura contra-hegemônica” (p. 98).

Para uma concepção de educação, Souza (2017) se apoia nas ideias de Marx, Gramsci, Saviani e Ivo Tonet, Freire, Mészáros, ou seja, parte de uma concepção ontológico para explicar a educação como um processo, uma dimensão da vida social. Aponta que “a escola deve ser ativa, criadora, unitária, universal, não dual, envolvendo gerações, garantindo que todas as

classes tenham acesso a uma educação que desenvolva a capacidade intelectual, a consciência crítica, promovida pelo Estado” (p. 109). Pontuam-se, nesse trecho, duas questões: a primeira é que numa sociedade dividida em classes sociais (a burguesa e a proletária, cada uma com sua miríade de particularidades) se assenta no dualismo, por isso não seria fácil que ambas as classes tivessem o mesmo ensino, porque têm interesses diferentes. Em segundo lugar, para que esse modelo de educação/escola seja oferecido pelo Estado, devemos pensar em outro Estado não capitalista, fundado em outros princípios.

O autor conclui o terceiro capítulo com o seguinte destaque: “cabe à práxis comprometida do Serviço Social no campo educacional: a pesquisa permanente, a mediação como subsídio e a ideologia de uma escola justa e igualitária (...) a pesquisa porque sem o despertar curioso da Assistente Social pelas demandas da realidade educacional, seu trabalho se manteria no tarefismo, cumprimento de atividades; sem a mediação (...)”.

Reflete a autora que na educação o Assistente Social deve estar imerso e nas entranhas do processo de conhecimento crítico da política de educação, se valendo de autonomia e da práxis. Caso contrário, será apenas um operador final das dinâmicas internas dessa política, respondendo somente às expressões da questão social.

Esta reflexão nos conduz a outra: lançar mão da mediação no trabalho profissional significa compreender o singular, o particular e o universal, que envolve o universo social e institucional da prática profissional. Ou seja, na realidade, não é possível concentrarmos somente na compreensão das questões mais amplas e estruturais das políticas sociais. O nosso desafio é imenso exatamente porque nos coloca a necessidade de compreender o universal sem abrir mão do singular (o trabalho não pode parar!): do operacional, das questões cotidianas que envolvem as demandas e requisições postas pela instituição.

A autora também expõe as atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais nas escolas: contribui para o ingresso, permanência e “sucesso do aluno”; promove interação com família, unidade escolar e comunidade; desenvolve ações de prevenção de vulnerabilidades; acompanha casos de baixa produtividade acadêmica, evasão, conflitos e abandono; articula com a rede protetiva (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar).

Por último, será analisada a tese de Edna Maria Coimbra de Abreu, intitulada “O serviço Social na educação profissional e tecnológica: particularidades do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais no Institutos Federais de Educação”, defendido em 2017.

Para a autora, a análise das particularidades do trabalho do assistente social nas Institutos Federais de Educação considerou o perfil dos assistentes sociais, as funções exercidas, ações desenvolvidas e os desafios e possibilidades para materialização do Projeto Ético-Político

Profissional nesse campo de atuação.

A pesquisa de Abreu (2017) revelou que “as principais demandas apontadas pelas assistentes sociais foram referentes à assistência estudantil, às atividades socioeducativas, ao acompanhamento a alunos com situações diversas e outras que incluem as pessoas que indicaram várias demandas como principais” (p. 158).

O perfil analisado pela autora indica: profissionais mais jovens; maioria mestres; maioria do sexo feminino; pouco ou nenhum envolvimento, participação ou filiação em movimentos sociais e partidos políticos; os participantes são majoritariamente nordestinos;

A autora condensa as ações dos assistentes sociais em seis eixos: contribuir para o processo de ensino-aprendizagem e para permanência na política de educação; contribuir para a permanência na perspectiva de inclusão social; contribuir para o acesso e permanência no sistema educacional e para o avanço e/ou qualidade da política educacional; contribuir para a viabilização e/ou ampliação de direitos; contribuir para o acesso e permanência e para a formação e/ou prática cidadã dos estudantes; contribuir para a inserção na política educacional na perspectiva da autonomia e emancipação dos estudantes.

A pesquisa em análise também aponta que há uma maioria de trabalhos com assistentes sociais realizados multiprofissionalmente.

As ações socioeducativas, segundo a autora, estão relacionadas à dimensão educativa da prática profissional, e não se confundem com as medidas socioeducativas, para crianças e adolescentes, previstas no ECA. Em seguida aponta as principais ações socioeducativas encontrada em sua pesquisa: projeto/eventos de caráter preventivo, com temáticas específicas; eventos com os alunos da assistência estudantil, como oficinas de avaliação do programa, rodas de conversas, etc.; evento com ênfase cidadã, como gincanas, oficinas, etc.; ações voltadas para a questão comportamental, como reuniões restaurativas, uso de drogas, etc.

Nas inferências sobre as produções explicitados nos trabalhos analisados, é possível identificar alguns elementos importantes diretamente ligados ao trabalho realizado por assistentes sociais no âmbito das instituições educacionais, tais como: recurso à inter/multidisciplinaridade; primazia da ação educativo-pedagógica; equivalência entre profissional generalista e polivalente e cisão entre a dimensão técnico-operativa e a teórico-metodológica e ético política.

3.4. A interdisciplinaridade e multidisciplinaridade no trabalho profissional

"o trabalho inter e multi é mais democrático, menos conservador, mais inclusivo e leva em conta a totalidade" (ASSUNÇÃO, 2016).

"(...) muita das vezes a atuação do assistente social na equipe multiprofissional fica ofuscada porque exige-se atuação generalista e polivalente" (OLIVERA, 2013).

"Sem o trabalho multiprofissional não há possibilidade de efetivação do trabalho do assistente social na escola" (OLIVEIRA, 2013).

Inicia-se esta discussão considerando a diversidade de conceituações que, em geral, são usadas na abordagem da relação entre disciplinas e também na prática profissional, mas que quase sempre são apresentadas de forma imprecisa e dúbia, sobretudo quanto as condições de sua emergência.

Muitos dos/as defensores/as das práticas inter/trans/multi/pluridisciplinaridade tendem a apontar que o processo de industrialização e complexificação das relações sociais contribuíram enormemente para a ampliação e a variedade dos campos dos saber, constituindo uma sociedade cada vez mais hiperespecializado. Aponta Antunes (2017) os princípios postos pelo taylorismo-fordismo tratou-se de impor uma qualificação com base em uma especialização limitadora e profundamente empobrecedora, tanto do conhecimento teórico, quanto das atividades práticas de trabalho. Uma qualificação marcada pela cisão entre teoria e prática, sendo ambas racionalizadas internamente e reduzidas a "tarefas". Uma ciência de tipo parcelar, fragmentada e que só poderia ser construída tendo por base ciência também especializada, que é própria do chamado padrão moderno. Assim, para os defensores/as das práticas inter/trans/multi/pluridisciplinaridade, a proposta central para resolver o problema da visão atomizada e fragmentada seria a adoção de uma abordagem ampliada de um objeto singular imediato: esse seria o caminho para desmistificar realidade a alcançar a totalidade.

Desta forma, aponta **Ely (2003)**, avoluma-se, desde a década de 1960, o debate que defende a necessidade de se atribuir um enfoque interdisciplinar à formação e à intervenção profissional. Este debate estagnou nos anos de 1970-80, mas a partir dos anos 1990 ganhou ampla repercussão nos mais variados campos do saber.

Segundo **Vasconcelos (1997 apud Ely, 2003)**, a discussão sobre interdisciplinaridade pressupõe necessária atenção a uma série de conceitos que apresentam relações semelhantes, com variações apenas no grau de cooperação e coordenação entre as disciplinas. Em ordem, esses conceitos classificam-se em: *multidisciplinaridade* (o trabalho acontece de forma isolada, com mínimo cooperação); *pluridisciplinaridade* (ocorre a justaposição das disciplinas, com cooperação, mas cada profissional decide isoladamente); *interdisciplinaridade auxiliar* (uma

disciplina predomina sobre as demais); *interdisciplinaridade* (tende à horizontalidade nas relações entre os profissionais. Há mais reciprocidade) e *transdisciplinaridade*: junção de todas as disciplinas e interdisciplinas, abrindo-se ao um campo mais amplo com autonomia teórica.

Considerando os objetivos desta pesquisa e deste item, nos interessa apenas dois dos conceitos apresentados: o inter e o multi, os quais foram mais mencionados durante a análise de conteúdo.

Segundo **Minayo (2010)**, a multidisciplinaridade constitui a justaposição de disciplinas, em que não se abre mão de teorias e metodologias próprias, ou seja, não existe a possibilidade de construção de uma estratégia metodológica que seja comum entre os envolvidos. Trata-se de obter uma visão do mesmo objeto sob várias perspectivas.

A multiprofissionalidade, no mesmo sentido, ocorre, em geral, quando são necessários conhecimentos de variados profissionais para solucionar problemas práticos e complexos do cotidiano. Na saúde, por exemplo, assistentes sociais compõem equipes multiprofissionais, em que profissionais médicos/as, enfermeiros/as, psicólogas/os, fisioterapeutas, entre outros se reúnem para discutir casos complexos sobre dada situação de saúde-doenças de sujeitos internados. Nesse exemplo, cada profissional tem uma metodologia e abordagens próprias de sua “especialidade”.

A interdisciplinaridade, por outro lado, constitui uma articulação de várias disciplinas em que o foco é o objeto, o problema ou tema complexo, para o qual não basta a resposta de uma área isolada. Para Minayo (2010, p. 437), “a interdisciplinaridade não configura uma teoria ou um método novo: ela é uma estratégia para compreensão, interpretação e explicação de temas complexos”.

A interdisciplinaridade, segundo Ely (2003), situa-se em um nível avançado de cooperação de coordenação, de forma que todo conhecimento seja valorizado. A autora assim conceitua interdisciplinaridade, baseado em Etges (1993), enquanto princípio mediador entre as diferentes disciplinas não poderá jamais ser elemento de redução a um denominador comum, mas elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade. A interdisciplinaridade é o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência da compreensão de seus limites.

Já na visão de **On (1995)**, a interdisciplinaridade não é um método de investigação, uma técnica didática, um instrumento utilitário, um princípio de homogeneização, ou um modelo metodológico capaz de produzir generalizadoras ou universalizantes. Atribui a interdisciplinaridade à uma *postura profissional* que é capaz de transitar em outros campos da ciência, desvelando a pluralidade e potencializando as possibilidades de ver o objeto de vários

ângulos. Para autora, esta perspectiva não fere a especificidade e campos de especialidade das profissões. Assim, compreendendo a interdisciplinaridade como “postura profissional” e “princípio constituinte da diferença e da criação” (ETGES, 1993), a autora aponta que o Serviço Social é uma profissão interdisciplinar por excelência. Pelo contrário, o profissional poderá cair no dogmatismo, fechando na univocidade do discurso, da teoria, podendo adotar atitudes conservadoras e intelectualmente dominantes.

Em suma, há temos uma relação antagônica entre multi e interdisciplinaridade, em que a primeira é uma etapa inacabada da segunda.

Uma questão a se pensar: a única possibilidade de construir uma postura profissional pluralista, uma formação generalista e uma análise totalizante das expressões da “questão social” seria somente por meio da adoção de um trabalho interdisciplinar ou de quaisquer outros adjetivos de dupla gênero? Concordamos com os limites do trabalho multi e seu inepto potencial para construção de estratégias institucionais junta aliados, mas seria o inter a única saída triunfante?

Para dialogar com essas questões, busca-se as contribuições de Tonet (2013), que aponta cinco alguns equívocos sobre esse modo de pensar, ou seja, sacralização dos *adjetivos de duplo gênero*: 1) pressupõe que a complexificação e fragmentação são resultados naturais do processo social; 2) suprime a dependência ontológico entre conhecer e ser, atribuindo ao conhecimento uma autonomia que ela não tem; 3) partem do objeto transformado e não das condições que levou à transformação do objeto; 4) toma como verdadeiro o padrão moderno de cientificidade: o próprio causador dessa fragmentação e, por último 5) ignoram que o padrão moderno de cientificidade tem no sujeito o polo reagente do conhecimento.

Nesse sentido, podemos compreender que a fragmentação é produto das transformações modernas do mundo capitalismo e por esse motivo a defesa das práticas inter/trans/multi/pluridisciplinaridade podem ser e são facilmente instrumentalizadas pelas estratégias de socialização burguesa, tanto na socialização de conhecimento, quanto nas práticas profissionais e sociais. E é no âmbito das práticas sociais que apontamos o lugar que ocupa o Serviço Social na defesa dessas propostas modernas.

Nesta pesquisa, as propostas de ação inter/trans/multi/pluridisciplinaridade encontradas e analisados nos respectivos trabalhos acadêmicos são vocalizadas na condição de sinônimo de trabalho coletivo, em detrimento de práticas excludentes, isoladas, fragmentadas, além de conservadoras e antidemocráticas. Tais afirmações nos leva a crer que um trabalho de tipo inter/multi/trans/pluri não resultaria em práticas excludentes, não resultaria em práticas isoladas e fragmentadas, muito menos em ações e decisões conservadoras e antidemocráticas.

Considerando os limites teóricos aqui apontados, embora o trabalho possa ser menos excludente, notou-se que em nenhum dos trabalhos analisados foi identificada uma defesa de um trabalho multi que se constituísse para além do corporativismo profissional. Consequentemente, o aspecto corporativista recoloca o princípio capitalista da cisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. No âmbito das políticas sociais de educação, por exemplo, a cisão seria entre professores/técnicos de nível superior e os usuários depositários de nossas articulações e propostas de ação reguladores de comportamento.

A proposta do trabalho inter/multi/trans/pluri põe outro desafio social e histórico às profissões (especializações do saber). Se considerarmos que essa forma de ação poderá trazer novamente uma visão de totalidade ao passo que sejam suprimidos o pensamento atomizado e fragmentado, os resultados esforços coletivos para essa finalidade seria a extinção do conjunto das profissões, uma vez são resultado do processo de fragmentação do saber. Pensemos no Serviço Social no âmbito das Ciências Humanas aplicadas.

Em última análise, podemos inferir que a instrumentalização do Serviço Social (mas não só) pelo Estado contribui sobremaneira para a construção de uma consciência da força de trabalho capaz de produzir muito mais no mercado²³, assumindo o perfil de trabalhador polivalente. Nesse sentido, hoje, está presente no ideário dominante a integração e flexibilidade. Analisa-se que em muitos dos discursos de assistente sociais que atuam na educação a adoção de exigências postas às instituições educacionais, em especial nas escolas, no sentido de que os educandos/as alcancem uma visão interdisciplinar e cooperativa, e que sejam capazes de cumprir individualmente afazeres que antes eram conferidos a múltiplos especialistas. (MUELLER et al., 2008). Em geral, essas inculcações ocorrem, como foi possível examinar nas produções, tanto por meio de socializações e orientações profissionais, quanto por meio de atividades socioeducativas e pedagógicas. Isto posto, sem uma análise crítica do seu processo de trabalho e de sua “intencionalidade rica” (GUERRA, 2014), o Assistente Social assume uma postura de grande eficiência na socialização e reprodução da socialidade capitalista junto a estudantes usuários das políticas educacionais.

Portanto, a efetiva superação dessa cisão no âmbito do saber deve passar, necessariamente, pela transformação radical do mundo que deu origem e necessita dessa forma de produção do conhecimento. Fora desta perspectiva, a adesão do Serviço Social às estratégias

²³ Considerando o estágio de desemprego estrutural em que vivemos, talvez os esforços estejam sendo feito para a constituição de um exército diplomado de reserva. Segundo dados oficiais do IBGE, no último semestre de 2021, o desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos ocupou o ranking de 25,7%, mais do o dobro da média (12,5%) da população brasileira. Isso sem contar aqueles que estão fora das estatísticas oficiais, os quais integram o amplo campo do desemprego estrutural.

pedagógicas e comportamentais de superação da fragmentação pela via das ações multi também é uma adesão ao processo de sociabilidade do capital no âmbito das relações sociais nas políticas sociais. Nesse sentido, contribuindo coma conformação dos sujeitos históricos aos princípios educativos vigentes.

Essa primazia que emerge e caracteriza questões fundamentos no trabalho profissional do Assistente Social nos leva também a indagar sobre a possibilidade de uma formação não enciclopédica, mas uma formação generalista, que seja capaz de romper tanto com o corporativismo, quanto com a fragmentação e a segmentação da análise da realidade e que não confunde com formação polivalente.

3.5. Pensamento unilateral do trabalho socioeducativo e pedagógico

“O processo socioeducativo como processo [de trabalho] desencadeador de reflexão crítica. Nele, deve-se objetivar que o sujeito se perceba como agente transformador de si mesmo e da sociedade, sendo propositivo em um trabalho social reflexivo, crítico e construtivo” (FERNANDES e SEIXAS, 2016).

"(...) O profissional do Serviço Social em sua atuação deve considerar a importância de um trabalho interdisciplinar, tendo em vista que para garantir a permanência do estudante na escola é necessário o entendimento de que os problemas e situações vivenciadas no interior da escola vão além das atividades pedagógicas" (ALMEIDA E SILVA, 2014).

Desde sua emergência na sociedade brasileira, nos anos de 1930, até os dias atuais, o Serviço Social assumiu várias identidades em termo teórico, metodológicos e prático operativo, aspectos que estavam diretamente ligados ao momento histórico em que foram experienciadas os processos de atualizações e reconceituações.

Em seu percurso histórico, o trabalho de assistentes socais assumiu, no âmbito da organização da cultura, pelo menos três perfis pedagógicos, segundo Abreu (2011): pedagogia da “ajuda”, pedagogia da “participação” e o processo de construção de uma pedagogia emancipatória junto às classes subalternas.

A pedagogia da “ajuda” caracteriza pela vinculação da profissão a um processo de organização e inserção nas relações sociais e culturais, alicerçada a uma visão psicologista da questão social, em que a intervenção profissional privilegia as manifestações do indivíduo isolado; adotando assim uma perspectiva de psicologização das relações sociais, em que as expressões da questão social postas pelos indivíduos demandatárias das políticas assistenciais eram tratadas como problemas morais.

Para a autora, a “ajuda” psicossocial individualizada atualiza a aparência humanitária de “ao homem servir”, mas, em essência, expressa-se como uma pedagogia autoritária moldadora da subjetividade e da conduta individual (essa perspectiva pedagógica tem no relacionamento e na personificação a sua primazia e centralidade: nas escolas, centralizam-se os chamados “alunos-problema”, etc.) dos homens e mulheres de cada tempo. No processo de atualização e reatualização, a perspectiva da “ajuda” demonstra-se atual, considerando sua função de “subalternização e controle das classes trabalhadoras, envolvendo mecanismos, rituais compatíveis com os interesses dominantes, em que sobressaem a seletividade/elegibilidade e a qualificação/desqualificação de sujeitos” (ABREU, 2011, p. 101).

Na atualidade, traços fortes da pedagogia da “ajuda” podem ser encontrados no âmbito do trabalho nas universidades federais, na operacionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por exemplo. Nesse espaço, uma das atribuições principais do Assistente Social é viabilizar o acesso de estudantes oriundos da classe trabalhadora, com recorte àqueles com renda *per capita* de um salário mínimo e meio, a recursos financeiros como custeio de condições básicas para permanência na universidade. Nesse sentido, o Assistente Social tem um papel central entre o sujeito e o Estado, seja de reprodução da lógica dominante, seja de socializações de caráter crítico.

As possibilidades para materializar um trabalho profissional com característica crítica perpassa a compreensão das condições de emergências das políticas públicas e sociais no Estado capitalista e sua função no processo de reprodução da força de trabalho, pois ao entendermos a essência das políticas públicas é possível apreender seu principal objetivo. Dessa forma, Viana (2006) expõe didaticamente o seguinte ciclo vicioso: a) os Estados capitalistas adotam medidas de austeridades fiscal (contenção de gastos, contingenciamento, contrarreformas, etc.) para recuperar o crescimento econômico; b) com menos investimento social nas políticas sociais, crescem o desemprego e a pobreza; c) a alta taxa de desemprego impacta diretamente na geração de riqueza pela exploração da força de trabalho vivo; d) os Estados capitalistas criam políticas de reposição da força de trabalho para “aquecer” o mercado de trabalho e recuperar o crescimento e o lucros. E nesse cenário, as políticas de transferência de renda, como o PNAES, exercem uma importância fundamental para esse ciclo vicioso, assumindo características típicas da chamada bolsificação (GRANEMANN, 2007) como a principal característica das políticas de reposição da força de trabalho.

E mais especificamente no interior dessas políticas e programas é possível notar a quão desafiadora é não sucumbir práticas de remontem as protoformas do Serviço Social no trato com os sujeitos das políticas públicas.

No trabalho realizado com estudantes em desigualdade de renda, usuários do PNAES, sabe-se que são postas uma heterogeneidade de questões devidas à intervenção do Assistente Social, segundo a gestão, tais como: conflitos de convívio interpessoal, relatos de preconceitos e abusos diversos, adoecimentos e depressão por distanciamento de familiares ou por baixo desempenho acadêmico, problemas com uso desmedido de álcool e outras drogas, etc. Por mais que essas sejam questões que emergem das relações entre iguais e são parte da cotidianidade, também têm sua parcela de complexidade, por isso o seu trato não deve ser vulgarizado e personificado pelo Assistente Social, mas ser respondido à altura da demanda que se mostra. Relatos de profissionais sobre a imposição de gestores de condicionalidades burocráticas adicionais para acesso a auxílios assistenciais de permanente estudantil a estudantes são recorrentes.

A pedagogia da “participação”, por sua vez, se consolida na prática do Assistente Social a partir das propostas de Desenvolvimento de Comunidade, sob influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora. Nessa perspectiva, o trabalho é redimensionado para além do processo de “ajuda”, uma vez que enfatizam a participação popular nos programas de governo como eixo central de processo de “integração” e “promoção” sociais, visando, sobretudo, conter a ameaça do comunismo em um contexto em que as condições de pobreza são entendidas como facilitadoras (ABREU, 2011).

Ademais, é possível identificar que ao longo dos trabalhos verificados, há uma imprecisão muito regular no entendimento de profissionais que atuam no âmbito da educação sobre o trabalho pedagógico e o socioeducativo. Muitas são as afirmações de que o Serviço Social promove um trabalho socioeducativo e pedagógico. Tais afirmações sempre imprime um caráter incontestavelmente positivo. No entanto, como vimos, o educativo/socioeducativo e o pedagógico não são palavras vazias de sentido.

Uma prática profissional pode ser orientada por uma dada concepção educativo-pedagogia, independentemente da consciência do profissional. Nessa lógica, cabe ao assistente social não sacralizar mecanicamente o trabalho pedagógico, sem a devida mediação, mas procurar compreender qual é a orientação política e social do trabalho realizado. Daí, podemos dizer que há trabalho educativo hegemônicos e contra-hegemônicos.

Portanto, o trabalho educativo que seja contra-hegemônico só pode vincular o Serviço Social ao movimento de construção de uma pedagogia emancipatória desde que entendidas no quadro das condições sócio-históricas e político-ideológicas de elaboração de um projeto que esteja vinculado aos interesses das classes subalternas.

Outro elemento do trabalho profissional que podemos apontar relacionado ao

pedagógico e educativo está na forma como são materializados os ditos *acompanhamentos sociais e acadêmico* por profissionais de Serviço Social que atuam nas universidades, operando os programas assistenciais de permanência estudantil. Considerando as exigências institucionais a estudantes oriundos da classe trabalho com maior desigualdade de renda, em tese, os acompanhamentos sociais e acadêmicos consistem a analisar os extratos acadêmicos como ponto de partida para fins de avaliar o rendimento do estudante, em que o bom rendimento indicaria que os programas assistenciais estão sendo efetivos. Após feito isso, são verificadas outras dimensões da vida do sujeito. No entanto, essa forma de avaliação centralizada na notas e no rendimento tem sua base nas ideias neoliberais e conservadores a partir do chamado *Estado Avaliador*, como veremos.

Segundo Afonso (2000, p. 49), o Estado avaliador surge a partir dos anos 1980, por iniciativa de governo neoliberais neoconservadores, caracterizando-se pela incorporação de um *ethos* competitivo e neodarwinista, passando a adotar lógica mercadológica, importando para o domínio público de modelos de gestão privada com ênfase nos resultados ou produtos do sistema educativo. Nesse sentido, avalia-se também para cortar despesas para a área. Essa experiência tinha por principal objetivo monitorar o corpo docente das instituições de ensino superior. Nas duas décadas seguintes, com a adesão do Brasil aos pressupostos do neoliberalismo, o período foi especialmente pródigo para o aperfeiçoamento dessa prática. Foi então que se deu início ao delineamento de um sistema nacional de avaliação, sob a alegação de que o país “carecia de informações sobre o processo de ensino e o impacto das políticas educacionais” (OLIVEIRA, 2012, p. 150).

A partir de apontamento sobre a teoria da modernização²⁴, é possível elencar três fases do processo de emergência do Estado avaliador²⁵. A primeira fase é compreendida como parte de mudanças sociais, políticas e culturais mais amplas, desencadeadas nesse período histórico, nomeadamente, pela viragem neoconservadora e neoliberal. Aponta, ademais, que:

na sequência de políticas avaliativas estreitamente articuladas com o exercício do controle social por parte do Estado, pode igualmente ser referenciada à primeira fase do Estado-avaliador a introdução de mecanismos de *accountability* baseados em testes *standardizados de alto impacto* e em *rankings* escolares, indutores de formas autoritárias de prestação de contas e de responsabilização das instituições, organizações e indivíduos, como tem sido o caso do programa *No Child Left Behind*” (AFONSO, 2013, p. 272).

²⁴ Göran Therborn (2000); Mike Featherstone (2000); Cardoso (2005); Machado (1970); Schmidt (2011); Piotr Sztompka (2005) e Wallerstein (2004).

²⁵ Afonso, *ibidem*.

A segunda fase do Estado avaliador se dá por volta de 1990, com a presença crescente e incontornável no campo educacional de organizações internacionais como a OCDE. Nesta fase “várias dezenas de Estados, independentemente das suas orientações político-ideológicas participam ou interferem ativamente, de formas diversas, na construção de um sistema de indicadores e de avaliação comparada internacional em larga escala cujas consequências, mais imediatas, permitem legitimar muitos discursos e vincular muitas políticas nacionais para a educação e formação²⁶”

O autor considera que, a partir da teoria da modernização, pode-se afirmar que a OCDE é o mais recente exemplo da existência de um epicentro móvel, uma vez que esta organização fez deslocar os anteriores lugares e atores de referência no que diz respeito à educação e à avaliação internacional (...). Neste sentido, o *Programme for International Student Assessment* (PISA) é hoje um dos principais meios de ação da OCDE no sector educativo.

A última fase é o chamado Pós-Estado Avaliador. Neste estágio, o Estado-nação é caracterizado por estar crescentemente inserido em contraditórios processos de governança e confrontado com a crise de regulação da economia mundial, paralelamente à emergência de uma sociedade civil mundial (que poderá ser mais afirmativamente contra-hegemônica face àquelas agendas). Manutenção do ensino básico público e universal como preocupação do Estado-nação, principalmente em países periféricos. Exacerbação de processos de transnacionalização da educação e aumento da mercadorização e mercantilização no âmbito do ensino superior. Referenciação a acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de outras organizações similares.

A avaliação educacional estatal, nesse sentido, representa uma estratégia de governo em que o Estado atua a partir dos resultados obtidos em testes organizados e realizados, primeiramente, pelo próprio país e, num segundo momento, por agências multilaterais. Tem a ver, portanto, com o fortalecimento de referenciais neoliberais, representados pela adesão a medidas políticas e administrativas ajustadas às leis do mercado e pela sofisticação dos mecanismos de controle e responsabilização dos resultados obtidos pelos sistemas educacionais.

Por conseguinte, Assis e Amaral (2013) pontuam que a avaliação da educação no Brasil tornou-se uma política de Estado a partir das reformas políticas e ações implantadas desde os anos 1990. De lá para cá, as discussões sobre os problemas na educação básica e na educação superior pautaram-se por informações dos processos avaliativos, com foco nos exames em larga

²⁶ Afonso, *ibidem*, p. 274.

escala, centralizados, que focam o rendimento dos estudantes, expressos por índices sob a forma de notas ou conceitos.

Consideram os autores que, não obstante os esforços e investimentos dos governos para a implantação dos modelos de avaliação da educação básica e superior nas últimas duas décadas, inúmeros estudos dão conta de que o propósito de indutor de qualidade da educação não tem logrado êxito. Por outro lado, colocada no centro do poder do Estado, alinhado aos princípios neoliberais, segundo Sobrinho (2002), a avaliação serviu como instrumento fundamental nas reformas que levaram à descentralização e à expansão privada do sistema educacional, exercendo as funções de regulação, prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e não a de subsidiar a tomada de decisões na solução dos problemas.

Voltando à questão da avaliação e acompanhamento do estudante: quem é o responsável pela avaliação do estudante? Seria somente o professor ou toda a universidade?

Como Assistente Social em uma universidade federal em Goiás, somos responsáveis por realizar constantes análises de realidade social de estudantes em desigualdade de classe, bem como seu acompanhamento, constantemente testemunha-se críticas de toda ordem, vindas de estudantes, à avaliação do desempenho dos alunos feita pelos professores/as de que, em suas avaliações, não consideram várias situações adversas vivenciadas pelos estudantes, dentre as quais: os atrasos nas aulas devido às condições do transporte público que não atende adequadamente os usuários; não realização de atividades ou pesquisas por falta de internet com conexão razoável; computadores ou notebooks obsoletos e, muitas vezes a falta deles; estudantes que precisam faltar por não terem com quem contar no cuidado de filhos, problema que ainda tende a afetar muito mais intensamente as mulheres; entre outras questões.

Independentemente se lançam mão de formas de avaliação *normativa*, *criterial* ou *formativa*, seriam pífiás ou quase inefetivas as possibilidades de mudanças da realidade, por conta de sua externalidade, ou seja, o sistema educacional em si não é suficiente para resolver todas as expressões da questão social provocadas pelas injunções de capitalismo maduro e atrasado como em nosso país. Sem essa ponderação, ver-se frequentemente profissionais, entre os quais os/as assistentes sociais, reforçando a ideia da educação como redentora da sociedade.

Nesse sentido, segundo as três modalidades de responsabilização de Deborah Willis (1992 *apud* Afonso, 2000, p. 45), o que mais se aproxima dessa realidade, considerando os esforços e limites do corpo docente dessa universidade, é o modelo de *responsabilização baseado na lógica do mercado*. Tem como um dos seus pressupostos ideológicos o chamado *individualismo possessivo*. A função dessa ideologia para a escola é proporcionar oportunidades

para que cada indivíduo desenvolva as suas capacidades inatas e contribua, com seu esforço individual, para o aperfeiçoamento da sociedade (AFONSO, 2000, p. 46).

Em relação à Política de Assistência Social do Estudante (PASE), testemunha-se enorme perplexidade em relação ao alcance das ações de combate à evasão e retenção nos tempos atuais em que se observa forte ataque do atual governo sobre as universidades públicas brasileiras²⁷. Mesmo em tempos de pandemia, muitos serviços continuam sendo oferecidos pela Universidade, tais como: Atendimento de clínica médica, psicológico e psiquiátrico²⁸; Atendimento odontológico; Esporte e lazer; Atendimento nutricional e Serviço Social, além de inúmeros atividades de extensão. Todos esses serviços são de grande importância para evitar evasão e retenção, embora ainda não saibamos estatisticamente seus resultados e impactos.

Nesse *loci*, é comum, nas palavras de Sobrinho (2003, p. 85 a 87), “um discurso de excelência de caráter moralista e que culpabiliza os indivíduos pela crise e pelo fracasso das instituições, ao mesmo tempo em que apela a que esses mesmos indivíduos sejam mais produtivos e mais responsáveis”. Sobre essa ideia, presencia-se muitos discursos em relação a estudantes em desigualdade de classe, cujas responsabilizações perpassam questões ligadas ao rendimento acadêmico e taxas de integralização. Há situações em que os profissionais responsáveis por atender e acompanhar os estudantes não têm a clareza necessária dos procedimentos para um acompanhamento do bolsista por meio da *avaliação pedagógica*, o que acaba ocasionando uma simples verificação e fiscalização de notas e médias globais para fins de mensuração do rendimento acadêmico, cuja finalidade é a análise e deliberação acerca da continuidade ou descontinuidade dos pagamentos de bolsas assistenciais²⁹.

Este critério se mostra falho, pois o desempenho acadêmico pode ser afetado pelas condições adversas que o estudante enfrenta, sendo que a perda do benefício o colocará em condições ainda mais desfavoráveis para melhorar o seu desempenho acadêmico. Neste sentido,

²⁷ Nos últimos três anos, as universidades públicas brasileiras vem sendo alvo de detração e perseguição pelo governo Bolsonaro, principalmente partindo do então Ministro de Educação Abraham Weintraub, entre os quais podemos destacar: ataques à liberdade de cátedra; afirmação de que a universidade é lugar de “eventos ridículos e balburdias”; de que nas universidades haveria “cracolândia”; afirmações de que a universidade seria uma espécie de “madraças doutrinárias”; ilações e ataques à história e ao pensamento de Paulo Freire; perseguição de professores; “Escola sem Partido”; até que os professores são responsáveis por “plantação de maconha e fabricação de drogas sintéticas em laboratórios de Química”. Esse ex-ministro, inclusive, foi alvo de processo no Ministério Público Federal (MPF) por improbidade administrativa, porém ainda corre o processo.

²⁸ Inserir aqui uma nota sobre a inauguração do novo HC, o quantitativo de novos leitos e a sua importância no atendimento a pacientes da Covid-19.

²⁹ Hoje, com os cortes e as novas portarias, as bolsas de assistência estudantil são: *Apoio pedagógico* (substituída pela Bolsa Permanência, e com valor reduzido de R\$400 para R\$300,00); *Bolsa Alimentação* (RU); *Bolsa Canguru*, direcionado a mães e pais com filhos de até 5 anos de idade; *Bolsa Esporte e Lazer*, para fins de atividades físicas; *Padarq*, para aquisição de materiais a estudante das arquiteturas; e *Piodont*, para fins de aquisição de materiais odontológicas para estudantes da área.

constata-se que os critérios para avaliar a continuidade do benefício não pode se restringir à análise das notas.

Não obstante aos desafios dos atores envolvidos nesses processos, as saídas para tais questões estão além daquelas intentadas pelos profissionais que atuam no “chão de fábrica”, sejam eles professores, sejam pelos técnicos em assuntos educacionais e isso tem relação com a nossa autonomia universitária e função social da universidade.

Com isso, o chamado Estado avaliador vem avaliando - se não impondo tais formas de avaliação - esta área da educação com o fito de cortar despesas; a ação do Estado vem afetando especificamente uma classe social, com características históricas de exploração e marginalização no que refere a apropriação dos bens socialmente produzidos. Compreende-se a educação formal como uma objetivação rica e que é produzida pela humanidade. Isso reforça a análise de Coraggio (2000) de que:

A ideia do êxito, para os indivíduos, setores sociais e países, não supõe a cooperação ou a solidariedade, mas o triunfo na competição com os outros. Ser competitivo significa ter capacidade de passar pelas provas que o mercado impõe, respondendo rápida e eficientemente às suas mudanças” (CORAGGIO, 2000, p. 80).

Àqueles que já leram Hayek, a fala dos autores, neste trecho, parece-nos uma transcrição *ipsis literis* do seu pensamento e dos doutos das escolas de Chicago e Áustria. Isto é, a ideia central é a individualização das expressões da questão social, entre os quais a negação do direito ao acesso e permanência na escola e na universidade.

Por último, analisar-se-á o caso dos estudantes indígenas, quilombolas que integram o conjunto daqueles em desigualdade de classe à luz das determinações teórico-metodológicas do processo de avaliação educacional, incorporando aí diversos sujeito como responsáveis por tal avaliação, não somente professores. Compreendemos que há muitos mais limites e desafios do que saídas fáceis quando se trata de realizar uma avaliação educacional crítica que considera todos os fatores internos e externos.

3.6. Primazia do técnico-operativo sobre teórico-metodológico e ético-político:

“(...) *infelizmente a ação profissional [de fazer análises socioeconômicas, no âmbito da assistência estudantil] fica assim circunscrita apenas à dimensão técnica, desvinculada das dimensões ética, política e teórico*” (DAMASCENO, 2013).

Nos trabalhos analisados também foram identificados trechos que nos leva a compreender uma cisão ou independência entre as dimensões constitutivas do trabalho

profissional, especialmente, colocando a dimensão técnico-operativa como algo separado da teórica e ética.

Não são raras as vezes em que presenciamos profissionais reforçando a máxima de que “na prática, a teoria é outra”. Essa interpretação imediata da realidade caracteriza-se como um pensamento “racionalista formal” (GUERRA, 2014), que é próprio do capitalismo monopolista.

Sua justificativa funda-se a partir da concepção de trabalho em que o intelectual se separa trabalho do manual. Ou seja, considerada uma profissão de caráter técnico, basta que se utilizem das ferramentas já cristalizadas para dar encaminhamentos e resoluções para questões do cotidiano. Esse tem sido o lugar que as instituições burguesas tem reservado ao Serviço Social em diversas instituições. Esse pensamento também reforça a relação de subalternidade constituída no interior dessas instituições entre o Serviço Social e outras profissões. Na saúde, com os médicos; no Poder Judiciário, com os juristas em geral; nas instituições educacionais, com os professores.

Os assistentes sociais, enquanto trabalhadores assalariados, não estão imunes às consequências advindas do processo de reestruturação produtiva e com ela os novos princípios educativos que reorganizaram a força de trabalho em todo o mundo.

Segundo as observações de Kuenzer (2016), a acumulação flexível impôs suas demandas de competitividade, com a crescente incorporação de ciência e tecnologia, com a crise do trabalho assalariado, com progressiva simplificação do trabalho, cada vez mais abstrato, menos transparente e acessível para um trabalhador que, de modo geral, espia a máquina sem compreender os processos e a ciência que ela incorpora, há um novo princípio educativo, qual seja: as habilidades psicofísicas, a destreza, os modos de fazer, o disciplinamento baseado na submissão e na obediência, que eram centrais no princípio educativo taylorista/fordista, e que determinavam uma prática pedagógica escolar fundamentada na rigidez, na repetição e na memorização, passam a ser substituídas pela necessidade de sólida educação básica de pelo menos nível médio, mas sendo desejável de nível superior, com domínio das diferentes formas de linguagem e de comunicação, com raciocínio lógico-formal, criatividade, autonomia, capacidade de educar-se permanentemente.

Por isso, ratifica-se que ainda haja uma negação da teoria ou uma primazia do técnico sobre o teórico e ético em muitos dos discursos profissionais, acaba-se por materializar um modelo ético e teórico de sociabilidade e trabalho profissional, independente da vontade do sujeito. Importa destacar que o técnico-operativo aqui não se reduz a modelos de encaminhamentos, documentos técnicos pré-moldados e sem mediação ou a uma destreza na forma como o/a profissional operacionaliza programas, políticas e serviços sociais, mas refere-

se, sobretudo, a táticas e estratégias construídas pelo profissional que sejam capazes de mobilizar sujeitos e ou aliados dentro da instituição em direção àquilo que se quer chegar ou alcançar; e isso requer uma análise teórico-crítica do contexto institucional onde se está inserido. Nesse sentido, no momento da viabilização de direitos, o nosso Parecer Técnico imprimirá, coerentemente, o mesmo pensamento crítico usando para a construção das possibilidades e meios institucionais.

Pela própria natureza da profissão, podemos cair no equívoco de atribuir à nossa competência à utilização de procedimentos técnico operativos, superdimensionando-o. Se esse for o pretexto, estaremos reeditando uma tendência chamada metodologismo, sobre o qual tocamos no primeiro capítulo, criada nos anos 1970. Ademais, também podemos correr o risco em lançar mão de referencial teórico sem fundamentos claros, ou seja, cair no ecletismo.

CONSIDERAÇÕES

Durante a construção da pesquisa, muitos foram os entraves relacionados que alguma forma atrapalharam o bom desenvolvimento desta pesquisa. Como pontuamos na introdução deste trabalho, um relacionado à pandemia e ao isolamento social e a outra relacionada à forma e modelo de aulas que assistimos durante os dois anos de mestrado: as aulas remotas. Apontarei para fins de consideração os impactos e modificações realizadas no processo de interação com o objeto desta pesquisa.

Na primeira etapa do percurso desta pesquisa, o foco documental da pesquisa centrou-se em realizar um “Estado do Conhecimento” considerando as revistas indexadas *qualis* A1 e A2 de circulação nacional em Serviço Social, quais sejam: *Ser Social*, *Katálysis*, *Temporalis*, *Serviço Social & Sociedade*, revista *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, revista *Textos & Contextos*. Um dos critérios para tal escolha foi o fato de que todas se encaixam perfeitamente no período temporal adotado na pesquisa: 2000 a 2020. No entanto, como não foram encontrados artigos suficientes para a realização das análises, o caminho adotado foi fazer uma pequena modificação no objeto: ao invés de trabalho de assistentes sociais na educação, optou-se buscar por produções que tratassem sobre o debate do trabalho e da educação, separadamente. Consequentemente, a adoção do caminho em duas vias resultou em um aumento significativo de artigos a serem analisados: 53 artigos com assuntos mais diversos.

Decorreu disso que durante o processo de catalogação dos respectivos artigos, percebeu-se que estava sendo operado um processo de sepultamento e aleijamento fatal do objeto inicial, por duas razões: 1) porque as produções sobre trabalho nem sempre estavam relacionadas com trabalho realizado por assistentes sociais; 2) nem todas as produções sobre o trabalho de assistentes sociais estavam ligadas à política de educação e vice-versa. Por isso, chegou-se à conclusão que um objeto não pode ser escolhido pela junção de dois termos ainda que eles, os termos, sejam centrais para a pesquisa. Voltou-se, então, ao objeto original; contudo, com novas modificações.

O segundo percurso está relacionado ao fato de as revistas *qualis* A1 e A2, mesmo voltadas aos objetos iniciais, continuarem a não suprir a necessidade do objeto por falta de conteúdo analítico. Isto posto, no quarto e último percurso, decidiu-se por ampliar o universo da pesquisa em três níveis: **a)** revistas de categoria *qualis* A (A1-A4): *Revista Ser Social* (UnB), *Revista Políticas Públicas* (UFMA), *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea* (UERJ), *Revista Argumentum* (UFES), *Revista Textos & Contextos* (PUCRS) e *Serviço Social Em Revista* (UEL); **b)** publicações de ANAIS do Congresso Brasileiro de

Assistentes Sociais (CBAS), referente aos anos de 2016 (15º edição) e 2019 (16º edição); e c) dissertações de mestrado e teses de doutorado. Com esse giro, tivemos um enriquecimento da pesquisa e das possibilidades de achados importantes.

Ressalta-se que durante o processo de pesquisa nas referidas revistas, percebeu-se uma enorme heterogeneidade quanto às formas de seção temática nelas apresentadas. Embora o foco tenha sido nos artigos principais das revistas, muitas delas tinham como equivalência ao artigo as chamadas seções temáticas. Em tratando-se de números especiais, onde os textos eram fruto de debates em congressos e simpósios, utilizou-se como foco as mesas-redondas centrais.

A partir do quarto percurso, iniciou-se, com mais vigor, as investigações nos respectivos materiais. A pesquisa de artigos de periódicos se deu de suas maneiras. Uma delas foi a pesquisa no banco de artigos da plataforma *Scielo*, considerando os seguintes descritores: Serviço Social, Trabalho, Educação; Serviço Social, Trabalho, Escola; Assistente Social, Atuação, Escola; Assistente Social, Universidade, Trabalho; Serviço Social, Prática Profissional, política educacional; Serviço Social, trabalho, educação infantil; Assistente social, trabalho, educação do campo.

A outra consistiu em pesquisa pela via tradicional: uma a uma nos respectivos periódicos. Isso ocorreu devido ao fato de que muitos artigos de revistas físicas ainda não constarem no banco *Scielo*, como, por exemplo, a revista *Serviço Social & Sociedade*, que passou a integrar o banco somente a partir de 2010, momento em que os artigos também passaram a ser disponibilizados digitalmente. Assim, *a priori*, foram selecionados 29 artigos entre 6.130 artigos de periódicos e publicações em anais do CBAS.

A pesquisa de dissertações de mestrado e teses de doutorado foi realizada diretamente no Banco de Dissertações e Teses da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Nessa busca, constatou-se que muitos trabalhos ou eram anteriores à plataforma Sucupira, ou não estavam disponíveis para *download*. Por isso, de imediato, não foi possível o acesso aos materiais. A alternativa viável foi recorrer diretamente aos respectivos repositórios de teses e dissertações das universidades (estaduais e federais) e baixar os materiais. Feito isso, dentre um montante de mais de 850 trabalhos pesquisados diretamente nos referidos bancos, foram pré-selecionados, via título/tema, 22 dissertações de mestrado e 8 teses de doutorado. Para uma análise mais detalhada das produções, a fim de seleção para posterior análise aprofundada, levou em conta a leitura de três itens principais dos materiais: resumo, sumário e apresentação. Um dos fatores que mais dificultou a identificação dos materiais via resumo foi a dificuldade notada em muitos autores/as em representar as ideias principais dos trabalhos no item resumo. Confunde-se, constantemente, o elemento pré-textual

resumo com apresentação do tema central. Em muitos casos, foi necessário recorrer a outras partes do texto para melhor identificá-lo, tais como desenvolvimento e conclusões.

Diante disso, optou-se por construir o seguinte método de pesquisa: *a priori*, realizou-se o levantamento detalhado de todos os trabalhos, para fins estatísticos e analíticos: avanços, continuidade e retrocessos sobre o tema nas últimas décadas. Em seguida, com objetivo de analisar qualitativamente as categorias presentes nos escritos, a ser desenvolvida no capítulo terceiro, foram analisados na íntegra 50% do total de artigos, publicações em anais, dissertações e teses.

Em relação aos objetivos mais específicos, pretendeu-se, inicialmente, identificar e apreender as principais tendências de incorporação, interpretação a partir das produções sobre a) o debate empreendido sobre a categoria trabalho, b) a concepção de educação, c) a concepção de trabalho; d) e as contribuições trazidas para o Serviço Social. No entanto, com a mudança de percurso optou-se por empreender uma análise dos documentos buscando aqueles elementos dos escritos e discursos que fossem mais recorrente. Com isso, obteve-se outras categorias tais como segue: primazia do trans/multidisciplinar sobre o individual/singular; a unilateralidade do trabalho educativo e pedagógico e a primazia do técnico sobre o teórico e político.

Considera-se, ademais, que o presente estudo permitiu uma compreensão mais densa sobre o significado histórico da prática do Assistente Social ao longo do seu desenvolvimento na sociedade brasileira, como parte constitutiva do conjunto das relações político-pedagógicas que moldaram os elementos fundamentais que orientaram e vem orientando o fazer profissional.

Ouro ponto a ser considerado é o quanto as condições sócio-históricas criaram terrenos férteis para manutenção ou modificação das formas de ser do Serviço Social. Coloca-se o dilema de que nenhuma profissão está imune aos impactos trazidos pelas transformações da sociedade capitalista ao longo da história. Por isso, ainda nos cabe compreender quais os impactos da pandemia do novo coronavírus no trabalho de assistentes sociais no Brasil? Quais os novos (ou velhas) matrizes teóricas emergem para a profissão nesse momento marcado pelo desfecho de um contexto social e político caracterizado e identificado como projeto democrático e popular?

Aponta-se a importância de relocalizar os processos de instrumentalização do Serviço Social no processo de profissionalização, forjados à luz de interesses da igreja e do Estado, com o objetivo de apaziguar a convulsão social e as ameaças de transformações sociais mais "perigosas" à época. Quando falamos em trabalho profissional essa questão vem à tona: no processo de ruptura com o conservadorismo, um grande avanço político foi o autorreconhecimento de assistentes sociais enquanto classe trabalhadora. Para ser mais preciso,

enquanto classe em transição, que opera, em sua maioria, em instituições estatais, qual seria a opção desses profissionais ao deflagrar-se um processo de ruptura total com o Estado, instalando-se um processo revolucionário. Podemos dizer que ao longo dos anos essa profissão, mesmo emergindo dele, tornaria uma parte inseparável do Estado, operando somente a partir dele? Se o nosso horizonte é lutar por outra sociedade sem classes, pendemos nisso.

Pautou-se sobre as políticas sociais que cumprem a função de realizar o processo de redistribuição de parte relativa da riqueza socialmente produzida, a fim de criar as condições para manter a inanição dos movimentos sociais e estabelecer um consenso capaz de manter a legitimação da intervenção do Estado sobre as expressões da questão social como ações únicas e insubstituíveis. Com isso fica mais nítido e também mais desafiador localizar politicamente o significado social da profissão, tanto na perspectiva do Estado, quanto para as classes trabalhadoras demandatárias de serviço sociais.

No rastro do debate das políticas sociais, buscou-se localizar a trajetória do Serviço Social na política de educação, optando por trazer elementos das primeiras experiências no campo da educação escolar, em seguida, elementos e dados da pesquisa bibliográfica e documental que envolveu o estado da arte do assunto.

Frisa-se que as primeiras experiências do trabalho de assistentes sociais na educação se deram no âmbito das escolas, as quais passavam por um intenso processo de reestruturação, tanto pela orientação do governo federal, com relativo apoio de governos estaduais e locais, mas também forte pressão de movimentos sociais e educacionais. Nesse movimento, identificou-se processos de reconceitualização sofridas pela profissão, resultado das lutas internas e externas. Mas, por outro lado, tem-se a ampliação das políticas e programas sociais que privilegiaram a inserção de assistentes sociais. A educação está em constante disputa.

No século XXI, o estudo aqui empreendido deu conta de traçar não só os avanços das políticas sociais nas primeiras décadas, impulsionadas pelo governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva – a partir da implementação de proposta de democratização do acesso e permanência à educação superior, como: REUNI, PROUNI e PNAES –, mas também o quanto cresceu o volume de artigos e publicações na área de educação, especialmente, privilegiando as temáticas relacionadas ao trabalho na educação básica, à o trabalho na Assistência Estudantil (PNAES) seja no âmbito da educação técnica e tecnológica (IF’s), quanto nas universidades federais.

No PNAES, embora muito importante, considerando a desigualdade de classe no Brasil e o desemprego estrutural, a centralidade do trabalho de assistentes sociais está focada predominantemente em conferência de documentos e verificação de renda. Ao longo das produções analisadas, essa tem sido uma preocupação generalizada, além de assumir

características fortes de bolsificação, fragmentação e focalização desmedida e eficiência duvidosa.

Sobre a questão da eficiência duvidosa desse programa, durante a pesquisa bibliográfica, envolvendo o estado da arte sobre o assunto, não foi localizada nenhuma pesquisa de ponta que desse conta de fazer uma avaliação mais densa sobre os impactos da transferência de renda (bolsas e auxílios) e ofertas de serviços (moradias e restaurante universitários) na permanência de estudantes na universidade durante o curso de graduação ou pós-graduação. Como podemos esperar que estudantes oriundos da classe trabalhadora tenham um ótimo rendimento acadêmico, tendo como suporte auxílios financeiros bastante depreciados tanto pelo não reajuste, quanto pela alta inflação, por exemplo? Não fosse os entraves vividos quando medidas austeridade fiscal e de contenção de gastos sociais são tomados pelo governo.

Em contextos como esse o assistente social pode adotar dois posicionamentos: a postura da conformação e coação dos sujeitos envolvidos, quando adota um discurso da naturalização e da responsabilização dos sujeitos de direitos no sentido de impor uma dada forma de comportamento para garantir a continuidade dos serviços e auxílios. No entanto, outra postura crítica e consciência popular, em geral, a mais complexa, porque exige de nós mediações mais densas do que tomar a aparência por ela.

Esta pesquisa conseguiu destacar alguns elementos do perfil profissional no campo da educação. A primeira delas é a predominância de gênero feminino, característica histórica da profissão, desde sua emergência. Trata-se de uma profissão, feminilizada, mas não podemos afirmar que é feminista. Não obstante, a profissão é ricamente depositária dos avanços das lutas das mulheres e do movimento feminista no Brasil. Uma prova disso foi a integração no rol de livros da Biblioteca Básica do livro de Mirla Cisne e Silvana Mara dos Santos, intitulado “Feminismo, Diversidade sexual e Serviço Social”. Isto posto, infere-se que a realidade reflete os dados, pois de todas as produções relacionadas ao trabalho com educação, 93% são profissionais do sexo feminino e os outros 7% de profissionais do sexo masculino.

Sobre a natureza das instituições que produzem esse tipo de conhecimento, a pesquisa revelou destaque das universidades públicas, seja ela estaduais, técnicas ou federais, totalizando 81% das produções. Por outro lado, as instituições privadas de ensino têm participação de 7% somente. Muito embora alguns analistas³⁰ defendam que o processo de empresariamento da educação nos governos “Lula” favoreceu fortemente o aumento do número de instituições de

³⁰ Para análise mais adensada sobre o assunto, cf.: LIMA, Katia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. *In*: Serviço Social e Educação. 2. ed. Lúmen Juris: Rio de Janeiro, 2013.

ensino superior privadas, a presente pesquisa aponta que os números não são tão acentuados quando se trata de produção acadêmica.

Como objeto dessa presente pesquisa, procuramos adensar sobre os fundamentos do trabalho do assistente social, com recorte para a política de educação. Nela, procurou-se buscar os elementos mais importantes que de alguma forma caracterizam o trabalho realizado nas instituições educacionais. Entre os elementos que emerge no processo de pesquisa, apontamos: a) primazia do trabalho multi e interdisciplinar sobre o singular/individual; b) a unilateralidade do trabalho educativo-pedagógica; c) primazia do técnico-operativo sobre o teórico e político.

O resultado da análise desses elementos aponta para uma questão central: a adesão profissional à razão instrumental, seja na compra de ideia de práticas multiprofissionais, sem realizar a necessária mediação com a categoria ontológica. A defesa do trabalho na perspectiva modernizadora implica na adesão de assistentes sociais por um projeto de conformação e mistificação, não uma proposta de ruptura. Embora haja uma heterogeneidade de discursos presente no conjunto dos trabalhos analisados, a maioria deles apontam para uma conformação da sociedade, não para uma ruptura dos padrões de sociabilidade burguesa no âmbito das instituições.

No desenvolvimento da escrita e presente pesquisa, ainda que tenha optado pelo estudos que envolve diretamente o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, ao longo da pesquisa é tornada clara que a presença, necessária e indispensável, dos núcleos de fundamentação do ser social, explicitada no último capítulo, como forma de apontar de qual lugar partimos para análise; e o núcleo de fundamentação da formação social brasileira, a qual é apresentada e considerada ao longo da explicação referente aos processos sócio-históricos pelo qual passaram o Serviço Social no processo simultâneo de transformação da educação brasileira.

Seria pretensioso e também contraditório com o método de análise assumida nesta pesquisa, se objetivássemos esgotar este debate, ou até mesmo cristalizar tais tendências e características aqui apontados. O grande objetivo que hipoteco a todos os profissionais de Serviço Social é a responsabilidade de cada um em investir em estratégias e táticas socioeducativas de organização e mobilização dos sujeitos com os quais trabalhamos, levando a organizarem-se enquanto sujeitos coletivos e não somente sujeitos de políticas que são meros depositários de nossas intenções. Se o trabalho inter, multi, transdisciplinar não considerar o saber e a participação popular, não poderá ser mais do que corporativismo, ainda que as intenções das melhores. Não obstante, ciente estamos que o direcionamento dado à formação profissional poderá resultar ou não em uma rendição à razão instrumental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares; SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção questões da nossa época; v. 58).

ASSIS, Lúcia Maria e AMARAL, Nelson Cardoso. **Avaliação da Educação: por um sistema nacional**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 12, p. 27-48, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006, 384 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Reforma do Ensino Superior e Serviço Social**. Brasília: Valci, Ano I, nº 1, jan./jun. de 2000, 185 p.

BACKHAUS, Berenice Beatriz. **Prática do Serviço Social Escolar: uma abordagem interdisciplinar**. In: Revista Serviço Social & Sociedade. nº 38, ano VIII, abr. 1992.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para Discussão nº 743. **Mercado de Trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações**. Brasília, 2000. p. 31. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0743.pdf> Acesso em: jul. 2020.

CARLOS, Sergio Antônio. **A gênese e a estrutura do Serviço Social brasileiro no período doutrinário católico**. (Tese de doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993, 249 p.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Trad. José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

CFESS (orgs.). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Colaboradores Rosa Prêdes... [et al.]. Brasília: CFESS, 2005.

CORAGGIO, José Luis. **Propostas do Banco Mundial para educação: sentido oculto ou problemas de concepção?** São Paulo: Cortez, 2003.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Dimensões históricas entre Educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Sousa. **História social da educação no Brasil (1926 a 1996)**. Cortez: São Paulo, 2009.

GRANEMANN, Sara. **Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho**. Rio de Janeiro, Revista Em Pauta, n. 20, 2007.

GUERRA, Yolanda D. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 46. ed. Rio Grande do Sul: L&PM, 2019, 464 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raúl de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. ed. 41. São Paulo: Cortez, 2014, 400 p.

IAMAMOTO, Marilda. **Reforma do Ensino Superior e Serviço Social**. *In*: Reforma do Ensino Superior e Serviço Social Brasília: Valci, ano I, nº 1, jan./jun. de 2000, p. 35 a 80.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A formação de trabalhadores no espaço de trabalho**. *In*: Trabalho Necessário. V. 14, n. 25. Niterói, 2006. Acesso em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/about/contact>>

LUKÁCS, Gyorgy (1885-1971). **Para uma ontologia do ser social I**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélio Schneider. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018. (Biblioteca Lukács; 1).

LUKÁCS, Gyorgy (1885-1971). **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACENO, Talvanes Eugênio. **A impossibilidade de universalização da educação**. 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2019, 128 p.

MUELLER, R. R.; BIANCHETTI, L., & JANTSHCH, A. P. (2008). **Interdisciplinaridade, pesquisa e formação de trabalhadores - as interações entre o mundo do trabalho e o da educação**. Educação, Sociedade & Culturas, 1(1) 175-191. Disponível em: http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC27/27_rafael.pdf, consultado em 14/09/2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. ed. 8. São Paulo Cortez, 2011. 176 p.

_____. **Reforma do Estado e o Impacto no Ensino Superior**. *In*: Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. Brasília: Valci, Ano I, nº 1, jan.-jun de 2000, p. 11 a 34.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. **Avaliação e Regulação da Educação: a prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. Brasília: Líber Livro, 2012.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da Metodologia em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991, 134 p.

RODRIGUES, Rosilene Maria. **Serviço Social e Educação: uma aproximação a partir do Estado da Arte**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, São Paulo, 2015.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”**. Diálogos Educacionais, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *et alii*. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. São Paulo: Autores Associados, 2013. 137 p.

TONET, Ivo. **Atividades educativas emancipadoras**. Maceió, abril de 2013. disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Atividades_educativas_emancipadoras.pdf>: Acesso em: 14, março/2021.

TONET, Ivo. **Interdisciplinaridade: Emancipação e formação humana**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 725-742, out./dez. 2013.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço Social: processos e técnicas**. 3. ed. Agir: Rio de Janeiro, 1973.

WITIUK, Ilda Lopes. **A trajetória sócio-histórica do Serviço Social no espaço da escola**. (Tese de Doutorado). PUC-SP, 2004, 310 p.

REFERÊNCIAS PESQUISADAS

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **Serviço Social na educação profissional e tecnológica: as particularidades do exercício profissional do/as assistentes sociais nos institutos federais.** (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Política Pública da UFMA, São Luís, 2017.

ALMEIDA, Jaqueline Natália; e SILVA, Claudia Neves da. **A contribuição do serviço social na garantia da permanência dos estudantes na educação básica: um estudo a partir das escolas públicas estaduais do município de Rolândia/PR.** Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 17, n.1, p. 46-65, Jul./Dez. 2014.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Educação pública e Serviço Social.** In: O enfrentamento da pobreza em questão. Serviço Social & Sociedade nº 63, jun. São Paulo: Cortez, 2000, p. 62 a 75.

ARAÚJO, Aline Souza. **Intervenção do assistente social na assistência estudantil.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFJF), Juiz de Fora, 2015.

ASSUNÇÃO, Paula Ávila. **A Inserção do (a) Assistente Social na escola: limites e possibilidades.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação (UFMT), Rondonópolis, 2016.

BORBOSA, Carolina; MARTINS, Maria Helvira Arantes Andrade Hansen; *et al.* **A atuação do serviço social na secretaria municipal da educação de Limeira/SP, na perspectiva do acesso, permanência e desenvolvimento pleno dos alunos.** 15º CBAS. “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão”. Olinda (PE, Brasil), 5 a 9, de 2016.

CONSTANTINO, José Albuquerque. **Educação e Serviço Social um Estudo Sobre o exercício profissional do Assistente Social nos Programas de Assistência Estudantil das Universidades Federais de Pernambuco.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFPE), Recife, 2015.

DAMASCENO, Heide Jesus. **Serviço Social na educação: intersectorialidade no exercício profissional do Assistente Social no IFBA.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFS), São Cristóvão, 2013.

FERNANDES, Raquel de Freitas; OLIVEIRA, Carolina Alves de; *et al.* **O lugar do (a) assistente social na socioeducação na socioeducação: uma análise sobre a experiência na prática profissional em uma unidade de internação.** 15º CBAS. “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão”. Olinda (PE, Brasil), 5 a 9, de 2016.

FREITAS, Tais Pereira de. **Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos.** Serviço Social & Sociedade nº 105, jan./mar. de 2011, p. 30-49.

JACINTO, Adriana Giaqueto. **O trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 77-85,

jan./abr. 2017.

LANÇA, Angelita Márcia Carreira Gandolfi. **Contribuições do Serviço Social no trabalho com a educação** (Tese de Doutorado). Franca, São Paulo, 2017.

LISBOA, Adriana Araújo; JESUS, Vania de; *et al.* **As atribuições do serviço social na educação profissional – IFS**. 15º CBAS. “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão”. Olinda (PE, Brasil), 5 a 9, de 2016.

MACHADO, Aline Maria Batista. **Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica**. In: Sociedade civil e controle social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012.

OLIVEIRA, Julymara Lais Rolim de. **Explorando outros cenários: o Serviço Social No Espaço Escolar**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFPB), João Pessoa, 2013.

RAMOS, Cila Ferreira Portugal. **O Trabalho Do Assistente Social Na Assistência Estudantil No Contexto De Contrarreforma Da Educação Superior**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UERJ), Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Claudia Priscila Chupel dos; e MARAFON, Nelize Moscon. **A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira desafios para o Serviço Social**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 15, n. 2, p. 408 - 422, ago./dez. 2016.

SOUSA, Anayara Raissa Pereira de. **Reflexões sobre o Trabalho do Assistente Social na Assistência Estudantil**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Unesp), Franca, 2017.

TRINDADE, Arlene Vieira. **Educação Profissional e Tecnológica, Requisições Institucionais e intervenção profissional: o Serviço Social no CEFET-RJ, campus Maria da Graça**. 15º CBAS. “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão”. Olinda (PE, Brasil), 5 a 9, de 2016.

APÊNDICE

Apêndice 1 - Dissertações de mestrado selecionadas para análise

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO SELECIONADOS PARA ANÁLISES							
Nº	Ano	Autor/a	Tema	Assunto	Palavras-chaves	Método	Metodologia
1	2016	PAULA DE ÁVILA ASSUNÇÃO	A INSERÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA: LIMITES E POSSIBILIDADES	Escola municipal- educação básica	Política Pública. Escola. Gestão Democrática. Assistente Social	Referencial crítico dialético (a partir das ideias de Paulo Freire)	Pesquisa de campo, bibliográfica, documental e a empírica
2	2009	AMANDA BOZA GONÇALVES	A PRÁTICA COTIDIANA DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA PRIVADA.	Trabalho na escola privada	Escola. Serviço Social. Cotidiano	Identificada como histórico-dialética a partir das referências	pesquisa de campo
3	2011	MICHELI KLAUBERG FAUSTINO	OS DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL DO COLÉGIO MARISTA: Demandas e Respostas da Profissão na Relação com o Contexto Escolar	Trabalho na escola privada profissional	Serviço Social. Educação. Direitos Sociais	Identificada como histórico-dialética a partir das referências	Pesquisa documental e bibliográfica
4	2013	JULYMARA TAIS R. OLIVEIRA	EXPLORANDO OUTROS CENÁRIOS: SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR	Escolas municipais	Educação. Espaço escolar. Prática profissional. Assistente Social	Método dialético	Análise de conteúdo, quali-quantitativa, exploratória
5	2016	ANGELINA MARTINS BARUFFI	O CAMINHO CONSTRUÍDO PELO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL EM BUSCA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA	Educação técnica - SENAC/SP	Educação. emancipação humana. serviço social.	Método dialético	Pesquisa documental, bibliográfica e de campo
6	2015	BEATRIZ CRISTINA DE ALMEIDA	O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA MORADIA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	Moradia estudantil, Assistência Estudantil (ensino superior)	trabalho; assistentes sociais; educação superior; Moradia. Estudantil, participação política.	Tradição marxista gramsciana	Pesquisa bibliográfica e documental
7	2017	RENATA MARIA PAIVA DA COSTA	O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES ACERCA DOS DESAFIOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE)	Assistência estudantil, educação técnica	Serviço Social. Trabalho. Assistência estudantil.	Método dialético	Pesquisa bibliográfica, documental e de campo
8	2016	CILA FERREIRA PORTUGAL RAMOS	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Assistência estudantil, educação superior	Trabalho do Assistente Social. Assistência estudantil. Contrarreforma. Educação Superior. Universidade Pública	Método dialético	Pesquisa exploratória, revisão bibliográfica, documental, entrevistas
9	2017	ANAYARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA	REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	Assistência estudantil, educação superior	Serviço Social. assistência estudantil. Exercício	Método dialético	pesquisa bibliográfica, documental e de campo

10	2018	SHEINE SANTOS DO NASCIMENTO	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: ampliação do espaço ocupacional e precarização na assistência estudantil	Assistência Estudantil - educação técnica IF	Serviço Social. Educação. Ampliação do espaço ocupacional. Transformações societárias. Precarização do trabalho	Método dialético	pesquisa de campo, revisão bibliográfica, pesquisa documental
11	2012	ANDREA CRISTINA ZOCA	O LADO NEGRO DA LUA: UM ESTUDO SOBRE O SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR	escola de educação infantil e ensino fundamental	serviço social escolar, qualidade total, configurações sociais, sistema educacional, formas de controle.	Estrutural - Positivismo??	pesquisa bibliográfica, documental e de campo
12	2012	LIDIANE DERMÍNIO SILVEIRA CAMPOS	O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	educação infantil	serviço social. educação infantil. serviço social escolar.	Método dialético??	pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental e de campo
13	2020	DIONÉIA EDLYNG MACIEL	SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ	educação superior	Papel da Educação; Capitalismo; Demandas universitárias; Contratação de assistentes sociais.	Método dialético	pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo
14	2016	Mariana Fornaciari Favarato	O trabalho de Assistentes Sociais nas Secretarias Municipais de Educação do Espírito Santo	educação infantil	Serviço Social. Política de Educação. Ensino fundamental. Processo de trabalho	Método dialético	pesquisa de campo
15	2013	Heide de Jesus Damasceno	Serviço social na educação : a intersetorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA	Educação técnica	Serviço social. Ensino superior. Universidades e faculdades públicas. Política social. Intersetorialidade	Método dialético	Bibliográfica e documental e exploratória
16	2020	Edineia Aparecida Machado Dutra	O trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil das universidades federais UNILA e UNILAB	Assistência estudantil	Educação. Serviço social. Trabalho Sistema capitalista	Método dialético	bibliográficos, documentais e pesquisa de campo
17		Aline Souza Araújo	A intervenção do assistente social na assistência estudantil	Federal: Assistência estudantil	Intervenção do assistente social. Assistência estudantil. Política de educação. Política de assistência social	Método dialético	Bibliográfica e de campo
18	2016	Victória Sabatine de Paiva Neves	Serviço social na área da educação: condições e relações de trabalho dos assistentes sociais no município de Juiz de Fora/MG	Educação municipal	Serviço social. Educação. Condições de trabalho	Método dialético	pesquisa empírica
19	2014	Ingredi Palmieri de Oliveira	O exercício profissional do assistente social na política de educação em Aracaju/SE : um estudo de demandas e respostas sócio-profissionais	Educação municipal	Educação. Demandas socioprofissionais. Serviço social	Método dialético	Exploratório e bibliográfico
20	2015	JOSÉ ALBUQUERQUE CONSTANTINO	EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA	Assistência estudantil - ensino superior	Serviço Social, política de educação, ontrarreforma universitária, assistência estudantil	Método dialético	Pesquisa bibliográfica, campo

		ESTUDANTIL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE PERNAMBUCO				
--	--	--	--	--	--	--

Apêndice 2 - Teses de doutorado selecionado para análise

TESES DE DOUTORADO SELECIONADAS PARA ANÁLISE							
	Ano	Autor/a	Tema	Assunto	Palavras-chaves	Método	Metodologia
1	2012	Francine Helfreich Coutinho dos Santos	como universo da pesquisa somente trabalhos de autoria de assistentes sociais	Educação básica na favela	Serviço social. Educação pública. Favela	Método dialético	bibliográfica
2	2017	Edna Maria Coimbra de Abreu	Serviço Social na educação profissional e tecnológica: as particularidades do exercício profissional do/as assistentes sociais nos institutos federais	Educação Técnica: IF	Exercício profissional. Serviço social. Educação profissional e tecnológica.	Método dialético	não mencionado
3	2018	Lígia da Nóbrega Fernandes	As condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira	Educação Técnica: IF	crise do capital. Estado. educação profissional e tecnológica. condições de trabalho	Método dialético	pesquisa bibliográfica, empírica e de campo

Apêndice 3 - Revista Ser. Soc. Soc. - A1

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE – A1						
QTD	Ano	Nº	Título da revista	Qtd artigos	ARTIGOS A PESQUISAR	Nº
1	2000	62	Processo de trabalho a assistência social	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
2		63	O enfrentamento da pobreza em questão	6	Educação pública e Serviço Social	1
3		64	modernidade, sombras e lutas	6	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
4	2001	65	Seguridade social e cidadania	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
5		66	Fórum social: gestão e políticas públicas	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
6		67	Temas sociojurídicos	11	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
7		68	Assistência e proteção social	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
8	2002	69	Multifaces do trabalho	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
9		70	Violência	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
10		71	Família	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
11		72	Cidadania, proteção e controle social	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
12	2003	73	Políticas públicas e sociedade civil	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0

13		74	Saúde, qualidade de vida e direitos	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
14		75	Velhice e envelhecimento	11	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
15		76	Estado e regulação social	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
16	2004	77	Assistência social, política e direito	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
17		78	Gestão pública	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
18		79	Serviço Social: formação e política pública	10	A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-cincentuais e expressões particulares na sociedade brasileira.	1
19		80	Política e assistência social	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
20		81	Temas em debate	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	
21		2005	82	Trabalho e saúde	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa
22	83		Criança e adolescente	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
23	84		Reconceituação do Serviço Social: 40 anos	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
24	2006	85	Ética, execução de políticas e democracia participativa	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
25		86	Espaço público e direitos sociais	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
26		87	SUAS E SUS	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
27		88	Espaço pública e controle social	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
28	2007	89	Ética pública e cultura de direitos	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
29		90	Gestão pública	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
30		91	Projeto profissional e conjuntura	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
31		92	Política social: desafios para o Serviço Social	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
32	2008	93	Trabalho e trabalhadores	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
33		94	Exame de proficiência em debate	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
34		95	Serviço Social: memória e história	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
35		96	Memória do Serviço Social e políticas públicas	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
36	2009	97	Serviço Social, história e trabalho	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
37		98	Mundialização do capital e Serviço Social	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0

38		99	Direitos, ética e Serviço Social	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
39		100	Congresso da Virada e os 30 anos da Revista	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
40	2010	101	Fundamentos críticos para o exercício profissional	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
41		102	Serviço Social e saúde: múltiplas dimensões	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
42		103	Formação e exercício profissional	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
43		104	Crise social: trabalho e mediações profissionais	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
44		105	Direito social e políticas sociais	8	Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos	1
45	2011	106	Educação, trabalho e sociabilidade	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
46		107	Condições de trabalho - saúde	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
47		108	Serviço Social no mundo	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	
48	2012	109	Sociedade civil e controle social	9	Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica	1
49		110	Questão agrária e pobreza	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
50		111	Questão social: expressões contemporâneas	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
51		112	(neo)desenvolvimentismo & política social	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
52	2013	113	Proteção social e espaços socio-ocupacionais	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
53		114	Demandas sociais, desafios profissionais	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
54		115	Áreas sociojurídicos	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
55		116	Proteção social	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
56	2014	117	Exercício profissional e produção de conhecimento	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
57		118	Trabalho precarizado	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
58		119	Direitos humanos em questão	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
59		120	Formação, trabalho e lutas sociais	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
60	2015	121	Desafios ao Serviço Social em diversos países	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
61		122	Temas emergentes	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
62		123	Trabalho, saúde e meio ambiente	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0

63		124	Ofensiva neoconservadora e serviço social	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
64		125	Dilemas [e estudo] da prática profissional	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
65	2016	126	Envelhecimento e capitalismo	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
66		127	80 anos do Serviço social no Brasil	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
67		128	Serviço Social e conjuntura	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
68	2017	129	Serviço Social: marcas e desafios	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
69		130	Crise, seguridade social e regressão de direitos	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
70		131	Contrarreformas e pautas conservadoras	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
71	2018	132	Diversidade sexual e de gênero	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
72		133	Questão ético-racial e Serviço Social	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
73		134	Formação e desafios profissionais	10	Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010)	1
74	2019	135	Previdência social em debate	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	
75		136	40 anos da "Virada" do Serviço Social: histórias, signif. e desafios	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	
76		137	Intersetorialidade nas políticas públicas	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	
77	2020	138	Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	
78		139	Pós-graduação em Serviço Social e inserção social	13	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	
Total de artigos				659		5

Apêndice 4 - Revista Katálysis - A1

Revista Katálysis - A1						
QT D	Ano	nº volume	Título da revista	Artigos	ARTIGOS A PESQUISAR	Quantidade
1	2001	5	Estado, sociedade civil e democracia	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
2	2002	5	Exclusão, violência e cidadania	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
3		5	Organizações e gestão de políticas sociais	7	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0

4	2003	6	Aportes interdisciplinares e inclusão social	13	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
5		6	Cidade, participação e transformação	6	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
6	2004	7	Mundialização, crise contemporânea e políticas sociais	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
7		7	Subjetividades e construção de identidades	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
8	2005	8	Cidadania, direito e acesso à justiça	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
9		8	Serviço Social: contribuições analíticas sobre o exercício profissional	11	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
10	2006	9	Poder judiciário cultura e sociedade	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
11		9	Serviço Social na América Latina: balanços, desafios e perspectivas	11	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
12	2007	10	Políticas sociais no governo Lula: promessas e realidade	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
13		10 (especial)	Número especial: Pesquisa em Serviço social	0	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
14		10	Democracia e participação	0	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
15	2008	11	Economia solidária e autogestão	0	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
16		11	Violência: expressões na contemporaneidade	0	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
17	2009	12	Dossiê: Sujeitos políticos, lutas sociais e direitos	3	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
18		12	Dossiê: As configurações do trabalho na sociedade capitalista	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
19	2010	13	Desigualdades e gênero (espaço temático)	13	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0

20		13	Serviço Social e pobreza (espaço temático)	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
21	201 1	14	Políticas sociais e questões contemporâneas (espaço temático)	12	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
22		14	Ética e direitos humanos (espaço temático)	12	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
23	201 2	15	Relações sociais, desenvolvimento e questões ambientais (espaço temático)	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
24		15	Formação e exercício profissional em Serviço Social (espaço temático)	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
25	201 3	16 (especial)	Número Especial Bilíngue - Serviço Social, História e Desafios (espaço temático)	6	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
26		16	Marx, Marxismos e Serviço Social (espaço temático)	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
27		16	Lutas sociais no novo milênio e Serviço Social (espaço temático)	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
28	201 4	17	Estado e Política Social na América Latina (espaço temático)	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
29		17	Estado e política social: saúde (espaço temático)	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
30	201 5	18	Estado e política social na América Latina: Assistência Social (espaço temático)	9	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
31		18	Estado e política social na América Latina: Previdência Social (espaço temático)	11	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
32	201 6	19	Juventude (espaço temático)	12	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
33		19	Questão Fundiária (espaço temático)	0	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0

34		19	Formação profissional, estágio e supervisão (espaço temático)	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
35	2017	20	Antonio Gramsci (espaço temático)	9	Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico	1
36		20	Pós-graduação e Serviço Social (espaço temático)	8	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
37		20	Ética e política (espaço temático)	5	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
38	2018	21	Estado, Economia e Democracia no Brasil e América Latina (espaço temático)	11	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
39		21	Fronteira, migrações, direitos sociais e serviço social (espaço temático)	11	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
40		21	Serviço Social: Gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade (espaço temático)	15	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
41	2019	22	Proteção social no capitalismo contemporâneo: contrarreformas e regressões dos direitos sociais (espaço temático)	12	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
42		22	Conflitos sociais, ideologia, cultura e Serviço Social (espaço temático)	12	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
43		22	Direito à educação pública, democracia e lutas sociais (espaço temático)	11	Grupos vivenciais e permanência com sucesso na escola: conquista de direitos;	1
44	2020	23	Serviço Social: formação, trabalho profissional e tendências teóricas contemporâneas (espaço temático)	10	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
45		23	Direitos humanos, democracia e neoconservadorismo (espaço temático)	12	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0

46		23	Política, Ciência e Mundo das Redes (espaço temático)	13	Não contém artigos relacionados ao objeto de pesquisa	0
			Total de artigos	406	Total de artigos pré-selecionados	2

Apêndice 5 - Revista Ser Social - A2

Revista SER SOCIAL - A2						
QTD	Ano	Nº	Título da revista	Artigos	ARTIGOS A PESQUISAR	Nº
1	2000	6	Questão Social e Serviço Social	3	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
2		7	Seguridade Social	1	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
3	2001	8	Direitos Humanos e Política Social	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
4		9	Pesquisa em Serviço Social e Política Social	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
5	2002	10	Política Social - Saúde	6	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
6		11	Política Social - Previdência	3	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
7	2003	12	Política de Assistência Social	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
8		13	Propostas Alternativas ao Neoliberalismo	2	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
9	2004	14	Metodologias de Análise e de Intervenção em Políticas Sociais	2	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
10		15	Democracia e Participação Sociopolítica	3	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
11	2005	16	Direitos e Política Social	1	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
12		17	Questão Urbana e Políticas Públicas	2	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
13	2006	18	Pobreza e Desigualdade na América Latina	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
14		19	Desemprego, Desigualdade e Violência	6	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
15	2007	20	Direitos, Política Social e Participação: 20 anos da Constituição Federal	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
16		21	Política Social, Envelhecimento e Família	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
17	2008	22	Gênero e Política Social	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
18		23	Mulheres e Trabalhos	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0

19	2009	24	Política Social, Segurança Pública e Execução Penal	4	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
20		25	Política de Saúde, universalidade e equidade.	6	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
21	2010	26	Crise Capitalista e Política Social	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
22		27	Políticas e Programas Específicos	3	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
23	2011	28	Política Social no Governo Lula em Perspectiva	2	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
24		29	Política Social e Direito à Educação	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
25	2012	30	Serviço Social e Educação	5	1. Assistente Social nas Escolas: Crianças Interlocutoras do Debate.	1
26		31	Política Social - Criança e Adolescente	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
27	2013	32	Política Social e Deficiência	4	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
28		33	Desafios da Política Social na Contemporaneidade	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
29	2014	34	Política Social: Debates Contemporâneos	9	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
30		35	Política Social e Desenvolvimentismo	4	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
31	2015	36	Democracia e Participação	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
32		37	Política Social e Emancipação	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
33	2016	38	Lutas Sociais e Direitos	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
34		39	Previdência Social e Trabalho	12	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
35	2017	40	Trabalho e Previdência	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
36		41	Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais	6	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
37	2018	42	Família e Políticas Sociais	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
38		43	Educação e Lutas Sociais no Brasil	6	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
39	2019	44	Trinta Anos de Constituição Federal	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	
40		45	Nova Direita, Estado e Política Social	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	
41	2020	46	Estado, Democracia e Saúde	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
42		47	Desigualdade, mundialização e políticas sociais contemporâneas	4	não foram encontrados artigos para pesquisa	

Total de artigos	218
-------------------------	------------

1

Apêndice 6 - Revista Política Pública - A2

Revista Políticas Públicas (MA) - A2						
QTD	Ano	Nº/Volu me	Título da revista	artigos	ARTIGOS A PESQUISAR	Nº
1	2000	v.4	Políticas Públicas	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
2	2001	v.5	Políticas Públicas	6	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2002	v.6	Políticas Públicas	6	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
3		v.6	Políticas Públicas	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2003	v.7	Políticas Públicas	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
4		v.7	Políticas Públicas	13	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
5	2004	v.8	Políticas Públicas	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		v.8	Políticas Públicas	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2005	v.9	Conferências da II Jornada Internacional de Políticas Públicas	13	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
6		v.9	Políticas Públicas	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2006	v.10	Políticas Públicas	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
7		v.10	Políticas Públicas	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2007	v.11	Políticas Públicas	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
8		v.11	Políticas Públicas	11	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2008	v.12	Políticas Públicas	11	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
9		v.12	QUESTÃO URBANA, MORADIA E GESTÃO DAS CIDADES	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2009	v.13	Proteção Social no Brasil e na América Latina	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
10		v.13	Desigualdade, Pobreza e Programas de Transferência de Renda na América Latina	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0

	2010	v.14	Políticas públicas: gênero, etnia e geração	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		v.14	Seguridade Social: Política de Saúde, Previdência e Assistência Social	9	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
11		v.14	Especial: Neoliberalismo e Lutas Sociais: perspectivas para as Políticas Públicas	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2011	v.15	Políticas Públicas: questão agrária e meio ambiente	11	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
12		v.15	Direitos humanos: desafios e perspectivas para Políticas Públicas	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
13	2012	v.16	POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios e dimensões contemporâneas do desenvolvimento regional	16	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		v.16	POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO: impasses e desafios contemporâneos	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
14		v.16	Especial: Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital	41	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
15	2013	v.17	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: teorias e práticas	18	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
16		v.17	A QUESTÃO DO NEODESENVOL VIMENTISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: o debate contemporâneo	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
17		2014	v.18	ORÇAMENTO PÚBLICO:	15	não foram encontrados artigos para pesquisa

			concepções e desafios para as políticas públicas			
		v.18	PODER, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
18		v.18	NÚMERO ESPECIAL DA VI JOINPP - O DESENVOLVIMENTO DA CRISE CAPITALISTA E A ATUALIZAÇÃO DAS LUTAS CONTRA EXPLORAÇÃO, A DOMINAÇÃO E A HUMILHAÇÃO	38	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
19		v.19	CRISE ATUAL DO CAPITALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: balanço e perspectivas continentais	12	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
20	2015	v.19	DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E PARTICIPAÇÃO POPULAR: concepções, história e incidências nas Políticas Públicas	13	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
22	2016	v.20	Políticas Públicas de Saúde: impasses e perspectivas à universalização do atendimento	12	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		v.20	NÚMERO ESPECIAL DA VII JOINPP -	0	não foram encontrados artigos para pesquisa	0

			PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL: EXPERIÊNCIAS E ANTECIPAÇÕES CONCRETAS			
23		v.20	PREVIDÊNCIA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: legado histórico e impasses contemporâneos	13	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
24	2017	v.21	PODER POLÍTICO E GESTÃO PÚBLICA: questões e debates contemporâneos	16	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
25		v.21	CRISE NO MUNDO DO TRABALHO E MUDANÇAS REGRESSIVAS NO MARCO REGULATÓRIO	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
26	2018	v.22	POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS: configurações, dilemas e perspectivas contemporâneas	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		v.22	NÚMERO ESPECIAL DA VIII JOINPP - 1917-2017: UM SÉCULO DE REFORMA E REVOLUÇÃO	77	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
27		v.22	AVANÇO DO CONSERVADOR ISMO: expressões e formas de resistência	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
28	2019	v.23	VIOLÊNCIAS, POLÍCIAS E POLÍTICAS NO CAMPO DA SEGURANÇA	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0

			PÚBLICA: desafios do presente			
29		v.23	REFORMAS REGRESSIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: afirmação do direito à educação como desafio contemporâneo	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
30	2020	v.24	A QUESTÃO AMBIENTAL NA CONTEMPORA NEIDADE: conflitos socioambientais, garantias constitucionais e a efetividade das políticas públicas em debate	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		v.24	NÚMERO ESPECIAL DA IX JOINPP - CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE - o futuro da humanidade	28	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
31		v.24	AUTORITARIS MOS, DESTRUIÇÃO DE DIREITOS E LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XXI.	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
			Tot al Arti gos	640		0

Apêndice 7 - Revista Em Pauta - A2

REVISTA EM PAUTA (UERJ) - A2						
QTD	Ano	Nº/Volum e	Título da revista	artigos	ARTIGOS A PESQUISAR	Nº

1	2007	v.19	Processos Políticos e Democracia na América Latina	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
2		v.20	Trabalho e Sujeitos Políticos	18	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2008	v.21	Mundialização, Resistência e Cultura	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
3		v.22	Pensamento e Política na América Latina	17	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2009	v.23	Estado e Política Social	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
4		v.24	Território e Relações Sociais	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
5	2010	v.25	Lutas e Movimentos Sociais	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		v.26	Desigualdade Social Em Questão	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2011	v.27	Serviço Social	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
6		v.28	Diversidade Sexual e de Gênero	12	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2012	v.29	Teoria Social e Serviço Social	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
7		v.30	Metamorfoses no Mercado de Trabalho	13	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2013	v.31	Crise e Desenvolvimento	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
8		v.32	Trabalho, Saúde e Ambiente	13	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2014	v.33	50 Anos da Ditadura no Brasil (1964-1985)	9	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
9		v.34	Lutas, Cidadania e Direitos Humanos	9	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2015	v.35	Marxismo e realidade contemporânea	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
10		v.36	Serviço Social e Trabalho	11	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2016	v.37	Serviço Social, Trabalho e Lutas sociais	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		v.38	Classe, Política e Cultura	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2017	v.39	Conservadorismo e resistências na América Latina	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		v.40	O Serviço Social na História	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2018	v.41	200 anos de Karl Marx: seu legado teórico e político	12	não foram encontrados artigos para pesquisa	0

13		v.42	Família e Políticas Sociais	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
	2019	v.43	20 anos do PPGSS UERJ	13	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		43	Universidade Pública e Formação em Serviço Social em tempos de contrarreforma	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
15	2020	45	Questão Étnico-Racial e Antirracismo	15	Serviço Social, educação e racismo: uma articulação necessária	1
16		46	Questão Étnico-Racial e Antirracismo	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
Total Artigos				316		1

Apêndice 8 - Revista Argumentum - A2

REVISTA ARGUMENTUM - A2						
QTD	Ano	Nº	Título da revista	artigos	ARTIGOS A PESQUISAR	Nº
1	2009	1	Sem título	6	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
3	2010	1	Sem título	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
4		2	Sem título	9	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
5	2011	1	Sem título	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
6		2	Sem título	12	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
7	2012	1	Sem título	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
8		2	Seguridade Social	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
9	2013	1	As transformações do Estado no mundo de hoje	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
10		2	Questões e dilemas da economia em tempos de crise	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
11	2014	1	Políticas sociais para a velhice: entre o marco legal, a cobertura e os mecanismos de acesso	11	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
12		2	Desafios e perspectivas da América Latina do século XXI	6	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
13	2015	1	Política de drogas no mundo: proibicionismo x antiproibicionismo	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0

14		2	Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da Política Social	13	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
15	2016	1	Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da Política Social	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		2	A Política de Assistência Social no Brasil	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
16		3	Mobilidade do capital e barreiras às migrações: desafios à Política Social	6	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
17	2017	1	Capitalismo e (re)produção de opressões	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
18		2	Restauração conservadora e novas resistências	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		3	Trabalho e previdência social na América Latina	5	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
19	2018	1	Reformas regressivas e política de saúde	13	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
20		2	135 anos sem Marx: desafios para a esquerda mundial	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		3	Política de saúde mental: retrocessos à vista?	13	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
21	2019	1	Estado, democracia e lutas sociais	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
22		2	Violência estatal e paraestatal no Brasil contemporâneo	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		3	Contrarreformas ou revolução: respostas ao capitalismo em crise	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
23	2020	1	Juventude, Classe Social e Política	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
24		2	As políticas de saúde mental no Brasil e no plano internacional: tendências e desafios	12	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
		3	Questão social, Violência e Segurança Pública: desafios e dilemas do tempo presente?	13	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
Total de Artigos				242		0

QTD	Ano	Nº/Volum e	Título da revista	artigos	ARTIGOS A PESQUISAR	Nº
1	2002	1	MEMÓRIAS DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
3	2003	2	SERVIÇO SOCIAL, TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO	21	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
4	2004	3	CONDIÇÕES SÓCIO- HISTÓRICAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	18	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
5	2005	4	ENTRE A EXCLUSÃO E A INCLUSÃO SOCIAL	20	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
6	2006	5/n.1	NOVAS CONFIGURAÇÕES DA ESFERA PÚBLICA	12	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
7	2006	5/n.2	NOVAS CONFIGURAÇÕES DAS RELAÇÕES ESTADO E SOCIEDADE CIVIL	11	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
7	2007	6/n.1	TRABALHO, PROCESSO DE TRABALHO, CAPITALISMO E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIAL	13	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
7	2007	6/n.2	A INOVAÇÃO E A TRADIÇÃO NAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
8	2008	7/n.1	RECONHECIMENTO E TRANSFORMAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
9	2008	7/n.2	CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
10	2009	8/n.1	POLÍTICAS PÚBLICAS: FUNDAMENTOS, CAPACITAÇÃO E AVALIAÇÃO	9	não foram encontrados artigos para pesquisa	0

10	2009	8/n.2	ATUALIZANDO O DEBATE SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL	11	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
11	2010	9/n.1	TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS, TRABALHO E GESTÃO PARTICIPATIVA	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
12	2010	9/n.2	TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
13	2011	10/n.1	SERVIÇO SOCIAL: PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E TRABALHO PROFISSIONAL	14	Implicações da ética profissional do assistente social no espaço educacional	1
14	2011	10/n.2	ESTADO, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
15	2012	11/n.1	A materialização do projeto ético-político do Serviço Social em tempos de capitalismo financeiro	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
16	2012	11/n.2	Entre a ampliação do acesso e a mercantilização do ensino: o processo de precarização em debate	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
17	2013	12/n.1	Formar para além do mercado e para o uso substantivo do instrumental de trabalho	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
18	2013	12/n.2	A produção de conhecimentos e a contribuição dos periódicos para o amadurecimento teórico do Serviço Social	13	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
19	2014	13/n.1	Políticas Sociais e Neodesenvolvimentismo: o desafio de formar para além de procedimentalismos	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
20	2014	13/n.2	A produção de uma nova cultura a partir da pesquisa e da arte: contribuições do referencial marxiano	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0

21	2015	14/n.1	Desafios à formação e ao trabalho profissional num contexto de crise	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
22	2015	14/n.2	A Grande Fábrica Produtora dos “Caras de Vinagre”	16	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
22	2016	15/n.1	80 anos de Serviço Social no Brasil: as construções e os desafios à profissão	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
22	2016	15/n.2	As Ameaças do Tempo Presente aos Direitos Conquistados: uma morte anunciada	16	A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social;	1
22	2017	16/n.1	A pesquisa e a extensão no processo de ensino-aprendizagem da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social	16	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
22	2017	16/n.2	A conjuntura brasileira e os impasses aos processos democráticos	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
22	2018	17/n.1	A Importância da Linguagem e da Gestão da Informação nos Processos Participativos	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
22	2018	17/n.2	Reflexões críticas sobre pluralismo, ecletismo e Serviço Social	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
30	2019	18/n.1	Trabalho profissional do/a Assistente Social: estratégias de resistência em tempos de regressão de direito	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
31	2019	18/n.2	O processo de internacionalização na Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
32	2020	19/n.1	Refrações da crise sanitária, econômica e política no Brasil	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
33	2020	19/n.2	A Fundamentação marxiana para a formação e trabalho do Assistente Social no Brasil	15	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
Total Artigos				485		2

Apêndice 10 - Serviço Social Em Revista - A4

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA - A4						
QT D	Ano	Nº/Volume	Título da revista	artigos	ARTIGOS A PESQUISAR	Nº
1	2009	12.1	Sem título	10	As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo	1
3	2010	v.12/1	Sem título	9	O Serviço Social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social	1
4		v.13/2	Sem título	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
5	2011	v.13/1	Sem título	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
6		v.14/2	Sem título	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
7	2012	v14	Sem título	11	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
7		v15	Sem título	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
7	2013	6/n.2	Sem título	9	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
8		7/n.1	Sem título	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
9	2014	v.16/2	Sem título	11	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
10		v.16/2	Sem título	9	A contribuição do Serviço Social na garantia da permanência dos estudantes: um estudo a partir das escolas públicas estaduais do Município de Rolândia/PR	1
10	2015	v.17	Sem título	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
11		v.18	Sem título	12	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
12	2016	v.18	Sem título	11	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
13		v.19	Sem título	7	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
14	2017	v.19	Sem título	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
15		v.20	Sem título	12	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
16	2018	v.20	Sem título	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
17		v.21	Sem título	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
18	2019	v.21	Sem título	8	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
19		v.22	Sem título	10	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
20	2020	v.22	Sem título	11	não foram encontrados artigos para pesquisa	0
21		v.23	Sem título	14	não foram encontrados artigos para pesquisa	0

22	v.23	Sem título	16	não foram encontrados artigos para pesquisa	0	
			Total artigos	238	Total pré-selecionando	3

Apêndice 11 - CBAS 15ª e 16ª

CBAS - 15ª 16ª						
ARTIGOS	AUTOR/A	ASUNTO	METODOLOGIA	INSTITUIÇÃO/UNIVERSIDADE	SEXO	
					MASCULINO	FEMININO
A atuação do Assistente Social na Política de Educação Inclusiva	Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	Educação inclusiva	REVISÃO DE LITERATURA	UFPE	0	3
	Karla Nadja Bezerra dos Anjos			Instituto de Educação Superior Raimundo Sá (privada)		
	Shirley Lima Teixeira			UFPI		
A atuação do serviço social na secretaria municipal da educação de Limeira/SP na perspectiva do acesso, permanência e desenvolvimento pleno dos alunos	Carolina Barbosa	Educação fundamental	RELATO EXPERIÊNCIA	Sec Mun. Educação Limeira/SP	0	5
	Maria Helvira Arantes Andrade Hansen Martins					
	Rafaela Cassimiro Prates Tomé					
	Tatiana Cristina Bernardo Coelho					
	Valdirene Borges5					
A educação como elemento	Kelly cristine	Educação	RELATO EXPERIÊNCIA		2	1

transformador: a experiência do Serviço Social em práticas educativas com adolescentes no Complexo de favelas da Maré	marques da Silva Daniel soares Martins Leonardo fragoso da Luz	popu lar favel as		Redes de Desenvolvimento da Maré/RJ		
A intervenção das assistentes sociais dos institutos federais de educação e o trabalho em rede	Talita	Trab alho em rede na educ ação técni ca federal	documental e pesquisa de campo.	Instituto Federal da Bahia.	0	1
As atribuições do serviço social na educação profissional: a experiência do IFS.	Adriana Araujo de Lisboa Vania de Jesus Raquel de Oliveira Mendes Emanuelle Moreira Santos Glauca da Rocha Acioli Odailde Ferreira Campos dos Santos Flávia Munik Guarrido de Oliveira Ingrid Palmieri Oliveira Maria Auxiliadora	Educ ação técni ca - Insti tuto federal	RELATO EXPERIÊNCIA	Instituto Federal de Sergipe	0	10

	Silva Moreira Oliveira					
	Lucyana Barros Santos					
Contribuição para o debate sobre a inserção do serviço social na área da educação: Relato de uma experiência com estudantes do ensino fundamental	Lorena Ferreira Portes	servi ço social na ensin o fund amen tal	RELATO EXPERIÊNCIA	Universidade Estadual de Londrina	0	4
	Claudia Neves da Silva					
	Relly Amaral R. Vicente					
	Heloizy da Silva Viotto					
Educação ambiental e serviço social: os desafios do exercício profissional junto a rede pública de ensino	Rebeca Gomes De Oliveira Silva	servi ço social e educ ação ambi ental	RELATO EXPERIÊNCIA	UFPE	0	3
	Mikaelle Gondim Cordeiro					
	Erica Paula Elias Vidal De Negreiros					
Educação Profissional e Tecnológica, Requisições Institucionais e a Intervenção Profissional: O Serviço Social no CEFET RJ- Campus Maria da Graça	Arlene Vieira Trindade	servi ço social no CEFE T/ed ucaç ão técni ca	RELATO EXPERIÊNCIA	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	0	1
O lugar do (a) assistente social na socioeducação: uma análise sobre a	Raquel De Freitas Fernandes1	servi ço social no socio	RELATO EXPERIÊNCIA	Departamento Geral De Ações Socioeducativas Do Rio De Janeiro	0	3
	Carolina Alves De Oliveira2					

experiência da prática profissional em uma unidade de internação	Maria Aparecida Franco Seixas	educativo				
Políticas para o álcool, educação em saúde e serviço social	Ivana Arquejada Faes1	serviço social, educação e saúde mental	RELATO EXPERIÊNCIA	Universidade Federal Fluminense	0	3
	Maria Luiza Lopes da Conceição2			Universidade Federal Fluminense		
	Dirlei da Silva Rosa3			Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes		
Reflexões sobre o trabalho do/a assistente social na política de assistência estudantil da educação superior pública	Jéssica Oliveira Monteiro	serviço social, ens. Superior e assistência estudantil	RELATO EXPERIÊNCIA	Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro.	0	1
Serviço Social e educação: a atuação do/a Assistente Social no IFCE em pauta	Ariadine De Oliveira Rabelo Da Silva	Educação técnica - Instituto federal	???????	Instituto Federal De Educação Ciência E Tecnologia Do Ceará	0	4
	Patricia Fernandes Freitas			Instituto Federal De Educação Ciência E Tecnologia Do Ceará		
	Teresa Helena Gomes Soares			Instituto Federal De Educação Ciência E Tecnologia Do Ceará		
	Maria Jucilene Borges De Sousa			Universidade Estadual Do Ceará		
Serviço Social e Educação Popular:	Carolina Nascimento Paes	serviço social	RELATO EXPERIÊNCIA	Universidade Federal do Recôncavo Da Bahia.	0	2

considerações acerca de um projeto de pesquisa na comunidade do Morumbi - Cachoeira/BA	Marcela Mary José Da Silva	e educação popular				
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: um estudo sobre as possibilidades de uma prática profissional emancipatória	Tainan Cristina de Araujo Bogo	serviço social e educação popular	PESQUISA DOCUMENTAL	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	1	0
Serviço social e educação ambiental: a experiência no Projeto de Extensão Serviço Social e educação ambiental do Centro Universitário Estácio da Amazônia	Erika Santos Costa Lady Mara Lima De Brito	serviço social e educação ambiental	Pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa	Centro Universitário Estácio Da Amazônia (privada)	0	2
					3	43